



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

EM: 09.09.2025

INÍCIO: 15h26min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

SR. EYDER BRASIL

SR. RIBEIRO DO SINPOL

SECRETÁRIO: SR. DELEGADO CAMARGO

SR. EYDER BRASIL

SR. EZEQUIEL NEIVA

SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 21ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito, neste momento, ao nobre Deputado Delegado Camargo para secretariar os trabalhos e que o Secretário proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) - Boa tarde a todos aqueles que nos acompanham aqui, nas galerias desta Casa e àqueles que nos acompanham pelas redes sociais.

Conforme determinação do Presidente - obrigado pelo convite, Presidente - irei secretariar Vossa Excelência. Mas, reitero o convite a todos aqueles que nos acompanham pelas redes para que permaneçam atentos, porque já se encontra nesta Casa o Secretário de Saúde do Estado, Coronel Jefferson, do qual todos nós - eu, você, a população - aguarda ansiosamente algumas respostas em relação às estruturas dos hospitais, em relação à falta de valorização dos profissionais da Saúde, que até então haviam, inclusive, deflagrado uma paralisação.

Então, está na hora de trazer às claras, à tona, a verdade. Permaneçam aí, que eu acredito que, logo na sequência, nós faremos estas perguntas.

Quero registrar também a presença e agradecer o trabalho excelente que já começou a ser feito no Congresso Nacional ao Deputado Federal Rafael Fera. Seja muito bem-vindo nesta Assembleia Legislativa.

Fico feliz que a justiça foi feita e conseguiste estar lá no Congresso Nacional, representando não apenas a nossa

Cidade de Ariquemes e o Vale do Jamari, mas todo o Estado de Rondônia.

Que Deus te dê sabedoria para conduzir o seu mandato em prol do povo de Rondônia e não - como muitas vezes nós vemos - na busca de interesses pessoais. Tenho certeza que colocará o povo acima de tudo.

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

Ata lida, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Registra a presença da nobre Deputada Dr^a Taíssa.

Registra a presença da nobre Deputada Ieda Chaves.

Registra a presença do Deputado Ismael Crispin.

Registra a presença do Deputado Ezequiel Neiva.

Obrigado, nobre Deputado Delegado Camargo, por estar secretariando os trabalhos.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Alguém quer discutir a Ata? Não havendo observações, dou-a por aprovada e solicito a sua publicação no Diário Oficial desta Casa de Leis.

Quero, novamente, registrar que estão presentes os nossos amigos do Soldado da Borracha. Obrigado pela presença. Hoje, teremos, provavelmente, uma importante votação em benefício aos moradores do Soldado da Borracha.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pela ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só cumprimentar, com muito carinho, o Prefeito de Costa Marques, que está bem motivado com o festival dessa região, que é tão forte, e principalmente tem uma conexão muito grande com Guajará-Mirim, com a minha região.

Também cumprimentar o Deputado Federal Fera. Rapaz, o homem está com tanto *outdoor* no Estado - o deputado do povo - que a gente fica até encabulada.

E também, cumprimentar todos os servidores desta Casa, que nos servem tão bem, com tanto carinho, tanto a mídia e o Soldado da Borracha.

Eu quero agradecer imensamente, em nome do Francisco, a todas as mulheres, esposas do pessoal do Soldado da Borracha, que estão no movimento fortemente para que nós possamos ter o respeito e a dignidade respeitada de ter sua propriedade rural.

Obrigada, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais uma vez aqui, agradecer a presença do Prefeito Fabiomar. Falar do grande festival de praia - com certeza, um dos maiores de todos os tempos - está muito bem organizado.

Tive o privilégio de ganhar uma camisa do Prefeito Fabiomar, que irei usar com muito carinho.

Quero, mais uma vez, registrar a presença aqui do nobre Deputado Federal Rafael Fera. Seja sempre bem-vindo.

Solicito ao Senhor secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. EYDER BRASIL - Registrar a presença do Deputado Eyder Brasil, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza. Registra a presença do nobre Deputado Eyder Brasil.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Secretário ad hoc) - Procede à leitura do Expediente recebido a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 204/2025 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Altera e acresce dispositivos às Leis nº 1.041, de 28 de janeiro de 2002, e nº 1.063, de 10 de abril de 2002".

2 - Mensagem nº 205/2025 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor R\$ 10.871.528,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - Sugesp".

3 - Ofício nº 487/2025 - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCERO, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia referente ao 1º trimestre de 2025.

4 - Ofício nº 879/2025 - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCERO, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia referente ao 2º trimestre de 2025.

5 - Ofício nº 6910/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 2389/2025 de autoria do Senhor Deputado Alan Queiroz.

6 - Ofício nº 6930/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 2239/2025 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

7 - Ofício nº 7051/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 2390/2025 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

8 - Ofício nº 6924/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 2393/2025 de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

9 - Gabinete do Senhor Deputado Eyder Brasil, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 26 e 27 de agosto de 2025.

10 - Gabinete da Senhora Deputada Gislaine Lebrinha, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 12, 13 e 27 de agosto de 2025.

11 - Gabinete do Senhor Deputado Marcelo Cruz, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 12, 20 e 26 de agosto de 2025.

12 - Gabinete do Senhor Deputado Luís do Hospital, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 02 e 03 de setembro de 2025.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Delegado Camargo.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) - Presidente, registra minha presença, por gentileza, Deputada Rosangela Donadon.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza, registra a presença da nobre Deputada Rosangela Donadon.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Eu gostaria de registrar a presença, nas galerias, do Vereador Adalto, de Nova Mamoré - nosso Presidente da Câmara - e do seu filho Ítalo, nos dando a honra também de estar presentes hoje, aqui, nesta Sessão.

O Vereador Toinho Barroso também está por ali. Cadê mais o pessoal, Toinho? Tinha mais uns quatro vereadores

ali. O Milton está ali, Jefferson, [Jefferson Clímaco](#). Tinha mais vereadores aí, nossos colegas. Estão por aí. Mas, é uma alegria recebê-los aqui na galeria da nossa Assembleia. Daqui um pouquinho a gente vai ter a Sessão e vocês terão a oportunidade de nos assistir.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pela ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Aproveitando o nosso futuro deputado federal Ezequiel Neiva, cumprimentar com muito carinho nossos vereadores lá de Nova Mamoré, dessa terra abençoada, o Jefferson, o Sargento. Ele ainda está incorporado como sargento, mas hoje está como vereador.

A todos os vereadores, sejam muito bem-vindos a essa Casa aqui é de vocês. Vocês fazem um mandato excepcional ali em Nova Mamoré. A gente sabe que não é fácil a vereança. Mas, quando estão aqui, é em busca de recurso, é em busca de emenda parlamentar, é em busca de ações do governo para melhorar a vida da nossa região.

Final de semana nós estivemos lá na Linha 29-B entregando um caminhão, que vai melhorar a entrega de calcário e muito mais coisas para a nossa região. Pode contar com o nosso mandato, tanto o meu como o do Deputado Ezequiel, de todos os parlamentares. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui também registrar a presença dos vereadores de Nova Mamoré. Tenho um carinho imenso por Nova Mamoré, Nova Dimensão, Jacinópolis, toda a região lá. Temos alguns recursos lá também.

E parabenizar pelos vereadores, uma Câmara muito atuante em Nova Mamoré, faz um trabalho muito bom. Então, parabéns a todos os vereadores.

Mais uma vez, registrar aqui a presença dos moradores representantes da Soldado da Borracha. Hoje teremos em pauta um importante projeto para toda a região.

Passamos para às Breves Comunicações. Não há ninguém inscrito. Encerrada as Breves Comunicações. Passamos ao Grande Expediente, não há ninguém inscrito.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Presidente, registra, por favor, a presença do Deputado Delegado Lucas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, senhor. Registra a presença do nobre Deputado Delegado Lucas.

Meus amigos, nós temos aqui a convocação do Secretário de Estado da Saúde, Secretário Jefferson, realizado aqui pelo nobre Deputado Delegado Camargo.

Eu queria fazer uma troca aqui. Como o Deputado Delegado Camargo é o autor do Requerimento, convido o nobre Deputado Eyder Brasil para secretariar os trabalhos. E comunicar a todos que nós vamos transformar a Sessão em Comissão Geral para a convocação do Secretário Jefferson.

(Às 15 horas e 41 minutos, transforma-se a Sessão em Comissão Geral)

Senhoras e senhores deputados, nos termos do artigo 135, inciso III do Regimento Interno, esta Sessão fica transformada em Comissão Geral para ouvir o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Jefferson Ribeiro da Rocha, conforme Requerimento 2564/2025 desta Casa de Leis.

Senhores, comunicar a todos que nós, após a Comissão Geral, vamos suspender a Sessão por alguns minutos para discutirmos juntos a pauta.

Solicito que o líder do governo, o Deputado Jean Oliveira e a nobre Deputada Dr^a Taíssa que recepcionem o Secretário e conduzam até o plenário.

Convidamos toda a equipe técnica da Sesau para estar presente aqui no plenário. Sejam muito bem-vindos.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero desejar as boas-vindas ao Secretário Jefferson.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, questão de ordem, por gentileza.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, senhor.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Quero desde já cumprimentar e agradecer a gentil presença do Coronel Jefferson nesse plenário. Secretário, seja muito bem-vindo. Mais uma vez obrigado por sua presença.

Presidente, apenas para deixar registrado que os questionamentos que irei fazer, direcionamentos, peço que sejam respondidos pelo Secretário, não por sua equipe técnica. No entanto, por questões de próprio contraditório e respeito às entidades, eu gostaria que Vossa Excelência também convidasse os Presidentes de todos os Sindicatos da Saúde que ali se encontram para também compor aqui o plenário, assim como a equipe técnica da Sesau.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido os nossos Presidentes dos Sindicatos da Saúde para compor o plenário aqui também conosco. Eu convido o servidor Guilherme Erse para conduzi-los até aqui o plenário. E amanhã, se não me falha a memória, aqui na agenda, irei receber os Sindicatos da Saúde também. Sejam bem-vindos. Contem com o apoio da Casa.

Eu quero aqui fazer um agradecimento especial aos servidores da Educação. Em nome da Eloia, quero cumprimentar todo o corpo técnico da Sesau, quero parabenizar e agradecer o empenho, o trabalho, vários projetos de suma importância. Então, tem tido o apoio técnico da Sesau, então, o nosso agradecimento.

E quero aqui também falar para o Deputado Camargo que conte com todas as prerrogativas da Casa. Vou deixar a condução dos trabalhos à sua disposição. Só seguir o roteiro

aqui. Equipe técnica. Só convidar a equipe técnica para tirar uma dúvida aqui, por favor.

Fazer aqui uma dinâmica, que nós temos uma pauta longa hoje. Vamos primeiro ouvir os deputados e o Secretário anota, e depois responde tudo ao final. Em vez de resposta e pergunta, ele anota tudo e, ao final, responde. Pode ser?

O SR. DELEGADO CAMARGO - São questionamentos pontuais, Presidente. Acho que fica melhor perguntas e respostas. Até para que a população possa nos entender.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode ser, então. Pode ser.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu só pedi para que não nos alonguemos muito.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, eu queria só fazer um pedido. Para que o Secretário da Mesa fizesse a leitura do Requerimento proposto pelo deputado e, junto, sua justificativa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido o nobre Deputado Eyder Brasil para fazer a leitura do Requerimento.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Presidente, a Assessoria da Mesa está buscando o Requerimento que foi aprovado nesta Casa e que deu origem à convocação do nosso Secretário de Saúde Coronel Jefferson, e eu já farei a leitura.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui agradecer a presença do nosso querido amigo Maiorquim. Está bom, meu irmão? Seja sempre muito bem-vindo.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Presidente, quero aproveitar o ensejo e cumprimentar o nosso Deputado Federal Rafael Fera, do Podemos, que recentemente assumiu o cargo de deputado federal. Sucesso, meu amigo. Já te desejei, e desejo que seu mandato seja frutuoso. E tenho certeza que quem vai ganhar com isso vai ser o povo rondoniense. Seja bem-vindo a esta Casa de Leis.

Presidente, já se encontra em minha mão o Requerimento 2564, de autoria do nobre Deputado Delegado Camargo, que "Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com extensão ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, a convocação do Secretário de Estado da Saúde, Sr. Jefferson Ribeiro da Rocha, para prestarem esclarecimento sobre a atual situação da Saúde do Estado, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 09 de setembro de 2025, às 15h.".

"O Parlamentar que o presente subscreve, com base nos termos do inciso II do artigo 181 do Regimento Interno, requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com extensão ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, a convocação do Secretário de Estado da Saúde, Sr. Jefferson Ribeiro da Rocha, para prestarem esclarecimento sobre a atual situação da Saúde do Estado, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 09 de setembro de 2025, às 15h.

Plenário das Deliberações, 02 de setembro de 2025.

Delegado Camargo. Deputado Estadual."

Lido o Requerimento, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Algum deputado gostaria de começar os questionamentos? Passo a palavra ao nobre Deputado Delegado Camargo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só pela ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputada Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tendo em vista que é uma Comissão Geral, eu gostaria de pedir ao Senhor Presidente, de convidar o Deputado Federal Rafael Fera para fazer parte aqui do plenário. Tendo em vista que nós só temos oito deputados, acho que é uma questão de respeito. Pode vir ao nosso plenário. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza. Quero aqui convidar o nobre Deputado Federal Rafael Fera, que compoñha aqui o plenário. Convido, inclusive, o Deputado Federal Rafael Fera que compoñha a Mesa, por favor.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Registrar a presença do Deputado Cássio Gois, Presidente Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, senhor. Registra a presença do Deputado Cássio Gois.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, senhor.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Nós teremos um tempo específico para transcorrer essa Sessão ou será livre?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não, eu gostaria que a gente demorasse, Deputado Camargo e Jefferson, o prazo máximo de uma hora e meia. Não, duas horas é muito. Pode ser?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, com todo o respeito e vênha a Vossa Excelência...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Se possível, não é?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Nós estamos tratando de vida de pessoas que estão morrendo nos hospitais; estamos tratando de falta de infraestrutura para os profissionais da Saúde. Eu acredito que o tempo deve ser aquele necessário para prestar os esclarecimentos à população, porque quando nós estamos falando de vida, nós não estamos contando o tempo. Nós estamos contando reflexos nas famílias.

Então, peço a Vossa Excelência que assegure o tempo que eu entender necessário para fazer os questionamentos de tudo aquilo que me debrucei durante esse tempo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não, entendo. É justa a preocupação. Só lembrando que a gente tem uma pauta longa, também. Então, todo mundo sabe, é o equilíbrio. O equilíbrio. Deputado Federal Rafael Fera, seja bem-vindo.

Com a palavra, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Quero mais uma vez, agradecer a presença do Secretário de Estado, Secretário Jefferson, inclusive meu colega, meu irmão de família em Cristo na Igreja Católica, e peço que nós possamos começar nossos trabalhos entoando uma oração que Vossa Excelência sabe, tenho certeza: a Cruz Sagrada seja minha luz, não seja o dragão o meu guia, retira-te satanás. Se as coisas más que me aconselha, bebe tu mesmo o teu veneno. Amém.

Vamos lá. Secretário, através de uma indicação de nº 13034/2025, eu solicitei ao Governo do Estado com cópia a sua Secretaria - Sesau, qual o total de valor investido pelo Governo do Estado na área de Saúde nos municípios nos últimos cinco anos.

Vou ser mais específico. Recursos próprios do Estado em programas "Compartilhando Saúde", cofinanciamento da área primária da Saúde e a Farmácia Básica. Ou seja, valores que o Estado investiu do próprio cofre, descartado aqueles oriundos do governo federal.

Eu sei que é um dado muito específico e talvez Vossa Excelência não tenha a resposta de cabeça. Vossa Excelência recorda, aproximadamente, o valor que o Estado investiu nesses últimos cinco anos aos municípios?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - O "Compartilhando Saúde", nós colocamos R\$ 30 milhões, foram para cirurgias eletivas, executados após a pandemia, para se trabalhar essa parte de cirurgias eletivas. O cofinanciamento geral entre farmácia e o incentivo à atenção primária, ele gera em torno de R\$ 102 milhões anuais. A média, mais ou menos, desses valores, anualmente, são esses valores.

O que veio fora agora do projeto foi, em 2024, o Projeto "Compartilhando Saúde" e agora, as cirurgias que são direto pela Sesau, mas atuando dentro dos municípios.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Muito bem. Secretário, bom, eu quero acreditar que, ou a sua informação foi uma falha da memória, e acho que isso é bem cabível também, não consigo gravar todos os dados na cabeça. Ou um descompasso com as informações que recebi de forma oficial da Secretaria.

Está escrito aqui: "Encaminhamos os devidos esclarecimentos e asseguramos a transparência e a legalidade das informações.". Está escrito aqui.

Então, vamos lá. A Sesau pegou e passou uma tabela por município e por programa - dos 52, de Alta Floresta até Vilhena -, dizendo todos os valores. E eu somei esses valores em uma planilha de Excel. Repito: dos últimos cinco anos.

E o valor que cheguei - e repito, com base em dados fornecidos pelo próprio governo - é que investiram, tão somente R\$ 349 milhões. Dados oficiais, repito, todos eles com planilhas fornecidas pela Sesau. Se nós pegarmos R\$ 349 milhões, vamos pegar uma média. Dividimos esses R\$ 349 milhões por 52 municípios, dá uma média de R\$ 6,7 milhões por município ou, se quiserem, por habitante, R\$ 220,00 por habitante.

Só para que nós possamos ter uma noção de um comparativo, o Estado do Mato Grosso do Sul, aqui próximo, investe, no mínimo, cinco vezes mais que o Estado de Rondônia. Repito: números que vocês mesmos forneceram.

A pergunta que lhe faço é: o senhor acredita que esses números estão errados? E aí nós temos um grave problema, porque estão mandando para a Assembleia Legislativa informação falsa em um documento verdadeiro? Isso não apenas é improbidade - mas, pode virar, inclusive, área criminal de falsidade ideológica - porque botaram uma informação errada aqui, para um parlamentar e para Casa.

Ou o senhor confirma que esses foram realmente os investimentos? E, se o senhor acha que são suficientes para atender as necessidades da nossa gente?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - As informações, elas são informações verdadeiras, sim.

O senhor tocou em algo importante, porque o Estado de Rondônia é um dos poucos Estados que cofinancia esse atendimento, esse envio de recursos do governo estadual para os municípios.

Nós tivemos um incremento, em 2023, de mais R\$ 98 milhões - e aí você está falando de cofinanciamento do Estado - o que vem pelo governo federal, de mais R\$ 94 milhões, o que deu uma respirada, mas ele é muito pouco. E quem faz, quem dita as regras desses valores do financiamento da saúde pública é o governo federal.

E dentro dessa situação do governo federal, nós cofinanciamos esses valores - e todo mundo que trabalha com saúde sabe disso. O Estado de Rondônia é um dos dois ou três Estados que aplicam esses valores aos municípios, que fazem essa distribuição desses valores com essa média, um valor mediano, pouco mais de R\$ 100 milhões, para fazer esse trabalho justamente para melhorar a atenção primária.

É um valor que - o senhor me perguntou se ele é exequível - sem esses valores, é o que o município executa o serviço. Isso é apenas um "up" que o Estado dá para, como diz o próprio, repasse aos municípios. É um cofinanciamento para ajudar no incentivo à atenção primária, que é um dos pontos que a gente vem trabalhando junto com os municípios e o Conselho de Secretárias Municipais de Saúde (COSEMS), para tentar melhorar.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Apenas para deixar muito claro: Vossa Excelência se ateve apenas ao cofinanciamento da atenção primária à saúde. Mas, esse valor o qual apontei -

vou repetir em alto e bom som, R\$ 349 milhões - foram não apenas para o cofinanciamento da saúde, mas também para à Farmácia Básica e ao "Compartilhando a Saúde", que é um outro programa.

Mas, o senhor não me respondeu uma pergunta muito importante: o senhor acredita que esse valor que o Estado repassa aos municípios é o suficiente?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não, com certeza.

O SUS trabalha em cima de um subfinanciamento muito grande. E justamente esse repasse que o Estado faz aos municípios é exatamente para trabalhar, tentar melhorar essa parte do serviço deles.

E ainda está faltando mais um dado ali, que quem tem recebe, que é, por exemplo, o Samu. Quem tem serviço de Samu instalado além do valor que é repassado - agora que eu vi o doutor Maiorquim ali - com o serviço do governo federal o Estado também cofinancia esses municípios. Por exemplo, Ariquemes tem uma central, que o senhor conhece muito bem. Agora nós temos aqui em Porto Velho. São os dois. E estamos trabalhando para ser instalado a de Cacoal e de Vilhena.

Todos esses protocolos e esses recursos, já estão sendo aprovados na CIB (Comissão Intergestores Bipartite), justamente para que, quando estiverem prontas essas centrais de regulação do Samu, eles vão receber também esse incentivo para manter esses trabalhos funcionando.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Está bem. Secretário, são apenas sete perguntas, mas eu vou avançar a pauta. Apenas nessa questão de investimentos, a Vossa Excelência deixou

bem claro que são insuficientes, pelo que compreendi todos assistiram.

Houve recentemente uma reunião entre os profissionais da área da Saúde, que buscavam, junto ao Governo do Estado, melhor estrutura de trabalho. E entre as pautas dos profissionais da Saúde, que na verdade estão ali para salvar vidas - eles querem ter lá a seringa para aplicar o medicamento, querem ter a gaze para fazer um curativo, e muitas vezes não têm - e buscaram o governo buscando melhorias no seu local de trabalho e também como uma das reivindicações uma valorização salarial.

Segundo consta, e me chegam essas informações, em uma reunião, no dia 25 de agosto, onde Vossa Excelência apareceu, os demais Secretários remarcaram essa agenda para a parte da tarde, por volta das 15 horas, onde lá esteve Vossa Excelência, a Bia da Sepog, o Luis Fernando, chefe da Sefin, Secretário da Sefin, não, foi o substituto dele foi adjunto, o Elias Rezende, da Casa Civil, e naquele momento teria, segundo me consta, e eu quero perguntar para Vossa Excelência, porque eu não estava presente nessa reunião, essa é a questão do indagamento, que o Procurador-Geral do estado, Thiago Denger, disse que ele seria o portador da má notícia. E disse aos profissionais da Saúde que não teria nenhum reajuste, o governo teria zero para oferecer para eles. Em determinado momento, a Bia da Sepog, a Secretária, teria dito claramente nesta reunião que, inclusive os investimentos na saúde iriam diminuir.

Vossa Excelência, como responsável pela pasta, naquele momento fez o que deveria ter feito, que era ter reivindicado? E ter se colocado em posição totalmente contrária dela, falando: "Não, espera aí, Bia, se é algo que precisa ser ainda mais investido é na saúde, nós estamos falando de vidas". Eu, como não estava presente, pergunto

qual foi a conduta de Vossa Excelência ao saber, já antecipando que o governo vai investir menos na saúde no ano que vem.

Eu gostaria de saber de Vossa Excelência se procede essa reunião, se ela realmente aconteceu, se esses atores que eu falei estavam lá, se Vossa Excelência estava lá e, o mais importante, se de fato houve essa fala de que irão diminuir os recursos da saúde e se Vossa Excelência tomou alguma providência como responsável pela pasta.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Então, deputado, nós recebemos a informação do teto orçamentário, de acordo com a LOA (Lei Orçamentária Anual) que está sendo planejada, tem um deságio de R\$ 275 milhões dentro dessa LOA. O que nós estamos planejando é trabalhar o planejamento das nossas planilhas dentro do PAS, que é a Programação Orçamentária de Saúde Anual, todo o nosso planejamento em cima daquele teto, que está dentro do valor constitucional de 12%, de minimamente 12% de aplicação em saúde pública.

Então, nós estamos trabalhando em cima desse teto inicial, e sempre foi assim. Dá-se um teto inicial e, a partir desse planejamento, você transborda o planejamento e depois vai vindo superávit, vai vindo situações de superávit especial, e com isso você vai incrementando. Mas, inicialmente, o nosso teto que foi passado para 2026, para que eu possa fazer o planejamento dentro do PAS, é com esse mínimo menos 275 do teto anterior.

E nós já montamos, estamos montando o nosso PAS, o nosso planejamento, em cima desse teto que quase sempre, todo ano, é superior a esse teto mínimo de planejamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Secretário, desculpa, mas tem muitas pessoas simples assistindo a população como um todo. Eu vou insistir na pergunta a Vossa excelência, é um policial, é um Coronel da Polícia, sabe da necessidade de gerir respostas objetivas e práticas, então eu vou reformulá-las.

Essa reunião ocorreu, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A reunião com os sindicatos ocorreu. Só que...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim, ok.

A Bia estava presente, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Ela estava on-line.

O SR. DELEGADO CAMARGO - O Chefe da Casa Civil, Elias Rezende, presente, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não estava. Estava viajando.

O SR. DELEGADO CAMARGO - O Adjunto da Sefin, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Estava participando.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Em algum momento, a Bia falou claramente que não haveria reajustes para os profissionais da Saúde, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Ela não falou. Quem comentou sobre isso, foi até por conta do estudo. Quem falou sobre isso... **(manifestações da galeria)**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Pela ordem, Presidente, só vou garantir a fala ao nosso Secretário.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Quem falou, e aí a Célia que está aqui, ela pode ter comentado, mas quem disse que inclusive trouxe e falou nessas palavras "eu tenho que trazer a mensagem", o doutor Thiago Alencar...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Falou, então.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Falou.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ok, então falou. E a última pergunta, não só para finalizar, entendi. Ela falou sim ou não que vai diminuir o recurso da saúde. Houve essa fala? Sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Eu não me recordo disso. Eu sei que nós já sabemos que o teto, o nosso teto...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vai baixar.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Já veio e vai baixar para o nosso planejamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Na prática, vai baixar, então.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Isso.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Menos recursos...

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Para o nosso planejamento anual. Exatamente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Compreendi. Está ótimo. É o suficiente por enquanto.

Vamos para a próxima pergunta. Secretário, eu também fiz um Requerimento a um tempo atrás, o 4110, mostrando a necessidade que a Secretaria de Saúde do Estado compartilhasse informações referente à lista de espera de pacientes que necessitam de exames por imagem, dos mais diversos: tomografia, mamografia, ressonância magnética, com e sem sedação.

E, à época, no ano ainda de 2024, eu já pedi a atualização dessa planilha, vocês me informaram aqui. E à época, estou me referindo ao ano de 2024, constava nessa lista mais de 41 mil pessoas aguardando exames de ressonância magnética, tomografia computadorizada, mais de 11.500 pessoas. Muito bem. Ou seja, pessoas que às vezes estão ocupando um leito à espera desse exame para fechar o seu diagnóstico, outras tantas aguardando em casa. Fato é que há uma lista enorme de pacientes aguardando.

Nesse contexto, o Governo do Estado inaugurou, em 2018, o CDI (Centro de Diagnóstico por Imagem). Você, que está me assistindo deve saber que ali do lado do Hospital de Base há esse prédio, Centro de Diagnósticos por Imagem, inaugurado em 2018, cuja administração cabia a uma empresa terceirizada chamada Mega Imagem Centro de Diagnóstico. Esse contrato da Mega venceu em 2021 e a empresa terceirizada entregou a chave para o Governo do Estado já em fevereiro de 2022.

Dessa forma, foi realizada por parte do governo um plano de gestão para que agora o CDI ficasse sob um plano de trabalho da Policlínica Oswaldo Cruz. Tudo isso devidamente documentado. Ocorre, Secretário, que neste local há equipamentos de tomografia, ressonância, mamografia, raio-x, todos eles parados e sem funcionamento.

Por exemplo, estou aqui com um relatório feito em razão das visitas lá. Ressonância magnética – está aqui –, parada. Vamos lá. Sala da ressonância magnética, sabe o que virou? Um depósito. Vamos continuar. Sala de mamografia, parada. Aliás não apenas parada por simples fechar das portas, mas por falta de manutenção do equipamento. Tomografia computadorizada, exame caríssimo, está aqui, inoperante.

Ou seja, exames de alta complexidade que eram ofertados à população através do CDI tornaram-se simplesmente local de

abandono, porque quando passa lá na frente, não tem nada. Está abandonado. E nós sabemos que o CDI atendia não apenas a rede estadual, os pacientes eletivos oriundos do Estado, mas também uma demanda externa, prestando apoio de retaguarda aos hospitais Ari Pinheiro, Cosme e Damião, Cemetrôn, João Paulo II. Inclusive, Secretário, os equipamentos de raio-x, todos do CDI, parados.

E, nesse contexto, eu gostaria de fazer uma pergunta mais específica a Vossa Excelência. Por qual razão o CDI encontra-se fechado? Porque a meu ver, de duas, uma: ou é incompetência da gestão para colocar em funcionamento e atender a nossa gente que está aguardando, ou algum interesse que eu não consigo compreender de terceirizar esses serviços. Acredito, teriam um custo muito menor se fossem prestados diretamente pelo Estado.

E dentro dessa pergunta, então, antes de eu encaminhar para uma próxima, é que Vossa Excelência me diga o porquê equipamentos deste valor estão abandonados e o CDI fechado, se há uma lista enorme de espera aguardando o atendimento. Se Vossa Excelência puder me responder de forma objetiva, eu fico agradecido.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - O CDI, assim que eu assumi, a gente colocou todas as máquinas para funcionar, tanto a ressonância como a tomografia. E em menos de um mês a ressonância já estava, o termo técnico é "coinchada", já tinha superaquecido; e assim que nos foi informado, não teria mais chance de reabilitá-la.

A tomografia foi trocada toda a parte de imagem dela. E eu acho que ela ainda demorou uns dois meses ainda, até que ela apagasse de vez.

Nós fizemos um estudo técnico preliminar.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Secretário, posso interromper? Desculpa. Só para a gente não perder a linha de raciocínio.

Eu vou lhe dar o esclarecimento necessário em relação à ressonância magnética.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Ok.

O SR. DELEGADO CAMARGO - O que aconteceu ali, isso está no Ofício 28894 da Sesau, é que havia pendências financeiras entre a Sesau e a Siemens, fabricante do equipamento, e por isso que não conseguia dar manutenção. Posteriormente, essa pendência foi resolvida. Porém, após vários andamentos, a unidade, a Sesau, de fato, recebeu o atendimento da Siemens, porém até agora, o equipamento está parado, mesmo já tendo a manutenção da Siemens.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, por que está parado?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não está funcionando.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Por quê?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A Siemens não consegue colocar ele para rodar. Ele está "coinchado". É como se fosse "bater o motor", algo nesse sentido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Pelo menos, até onde acompanhei o Processo nº 036.034.638.2023.31, não consta essa informação. Ela é nova. Então, peço que depois o senhor encaminhe para mim, para que eu possa acompanhar também, e saber o que está acontecendo. Porque um valor desse equipamento, o fabricante certamente tem condições de colocar em operacionalidade de novo. Mas, se Vossa Excelência me diz que agora aconteceu. Até não sei se não está na garantia também esse equipamento, tem que ver. Mas, eu agradeço a Vossa Excelência.

Ok, vamos continuar.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - E aí, então, seguindo essa linha do raciocínio, nós queremos colocar ela para rodar, mas recebemos essa situação, ficaria inviável. A empresa colocaria profissional, mas não daria garantia que ela ia funcionar normalmente, a própria Siemens. E aí nós colocamos a tomografia, que nós tínhamos - bem nesse intervalo que o senhor citou muito bem aí - a nossa fila de tomografia batia 70 mil tomografias, aguardando. Nós tínhamos uma fila represada, acho que está em 11, eu acredito que a do senhor, mas assim que eu assumi, a nossa fila de tomografia estava batendo, se não me engano, 70 mil tomografias represadas. Nós fizemos um estudo técnico preliminar de como resolver.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só uma perguntinha. Como está inoperante lá o CDI, o senhor sabe me dizer se atualmente tem servidor lotado lá e recebendo dinheiro como se lá estivesse operando?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Vou já chegar lá, para o senhor.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tá.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Nós fizemos um estudo técnico preliminar de valores e como era praticado no mercado. Nós conseguimos lançar credenciamentos para colocar junto com quem tem capacidade instalada dessas tomografias e ressonâncias. Nós, tínhamos...o CDI não estava operando, duas máquinas de ressonância que atuavam no Estado todo. Duas máquinas de ressonância que atuavam no Estado todo. Uma praticamente em Porto Velho e outra lá em Vilhena. Toda demanda de Rondônia era destinada a essas duas máquinas.

Dentro do nosso estudo que foi feito, uma forma de descentralizar seria criar os credenciamentos em um valor mais justo, através de uma tabela complementar, e assim a gente conseguiria dar vazão nessas filas pelo Estado. E assim foi feito. Nós conseguimos obter êxito tanto na ressonância como na tomografia, que são os principais.

Em relação à tomografia hoje, nós já conseguimos zerar essa fila. Nós temos a fila da tomografia, apenas a fila de uma semana, ou no máximo duas semanas. Se Deus quiser, a fila da ressonância, que nós tínhamos duas máquinas operando, hoje nós - posso estar enganado, mas acho que são 16 ou 17

máquinas. A última que foi credenciada agora foi, inclusive, lá de Ariquemes. Esqueci o nome, é uma empresa nova que abriu lá em Ariquemes. Nós credenciamos R\$ 2 milhões lá, para fazer só a ressonância.

Então, toda essa ressonância de Ariquemes, que viria para Porto Velho, hoje faz lá. Nós descentralizamos todos esses processos de imagem ao longo do BR e também fora. Nós temos Rolim de Moura hoje, que faz também ressonância. E temos uma empresa que está entrando em São Miguel agora, que também já colocou possibilidade para querer atender esse serviço.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Entendi. Eu compreendi o senhor. Me permita por favor, ser mais objetivo. Vamos lá.

O que o senhor respondeu para mim é que zerou a fila da ressonância magnética. É isso? Está zerado? Tomografia zerou?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Tomografia.

O SR. DELEGADO CAMARGO - E ressonância?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Ressonância, nós estamos trabalhando. A nossa meta é ali em janeiro, fevereiro, finalizar isso aí.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tá. Vossa Excelência comentou também que acharam por bem descentralizar e fazendo isso no interior. Mas, e por que fecharam na capital, o CDI?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Aqui na capital justamente por isso. Na capital, existe um estudo, não sei se mandaram para o senhor, um projeto de manifestação de interesse para a gente criar uma central de imagem aqui na região de Porto Velho. Hoje, as nossas credenciadas conseguem suprir às nossas necessidades aqui na região.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ou seja, não vai voltar para o CDI?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Só dentro das unidades hospitalares.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, o governo não tem intenção na reabertura do CDI?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A ideia de se montar o CDI é uma central de imagem. Como nós estamos montando lá em Cacoal, na frente do Heuro, aquela construção na frente do Heuro. A ideia é fazer com que uma empresa assuma essa parte de imagem. Esse é o nosso projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Terceirizar.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Terceirizar o trabalho de imagem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, pelo que eu entendi - me permita, desculpa -, mas eu acho isso totalmente falta de planejamento e de gestão. Porque colocam um monte de dinheiro ali, investem um monte de equipamento, estrutura para operacionalizar, e depois vão lá e desmobilizam. Isso é um achaque com dinheiro público, a meu ver. Mas, tudo bem.

A pergunta que eu quero fazer agora, na sequência, com o senhor - que o senhor não me respondeu: como lá está inoperante? Não existe. Se gente sair daqui agora e ir lá, está fechado. Tem servidores lotados lá e recebendo cargos de direção por estarem lá?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Sim. Lá no...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não, não. Lá no...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Lá no CDI, hoje funciona o Unacon, a Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia do Hospital de Base, onde a gente faz... Toda a unidade que ficava ali, na parte do Barretinho

e dentro da unidade do Hospital de Base, ela está funcionando ali.

Então, todo o nosso tratamento de oncologia, agora, ele faz essa recepção lá. E futuramente, o que nós queremos, dentro do planejamento, é colocar ali uma parte de pronto-socorro oncológico lá naquela unidade.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tudo bem. Então, eu peço que a Vossa Excelência me encaminhe a cópia de todos os servidores que lá estão lotados, em qual órgão e o valor estão recebendo por cargo de direção, em algum sentido. Porque, a meu ver, está muito mais um projeto eleitoreiro do que atendimento à saúde. Mas, vamos lá.

A próxima pergunta que eu gostaria de fazer a Vossa Excelência diz respeito à minha população querida e amada do Vale do Jamari. Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença do Deputado Federal Rafael Fera, porque diz respeito à saúde do município de Ariquemes.

Eu recorro claramente - e a população lembra disso também - quando o Governador Coronel Marcos Rocha fez um vídeo em sua campanha eleitoral prometendo à nossa gente, do Vale do Jamari, a construção de um hospital regional para atender aquela região.

Assim, quando eu assumi aqui, nesta Assembleia, o primeiro documento que emiti foi exatamente cobrando o compromisso feito pelo Governador Coronel Marcos Rocha da construção desse hospital. E esse documento data de fevereiro de 2023.

Vossa Excelência recorda que, por inúmeras vezes, eu lhe procurei, e até recebi a sua gentil visita no meu gabinete, e falou: "Camargo, nós vamos fazer um estudo lá."

E eu disse: "Mas, Coronel, eu preciso de um cronograma. De promessa é santo que vive. Por favor, me coloque no papel as datas para que eu possa cobrar."

E o senhor até apresentou e disse que ia fazer um estudo de viabilização disso. E aí, de tanto cobrar, cobrar, cobrar... sempre: "Estamos fazendo estudo". Sempre há um planejamento. Eu acho bonito isso da sua parte, sempre planeja. Muita iniciativa e pouco "acabativa". Só planeja, planeja, mas não executa nada.

Planejaram, planejaram... o Hospital Regional de Ariquemes, cadê? Só escombros.

Se nós falarmos do Heuro, aqui em Porto Velho, eu vou chegar lá, mesma coisa. Promessa de campanha não cumprida. Aliás, deram início, gastaram milhões – eu quero depois até saber com o senhor quanto já foi gasto ali – e agora estão planejando um outro também.

Mas, eu vou ser mais objetivo em relação a Ariquemes. Aqui, querida e amada população de Ariquemes, Vale do Jamari: documento enviado pela Sesau – está aqui – claramente diz assim: "Informamos que não há previsão para entrega do novo hospital regional de Ariquemes".

Eu lhe pergunto, esse planejamento, que sempre dá em nada, ele permanece? Ou o Governo do Estado, agora, no apagar das luzes, no entregar da caneta do Governador Coronel Marcos Rocha, vai achar uma fórmula mágica e vai comprar um hospital lá?

O que vocês pretendem fazer para cumprir a palavra daquilo que disseram? Não responda para mim, responda para toda a população do Vale do Jamari que está acompanhando.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Então, lá para Ariquemes, dentro do que nós levantamos, nosso maior gargalo na região ali - tem essa promessa do regional - mas do ponto de vista de saúde pública, o nosso principal gargalo ali era a rede de oftalmologia e a ortopedia.

O que nós planejamos de início, no levantamento que foi mandado para o senhor, era criar um centro de alta complexidade lá, com 10 leitos de UTI e mais as duas salas ortopédicas dentro do hospital, ou ao redor do Hospital Municipal, e torná-lo o regional daquela área.

Nós fizemos uma pesquisa de compra na época que o senhor mandou esse documento - era, se não me engano, o Getúlio Vargas, o hospital de Ariquemes -, a prefeitura acabou comprando e transformando ele em materno. E aí nós ficamos nessa pegada de fazer os leitos de UTI e as salas ortopédicas.

Os leitos de UTI: nós finalizamos o projeto, foi aprovado pela Agevisa, com orçamento para se fazer ali ao redor do municipal. Se não me engano, está dando R\$ 8 milhões para montar as UTI's ali e finalizar essas salas para a ortopedia.

Esse é o tratamento que a gente vem adotando, do ponto de vista lá do Vale de Jamari.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ou seja, não vão cumprir a promessa, não vão construir o hospital, é isso?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Nós vamos resolver a maior gargalo de saúde ali.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, não, não. Resolver é obrigação. Obrigação! Resolver. Estão aqui para isso.

A pergunta é: vão construir? Já entendi, não vão. Só promessa que não será cumprida, correto? Porque resolver tem que resolver, mas vamos lá.

E eu lhe digo isso, Secretário, apenas lembrar uma passagem aqui - Vossa Excelência é meu irmão católico, da Igreja Católica -, que diz assim, a Palavra nos ensina que um homem prudente, antes de construir uma torre ou uma casa, deve primeiro se assentar e calcular o preço para ver se tem condições de terminar aquela construção. Todo homem prudente faz isso.

No momento em que lança uma promessa de campanha dizendo que vai construir um hospital, lidando com vida de pessoas, despertando ali, nas pessoas, essa esperança de ver o seu ente querido e depois não cumprir, no mínimo, é falta de prudência. No mínimo. Para mim, é um estelionato eleitoral. Prometeu e não cumpriu.

Segunda pergunta. Vamos passar para o hospital Heuro aqui de Porto Velho. Todo mundo também acompanhou que o Coronel Marcos Rocha fez uma promessa de campanha dizendo que ia entregar o Heuro. Aliás, vi inclusive fotos, retratos divulgados amplamente na mídia, até com aquelas coisinhas que brilham quando comemoram aniversário, dizendo que naquele local seria o Heuro. Amplamente divulgado. Promessa de campanha.

Depois, vi fotos, amplamente divulgadas, pela Secom do governo, batendo o martelo lá na B3 (Bolsa de Valores). Mais uma vez despertando a esperança do nosso povo tão sofrido, em especial na área da saúde. Eu lhe pergunto, a primeira pergunta que eu lhe faço em relação ao Heuro. O senhor sabe me dizer quanto foi gasto naqueles escombros de onde seria

o projeto do Heuro? O senhor sabe me dizer quanto foi de dinheiro público ali, pelo ralo? O senhor sabe dizer o valor? Se não souber, não tem problema, depois o senhor me informe. O senhor sabe dizer? Por favor.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Lá, primeiro, o escopo do projeto não tem recurso público. Lá é um BTS (*Build to Suit*), é uma empresa que recebeu e ganhou o projeto licitatório para construir um hospital e depois, a partir da locação, ele começaria a usufruir de recursos.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, não houve nenhum repasse do governo do Estado? Zero?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Zero repasse. Está bom?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Está ótimo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deputado Delegado Camargo, o senhor permite uma gentileza, que eu também fiquei com uma dúvida, Secretário. Tendo em vista que os vereadores da nossa região estão ali, e nós tivemos uma inauguração lá em Jacinópolis, junto com o Governador, e naquele momento o Governador foi abordado em relação às ressonâncias. Até o Vereador Claudiomir, que está ali. E o senhor falou aqui, na sua fala, que o credenciamento, o senhor tem empresas credenciadas aqui na capital. Eu queria saber quantas empresas têm credenciadas e qual é a demanda que o senhor tem?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Hoje, a gente tem, assim, de forma rápida aqui: Alphaclin, Mega Imagem, nós temos o Prontocordis e ali no Hospital Central. Quatro ou cinco empresas credenciadas aqui funcionando para o SUS e o Dr. Enoch agora.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas, normalmente eram quatro, não é? Juntando essas quatro empresas credenciadas, elas pegam qual quantidade de demanda em relação à ressonância?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Eles abrem por dia de 15 a 20 vagas para a ressonância, de 15 a 20 vagas de ressonância. Nós temos uma única que trabalha, que ela montou agora, que a máquina, dentro do contrato é filantrópica, ela fica meio que 24 horas voltado totalmente para a Sesau.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Esses atendimentos funcionam de segunda a sexta? Então, uma média de, vamos dizer, uma média de 15 atendimentos, $15 \times 4 = 60$, vezes 20 dias? Perfeito.

Qual é a demanda que nós temos hoje da capital englobando a região Madeira-Mamoré, que pertence à minha cidade, Nova Mamoré?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Preciso puxar aqui, mas eu acredito que a gente, entre Porto Velho e Madeira-Mamoré, está em torno de 14 mil ressonâncias ali.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso mês?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não, isso é a nossa fila que vem represada.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então, nós temos 14 mil atendimentos entre a Madeira-Mamoré. Quando eu falo Madeira-Mamoré, gente, eu estou falando Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho, correto? 14 mil atendimentos de fila represada.

As credenciadas dão um total de 1.200 atendimentos, correto? Então, sobra uma média de 11 mil pessoas na fila, sem conseguir abater, na fila da ressonância. Então, eu queria que o senhor me esclarecesse, porque eu não deixar de lutar pelo meu povo, não. Eu queria saber a questão da ressonância. Como pode ser suficiente se a gente está com uma fila de 11 mil pessoas esperando para a ressonância nessa região do Madeira-Mamoré e eu já me humilhei mais de mil vezes para ter uma ressonância na minha cidade?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A critério de ressonância lá, tanto que por emenda, nós temos Vilhena, alguém quis colocar agora uma ressonância, uma situação de portaria do SUS. A portaria do SUS tem uma quantidade mínima. A senhora mesmo quer colocar uma ressonância lá na região?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só responda o que eu lhe perguntei, Secretário. Eu falei assim: como que é suficiente a questão da ressonância se nós temos uma fila represada de 14 mil e

o atendimento mês é 1.200 atendimentos, sobram 11 mil pessoas esperando para fazer ressonância magnética.

Como seria suficiente só o credenciamento e não a reativação do CDI? Porque eu sei quanto que custa uma ressonância, que são R\$ 7 milhões.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - O CDI, a ideia do CDI, não fechou, foi aquilo que eu respondi para o deputado. Nós estamos montando uma central. O nosso estudo, que é o PMI, que foi lançado, inclusive, para ver a oportunidade ou qual seria o melhor resultado dentro do que a gente viu de imagem, nível de Brasil. A gente viu na Bahia, viu em Goiás, viu em São Paulo, o que mais deu certo foi uma central totalmente terceirizada e a gente pagando o preço SUS dos exames.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então, hoje nós temos só o credenciamento. O senhor falou que não desativou o CDI. Como que vai ter o atendimento do CDI na capital para desafogar essas 11 mil pessoas que precisam de ressonância? Porque em todo lugar que eu vou, o vereador que está ali sabe, quase deixou o Governador louco lá, no dia da inauguração da obra, pedindo ressonância magnética.

Eu queria saber, se o senhor pudesse esclarecer.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A parte de ressonância, senhores, não é que eu diga que seja já necessário, que só essas que estão credenciadas sejam realmente o valor, a quantidade necessária para fluir essas filas. É tanto que o credenciamento continua aberto.

Qualquer empresa que queira adentrar ainda para fazer esse tipo de exame, nós estamos aceitando. Mais empresas. Agora, acabamos de credenciar, por exemplo, lá em Ariquemes. Então, esse credenciamento para aumentar esse volume de empresas e de máquinas, nós estamos ainda pegando mais e mais empresas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Secretário Jefferson, eu queria fazer uma...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tem previsão, só para finalizar, tem previsão de reativar, independente de credenciamento, porque eu estou falando da minha região - dificilmente o empresário vai lá comprar uma ressonância para poder colocar, para credenciar, porque tem vários critérios -, de reativar a ressonância, o CDI, que funciona ali do lado, aqui na capital, para atender, independente dos credenciamentos das empresas privadas, para desafogar essas 11 mil pessoas?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Só através de investimento, através de PPP mesmo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tem previsão?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Justamente esse PMI que foi feito, elaborado, foi publicado, esse estudo, é justamente para se trabalhar nesse cenário.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas não tem data, nada disso? E orçamento?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Orçamento para ele é em torno de R\$ 3 milhões de funcionamento anual.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas, tem previsão?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não tem. Por enquanto, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pode continuar, Deputado Camargo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Secretário, eu gostaria de fazer uma pergunta, Deputado Camargo. Nós temos um hospital terceirizado em Guajará-Mirim, que atende obviamente toda a região de Nova Mamoré, Ponto do Abunã e Guajará. Essa empresa que está terceirizada, não há uma previsão contratual de eles colocarem esse aparelho de ressonância magnética, já que já há o contrato da terceirização?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Então, até recebi aqui a fila de Guajará, 734 pessoas na fila lá para Guajará. Isso, e aí o que acontece? A instalação, existe a portaria do SUS por densidade demográfica ali. E aí, tanto para Guajará-Mirim, a gente não conseguiu, era uma ideia da deputada, de proposta, de se colocar ali, a gente não conseguiu avançar para se colocar lá uma ressonância.

É um equipamento alto, muito caro, e de repente que não tem demanda para ele lá na região. Por isso, que o serviço de alta complexidade acaba, deputada, sendo centralizado. Acho que até em Vilhena, o senhor começou com essa situação, e como nós já tínhamos lá no privado, nós já tivemos dificuldade de colocar no Regional lá em Vilhena. Tem uma emenda, se não me engano, do próprio Senador Bagattoli, que está se trabalhando para colocar, e a gente está tentando vencer junto ao Ministério, a possibilidade - olha que Vilhena tem uma densidade muito maior da região ali.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Sim, a demanda é maior. Eu falei, porque nós já temos esse contrato da terceirização. E hoje o Estado está buscando, justamente, terceirizar a maioria dos serviços. Como já havia o contrato da terceirização do hospital, uma aparelho de ressonância resolveria o nosso problema.

Mas, nós vamos esbarrar justamente na densidade demográfica.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Por gentileza.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E se nós fizéssemos o seguinte: o senhor está falando que tem uma fila de 734 pacientes em Guajará-Mirim, aí você já consegue ver a fila de Nova Mamoré. Aí nós temos toda a Ponta do Abunã que precisa fazer exame de ressonância, Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre, toda a ponta do Abunã. Nesse caso, Secretário, pegando toda essa região aqui, pode até unificar a União Bandeirantes ali para aquela região, teria possibilidade do Estado - eu me disponho até colocar recurso -, para poder implantar uma ressonância

magnética para a gente parar com esse sofrimento de vir para a capital?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Você quer colocar onde, em Guajará?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sim, porque o hospital é lá.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Exatamente foi o que eu respondi. Se a gente conseguir, junto no Ministério, passar sob a portaria de implantação desses equipamentos de alta complexidade, não vejo problema nenhum, até porque esses pacientes precisam ter atendimento. A senhora concorda que os mil, praticamente, em um mês a gente acabaria toda aquela fila da região ali.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputada, eu posso continuar aqui?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pode sim, desculpa. Não acabaria não, porque tem toda a região, não. Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado. Só para eu poder terminar o meu raciocínio aqui, Secretário. Apenas fazendo, Secretário, um apontamento em cima do que a Deputada Taíssa colocou aqui para a gente. Ela falou, o senhor comentou que não haveria um estudo da necessidade de uma ressonância em Guajará. E parece que para a ressonância foi feito um estudo,

mas para a questão do trauma, não. Até onde me chegam as informações, não que Guajará não mereça. Pelo contrário, acho que todas as regiões merecem. Mas lá, nós temos a questão do trauma. As cirurgias de ortopedia estão sendo feitas lá. E até onde me chegam, para suprir a demanda dos profissionais lá alocados, pessoas estão sendo colocadas, fraturadas dentro de ambulância e sendo transportadas para serem operadas em Guajará-Mirim.

Para mim, isso é uma completa falta de gestão. Pessoas fraturadas dentro de uma ambulância, chacoalhando daqui até lá, para serem operadas em Guajará? Deveria ter sido feita aqui. Então, me parece que para um lado há um planejamento e para outro não há.

Mas, eu quero fazer uma seguinte pergunta também, antes de voltar à questão do Heuro. Veja, nós estávamos falando de exames por imagem, que são exames de alto custo. Há um valor considerável, o senhor sabe me dizer quanto custa para o Estado, se fizer no CDI, por exemplo, uma ressonância e quanto o Estado está pagando para as credenciadas nesse mesmo exame? O senhor sabe me dizer? Se não souber, não tem problema, eu pego depois.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Sim, sim.

(Às 16 horas e 50 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Eyder Brasil)

O SR. EYDER BRASIL - Questão de ordem, antes de o Secretário responder essa pergunta, Deputado Camargo, eu estava com essa pergunta em mente e eu queria subscrever à

sua pergunta, aproveitar o ensejo, porque como gestor, existe uma balança que tem que ser analisada, que tem que ser verificada. Não obstante, outros Estados estão inclinándose para o lado da terceirização dos serviços, e não apenas dos serviços de saúde, inclusive serviços de educação.

Então, a minha pergunta vai na mesma linha do Deputado Camargo, Secretário. Qual foi a motivação do impacto financeiro que fez com que o Estado decidisse pela terceirização, em detrimento da operação direta dos exames? Se você pegar as Forças Armadas, fazer uma comparação esdrúxula, hoje, as Forças Armadas estão investindo mais em oficiais e sargentos temporários do que de carreira, porque isso tem um custo a longo prazo.

E eu vejo a terceirizada, e aqui eu vou dar a minha opinião, de uma forma mais resolutiva do ponto de vista da entrega do serviço. Porque, vejamos, nós temos um CDI que foi iniciado a operação, em determinado momento deu problema nas máquinas. Eu acredito que não havia, ou se havia, de repente falhou na questão da manutenção preventiva, preditiva e corretiva desses maquinários. Não temos profissionais servidores capacitados, como temos dentro das empresas que fabricaram essa máquina, em razão da Siemens. E isso existe um custo. Qual foi realmente o fator de decisão pela terceirizada, Secretário?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só assegurar primeiro a minha pergunta, Secretário, por favor. Se o senhor puder me responder de forma objetiva, o valor do exame, vamos pegar como exemplo a ressonância, quando realizado de forma direta pelo Estado e quando por uma terceirizada.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Hoje, o serviço SUS, eu vou responder conforme até a pergunta do deputado, que vai estar dentro do estudo técnico preliminar que nós fizemos. O CDI lá, por que nós decidimos fechar ele e partir para credenciamento? Nós tínhamos lá em torno de 130 a 140 servidores, dentro do CDI.

Somando todos os exames que eram feitos, um exame de ressonância, por exemplo, que é o que o me recordo aqui, que está com três anos, dois anos e pouquinho, ele ficaria em torno de R\$ 140,00 a R\$ 150,00 ali. Quando eu jogo para um credenciamento externo e tiro a mão de obra e faço a soma só do exame que chega para o paciente, ele vai chegar a R\$ 75,00 ou R\$ 80,00. Então, o custo-benefício para a gente ficou muito melhor, muito maior. Então, por isso que nós optamos...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Quanto o Estado está pagando, então, por causa do exame de ressonância?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Hoje, no geral, ele sai para a gente em torno de R\$ 75,00.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Em uma ressonância magnética?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não, ressonância não. Tomografia. Eu falei tomografia. A ressonância, existe uma tabela complementar.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, mas eu te pergunto ressonância, por exemplo.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Ressonância, nós temos uma tabela complementar que o SUS paga, por exemplo, são vários valores. De R\$ 150,00 a R\$ 280,00 uma ressonância. E todo mundo sabe que aí fora, uma ressonância...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas, o custo é mais barato, segundo o senhor, terceirizando.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - No volume, hoje, eu montei uma tabela complementar que o Estado, além dos R\$ 200,00 da tabela SIGTAP/SUS, o Estado vem e aporta mais - dependendo, que são vários, cabeça, tronco -, mas, por exemplo, pega um valor de R\$ 500,00 a mais, e eu pago R\$ 700,00.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu entendi. A pergunta que eu quero fazer para o senhor é a seguinte. Vamos lá. Vamos tentar pontuar as coisas aqui, para todo mundo entender. E eu não tenho pressa nenhuma desse nosso diálogo aqui. Vamos lá.

Todas as empresas privadas - vamos pegar os Planos de Saúde -, quando você pede um exame desses de alta complexidade, que tem um custo maior, geralmente tem outro profissional ali que verifica se há realmente necessidade desse exame, porque é um exame de alto custo.

Na Secretaria, na Sesau, como funciona, na prática, isso? Essa empresa que está lá, prestando esse serviço para o Estado, tem dias da semana que ele atende para o Estado?

Como é feito? A pessoa chega lá e leva o encaminhamento do próprio Estado, do médico do postinho?

Como funciona isso? Eu lhe pergunto, porque, na prática, o que está me aparecendo, no frígir dos ovos, é que o Estado está pegando a sua população e está endereçando, está encaminhando tudo para o privado. E alguém está ganhando com isso. Alguém está ganhando com isso. Qual é o critério de filtro para saber se há necessidade desse exame? Como é feito isso?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Muito importante essa pergunta, e vou responder de forma muito clara o que nós fizemos para não acontecer isso.

O Estado de Rondônia - está aqui que o ex-prefeito Pedro Fernandes, lá de Cujubim - muitos profissionais da área de saúde, às vezes, nem olham para o paciente e pedem uma ressonância.

E o que nós aprovamos na CIB, se não me engano, em 2023 ainda para isso, foi justamente por conta disso: que esses exames de alta complexidade precisam ser solicitados por um especialista.

Então, nós tínhamos um monte de exames - muitos, muitos exames - que eram solicitados pelo clínico que estava lá na UBS. Só que eles nem tinham a especialidade para fazer esse pedido.

E nós aprovamos, junto com os Secretários Municipais, uma portaria na CIB, para que esses exames sejam adotados e solicitados por um profissional da área - por exemplo, de ortopedia -, algum especialista para fazer o pedido, justamente para a gente sanear isso.

Eu, no ponto de vista de volume – porque tem muitas pessoas que já chegam no consultório e falam: “Me dá um exame de ressonância para mim”. E, às vezes, sei lá, o profissional quer se livrar, talvez, não sei, do paciente, já solicita e manda. Mas, ele não é nenhum especialista para fazer esse pedido.

O SR. DELEGADO CAMARGO – E vocês têm, lá, o volume de procedimentos indeferidos? O senhor consegue me informar isso?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA – A partir...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Que houve o pedido, houve uma análise ali de um técnico, dizendo que não era necessário, que haveria um exame, talvez, um pouco com custo menor, que poderia dar o diagnóstico...

Vocês têm como me informar qual foi o número de pedidos de exames de alta complexidade que foram indeferidos?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA – Eu não consigo, porque, a partir dessa CIB, nós só iríamos admitir o paciente para fazer alta complexidade regular se ela viesse solicitada a partir de um profissional, de alguém especialista.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Porque, geralmente, no setor privado, mesmo o especialista pedindo, há um técnico que faz ali uma revisão, para ver se realmente aquilo é necessário.

Então, basta ser especialista, vocês já liberam. Manda para o privado, manda para fazer o exame.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Se for especialista, ele já vai, e a gente recebe. O que nós fizemos de barrar foi, através dessa CIB, diminuir o volume de qualquer um fazer o pedido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Está bom. Eu já estou me encaminhando para o meu final. Tenho apenas duas perguntas a fazer, a Vossa Excelência - talvez três, no máximo.

Vamos voltar à questão do Heuro. Chegou aqui na Assembleia, a Mensagem 191, abrindo Crédito Especial de R\$ 67 milhões para construção do novo Hospital de Urgência e Emergência de Porto Velho - o Heuro. Está aqui, Mensagem 191: R\$ 67 milhões.

Durante a Mensagem, em que o Governador Coronel Marcos Rocha justifica o porquê que está mandando, diz lá: "Tal medida" - ou seja, a gente liberar esse valor - "é essencial para destravar a ativação do contrato da Parceria Público-Privada - PPP - Concorrência Pública nº 011/2022/CELHEURO/SUPEL/RO, já homologado e suspenso em razão da ausência da estrutura física adequada, (...).".

Ou seja, em palavras mais claras, o governo diz que é preciso que nós liberemos esse dinheiro para que possa ser feito o contrato de PPP (Parceria Público-Privada), terceirização da Saúde. A meu ver, deveriam ter encaminhado processos distintos. Porque aqui acaba sendo uma casca de banana para os parlamentares: quem votar contra a terceirização, vão dizer que você votou contra a compra do

novo hospital. Se você vota a favor, vão encurralar você, dizendo que você votou a favor da terceirização.

A meu ver, deveriam ser matérias votadas em destaque. E assim pedirei que essa Casa faça. Mas, agora eu quero ouvir a sua opinião.

Vossa Excelência, como um policial, um Coronel de Polícia, o senhor é a favor da terceirização? Que empresas terceirizadas administrem a gestão ou grande parte daquilo que é o maior cofre do Estado, que é o da saúde? Eu lhe pergunto, o senhor é a favor ou contra? Só essa resposta objetiva que eu vou encaminhar uma segunda.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Nós temos vários serviços que já são terceirizados. E esses serviços, principalmente em alta complexidade, eu sou a favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tá, então tudo bem. Então, vamos lá. Talvez você não saiba, vamos lá. Quando a gente terceiriza, eu preciso explicar para você. Quando você terceiriza, é uma empresa que vai fazer a gestão disso.

E essa empresa, como não é o Estado, olha só, ela pode contratar sem fazer concurso. Sabia? Pode colocar ali os companheiros, a camaradagem, chama todo mundo para pertinho aqui. Vai votar em mim? Vai trabalhar em mim? Vem cá, eu te contrato, te coloco aqui. Porque OS (Organização Social) não faz concurso público para contratação. Isso é uma porta larga, a meu ver, para projetos eleitoreiros e uma porta larga para corrupção.

Mas de onde eu digo isso? Da minha cabeça? Não. Não é da minha cabeça. Não é da minha cabeça.

Tribunal de Contas da União. "TCU faz auditoria sobre a atuação de organizações sociais nos serviços essenciais do Sistema Único de saúde e constata, entre outros, risco de fraude e corrupção." TCU.

Ministério Público. Repito, não sou eu. Ministério Público. Prática de fraudes na terceirização de serviços de saúde. Destaca o Ministério Público que há riscos de fraude no processo de qualificação, proposta técnica e financeira, editais de saneamento, formas de desvio e lavagem de dinheiro, além de pontos críticos na prestação de contas.". Isso diz o Ministério Público.

Vamos ver o que diz a Polícia Federal? "Fraudes na saúde: levantamento aponta que as OSs citadas em documentos do MPF receberam quase R\$ 2 bi do Estado." Isso aqui, inclusive, essa operação da Polícia Federal, foi motivo que levaram o afastamento do Governador Wilson Witzel, à época Governador do Rio de Janeiro.

Então, com todo respeito, Secretário. Será que Rondônia merece correr esse risco? Eu não estou dizendo que vai haver corrupção, que vai haver lavagem de dinheiro, jamais falei isso. Eu estou dizendo que os órgãos de controle e instituições sérias, como Tribunal de Contas da União, Ministério Público, Polícia Federal, apontam que há uma porta gigante que se abre para corrupção, lavagem de dinheiro, apadrinhamento político.

Quando uma empresa terceirizada passa a gerir a saúde ela contrata de quem ela quiser, paga o valor que bem entender, contrata os profissionais que assim entender. Então, me parece, com *data máxima vênia*, não é a melhor opção. E o Estado condiciona aqui, claramente. Está escrito aqui. Deixa-me ver quem assinou. Deixa-me ver. "Marcos José Rocha dos Santos - Governador.". Que precisa que a gente

libere esse dinheiro para terceirizar. Desculpa, deveria ter enviado proposta separada. Isso aqui não se faz. Então, vou pedir a votação em apartado.

Apenas para terminar, Secretário. Eu gostaria de aproveitar a presença dos meus colegas aqui, do Presidente Deputado Alex Redano.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Deputado Eyder, eu gostaria de fazer uma ponderação também.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só assegurar a minha fala, por favor. Estou finalizando e já passo aos colegas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - É porque o tempo está acabando, meu amigo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tempo para salvar vidas não existe, Deputado Ezequiel Neiva. Vossa Excelência deve aguardar. Tem pessoas que estão no leito dos hospitais aguardando. Vossa Excelência sabe que lá na sua região, inclusive, há pessoas acompanhando isso, aguardando exames, cirurgias eletivas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Não, deputado, e que Vossa Excelência está querendo usar isso, quem está aqui falando que nós não estamos salvando vidas, meu amigo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Por gentileza, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem. Foi deliberado no início dessa Comissão Geral que nós iríamos até o esgotar do assunto, pelo menos para essa Comissão Geral. A fala foi assegurada ao Deputado Delegado Camargo, que está concluindo. Após a fala do deputado, vou passar a fala para o Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. É a última pergunta. Na verdade, nem é uma pergunta.

Nós temos alguns processos de fiscalização, já iniciados pelo Tribunal de Contas aqui no Estado, em relação à construção do Heuro: Contrato 07, da Sesau, inclusive Processo 2885, que era para fiscalizar as condições de infraestrutura e manutenção do Hospital de Retaguarda de Rondônia; Processo 2620/2023, as denúncias de superlotação e atendimento precário no Hospital João Paulo II; Processo 2206/2023, para a consolidação da avaliação das condições de infraestrutura e manutenção dos hospitais da rede pública estadual; Processo 0428, para verificar a eficiência dos hospitais públicos e combate à malversação dos recursos na Sesau; Processo 03/2023, para verificar o cumprimento das escalas de plantões da rede estadual; Processo 2531 para verificar as condições do Hospital Regional de Ariquemes; Processo 2481 para verificar as condições do Cemetrôn; Processo 2429 para verificar as condições do Hospital Ary Pinheiro; posteriormente, Processo 2406, destinado a apurar irregularidades na prestação do serviço público destinado a crianças recém-nascidas no Hospital de Base e Hospital Regional de Cacoal; Processo 0174, para fiscalizar a obra de reforma e ampliação do Hospital Cosme e Damião, incluindo infraestrutura e manutenção. E, por fim, Processo 3396/2018,

para cumprimento do Termo de Ajustamento e Gestão referente ao controle da jornada dos profissionais de saúde.

Além disso, acredito ser necessário também verificar a conclusão, como se deu a contratação da UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviço para Projetos), que finalizou o Hospital Regional de Guajará-Mirim, razão pela qual, Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que faça chamamento nominal e proponha, nesse exato momento, a abertura de uma CPI, porque quem está fazendo o trabalho que essa Assembleia deveria fazer, é o Tribunal de Contas.

E se de fato, esta casa se importa com a vida das pessoas, eu estou assinando nesse momento - está aqui assinado, bem claro - irei protocolar nesta Casa e quero que coloque em votação nominal, aqueles que são a favor ou contrários à abertura de uma CPI, para a gente verificar tudo isso que o Tribunal de Contas já colocou.

Peço que a Vossa excelência delibere pela votação nominal.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Rodrigo Camargo, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito requer assinatura de parlamentares. Isso não é deliberado em plenário. O senhor, de acordo com a sua vontade e articulação política, o senhor deve passar em cada deputado e buscar o convencimento pela assinatura na abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Aquele que se sentir à vontade pode se manifestar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Isso não deve ser deliberado em plenário, desta forma. A gente não está aqui - eu sempre falo isso -, para servir de marionete política para o lado A ou para o lado B. Nós estamos aqui, cada deputado aqui tem a sua cabeça, cada deputado tem a sua sentença, cada deputado aqui vai responder por si ao seu convite, de acordo com as suas convicções.

Através do nosso Presidente Alex Redano, fica reservado o seu direito de fazer o Requerimento de convocação. Foi feito. Foi deliberado, foi aprovado. O senhor teve o seu jeito de fala. O Secretário está aqui respondendo os seus questionamentos.

Eu passo a fala agora ao Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só agradecer, Presidente, a gentil colocação do Secretário que veio aqui mais uma vez. Jefferson, obrigado pela sua presença e eu permaneço à disposição sempre para contribuir em melhorias ao Governo do Estado. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Após a questão de ordem do Deputado Ezequiel Neiva, questão de ordem ao Deputado Marcelo Cruz e após Deputado Ribeiro do Sinpol.

Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente Deputado Eyder, na presidência de Sessão, obrigado. Quero parabenizar o Deputado Rodrigo pela preocupação do nobre colega pelas causas da saúde. Acho que é a preocupação de todos nós aqui nesta Casa. Mas, eu não posso deixar também, Deputado Eyder,

de parabenizar a boa vontade e a grande dedicação do Secretário Jefferson também à frente de uma das pastas mais importantes do Estado. Eu diria a mais importante.

Nós estamos falando de salvar vidas e o Jefferson, nunca que eu tenha ligado para o Secretário Jefferson, 5 horas da manhã, 4 horas da manhã, meia-noite, que ele não tenha atendido, buscando encontrar uma solução para o problema.

O SR. MARCELO CRUZ - Às 5 horas da manhã?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Às 5 da manhã. Já liguei para ele várias vezes e tem me atendido. Meia-noite. Nunca liguei para o Jefferson que ele não me retorne em cinco minutos ou que me atenda na hora.

Então, Jefferson, eu queria lhe parabenizar. Eu sei que o recurso da saúde é muito pequeno para o tamanho de demanda que nós temos. E cada deputado aqui, quando chega o orçamento, quando chega a LOA aqui, tem a oportunidade de, juntos, deliberarmos, quando chega a LOA esta Casa, para brigarmos por mais orçamento para a saúde.

É uma das pastas que só o Tribunal de Saúde, por exemplo, tem o orçamento da saúde do Estado de Rondônia, todinho. Se você juntar o orçamento da Assembleia e do MP (Ministério Público), já deu o orçamento da saúde praticamente.

Então, nós temos muita demanda, temos muito o que melhorar. A grande maioria dos Estados gasta aí 3% a mais, 4% a mais do que está previsto para gastar na saúde. e nós, o Estado, estamos no limite, e é preciso melhorar o

orçamento, porque com o dinheiro qualquer Secretário faz um belíssimo trabalho.

Eu aqui faço esse apelo ao Governo do Estado, a Bia, nós precisamos melhorar o orçamento da saúde para que o Secretário e toda a sua equipe possam realmente fazer uma gestão que consiga, eu não diria assim na sua totalidade, mas pelo menos, melhorar o nosso atendimento na saúde, porque quanto mais você melhora, mais aumenta a nossa demanda. A gente sabe da demanda reprimida na saúde que o Estado tem.

Mas eu quero, Jefferson, lhe parabenizar, meu irmão, pelo seu trabalho, pelo seu esforço, seu e de toda a equipe, pelos nossos bravos guerreiros, funcionários do João Paulo, do Hospital de Base, de todos os nossos Centros, aqui da capital, que dedicam a sua vida em prol da saúde. E você tem feito a sua parte. Como eu disse, o dinheiro está pouco e nós precisamos trabalhar para melhorar isso. Era isso, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Ezequiel Neiva.

Com a palavra, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. PEDRO FERNANDES - Presidente.

O SR. MARCELO CRUZ - Obrigado, Presidente. É o deputado Pedro? Ah, sou eu? Então, está bom.

Parabéns ao nosso Secretário de Saúde que atende aí o nosso Deputado Ezequiel Neiva, às 5 horas da manhã, vou

começar a ligar às 5 horas da manhã também, agora. É que você acorda muito cedo, não é, deputado?

Mas gente, quero desejar uma boa tarde para todos que estão aqui no plenário, para todos que estão aqui também, a Casa está cheia, bonito quando está desse jeito. E parabenizar também aqui o deputado Rodrigo Camargo pela sua coragem, pela sua postura, sempre firme nos seus posicionamentos e eu tenho certeza que o Deputado Rodrigo também tem sua contribuição com o Estado de Rondônia, com a sua fala e por todo o conhecimento.

E agradecer também ao Deputado Eyder Brasil pela oportunidade por abrir um espaço aqui para o Deputado Marcelo Cruz bater um papo, conversar um pouco e fazer algumas perguntas aqui para o Secretário Jefferson.

Mas, antes de tudo, Secretário, quero te parabenizar também pela tua atuação, pelo teu trabalho. Inclusive, a gente tem um grupo de WhatsApp, gente, esses dias a gente estava tendo uma discussão e alguém falando que a saúde estava muito ruim, que a gente precisava tomar algumas medidas. Inclusive, tanto eu como o Deputado Ezequiel Neiva, o Deputado Laerte Gomes, a gente foi junto em sua defesa, e dizer que não adianta o senhor tentar fazer uma gestão se estão tirando os técnicos, tirando os profissionais do seu lado, como não tem dinheiro nenhum que coloque na saúde que vai conseguir administrar.

E a gente fez uma reclamação ali. E eu tenho certeza que foi ouvido, viu, Deputado Ezequiel Neiva, porque a gente não ouviu mais nada falando mal do Secretário. Não adianta dar uma responsabilidade se não dá condição.

Mas, a minha pergunta, Secretário, e a minha vinda aqui nessa tarde, é que algumas semanas atrás, algumas semanas, alguns meses atrás, o senhor, juntamente com a sua equipe,

a Michele, se eu não me engano, na época, veio juntamente conosco, acho que foi na Comissão de Saúde, e foi muito bem representado. As perguntas que eu trouxe, todas as minhas dúvidas, elas foram sanadas. Inclusive, estava o Deputado Eyder Brasil, a Deputada Taíssa, ali, naquela nossa... Não foi uma convocação, foi um convite.

E todas as vezes que essa Assembleia convida o Secretário de Saúde, eu nunca vi em nenhum momento o senhor se refutar e não vir a uma convocação ou a uma solicitação aqui da Assembleia Legislativa. E ali, naquele momento, eu perguntei, gente, se estava em pauta a compra do Hospital 9 de Julho. Tinha chegado informação no nosso gabinete que estaria sendo negociado o Hospital 9 de Julho por R\$ 100 milhões, sendo que o Hospital 9 de Julho já tinha sido ofertado para outro grupo empresarial, que seria por menos valor do que aquilo.

Eu fiz um clamor através desse plenário, eu convidei o Secretário, falei, falei na mídia e parabeneizei o Governador pela coragem que ele foi na mídia e disse: "Nós não vamos comprar esse hospital porque está com cheiro podre". E olha, eu fiquei muito feliz com o Governador, porque queriam usurpar o dinheiro do Governo do Estado de Rondônia. E ali, o Secretário, na época, ele trouxe bastante informação.

Mas, a minha pergunta, inclusive na semana passada ou retrasada, eu estava em algum lugar no Estado de Rondônia e o Deputado Alex Redano, com toda a sua maestria que leva essa Casa, fez uma ligação para que nós pudéssemos votar a questão do recurso da saúde e que isso, inclusive, estava em pauta também a aquisição de um novo hospital.

E naquele momento eu falei, inclusive o líder do governo estava presente, isso por telefone, gente, pelo WhatsApp, eu viajando e o Deputado Redando, muito democrático, ligou para

nós para saber qual era a nossa opinião. E naquele momento eu falei: "Se é para o bem da saúde, conte com o Deputado Marcelo Cruz, porque nós queremos votar e melhorar a saúde e nós não somos contra." E eu vi que o Deputado Jean ficou muito feliz, inclusive hoje ele me parabenizou pelo meu posicionamento. Eu achei muito bacana Deputado Taíssa.

E a minha pergunta aqui nessa tarde, Secretário, gostaria muito de saber, que eu sei que o senhor é um homem muito sincero, o senhor não leva pergunta no bolso e nem para casa, o senhor vem logo e coloca e vem à tona. É verdade, a mesma fonte que veio a meses atrás, que estava sendo negociado o Hospital 9 de Julho, eu gostaria de saber do senhor - eu tenho muito respeito pelo seu trabalho e pela sua pessoa -, se é verdade que a faculdade que eu estudei, que é a Uniron, está sendo negociada por R\$ 70 milhões, eu não vou me alongar, mas eu queria saber, que existe já um *pool* de pessoas, *pool* de pessoas envolvidos nisso, que já está sendo negociado, que não vai abrir para nenhum outro tipo de prédio para resolver o problema da saúde, sendo que a Uniron, iria ser na época, ofertado para ser a nova rodoviária e na época queriam uma bagatela de mais ou menos R\$ 20 milhões.

Eu estou aqui para votar, para contribuir com a saúde, não quero aqui atrapalhar em nada, mas eu gostaria muito de saber se já existe essa negociação, se já está fechado.

E a minha segunda pergunta, para não perder o tempo da gente, se foi pago R\$ 10 milhões pelo estudo técnico para comprar já o novo prédio. Como eu passei cinco anos estudando na Uniron, eu não acho que seja um lugar adequado para um hospital. Muito obrigado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Deputado Marcelo, posso apenas aproveitar o ensejo da sua colocação muito cristalina. Vossa Excelência, me permite só fazer uma outra perguntinha, na sequência?

O SR. MARCELO CRUZ - Sem polemizar, meu senador.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, não. A pergunta é: quando eu vi esse projeto de 63 milhões lá fala "modo de execução". E lá diz claramente: contratação de uma empresa para aquisição. Só complementando, essa compra vai ter um corretor no meio? Alguém vai ganhar para fazer essa...

O SR. MARCELO CRUZ - Ou escritório de advocacia. Mas, eu não quero polemizar.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só para perguntar. Obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ - Eu só quero saber do meu Secretário o seguinte: se é ou não é, se existe ou não existe. Só isso que eu não quero alongar, ainda mais que eu respeito muito aqui o Coronel Jefferson, sempre tem prestado serviço para o Estado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Marcelo Cruz. Com a palavra, o Secretário Jefferson.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Então, o que nós estamos solicitando aqui, que foi colocado desde o primeiro momento, é apenas o cumprimento da Lei Complementar 1033, que é aquela da doação do valor. Abrir um crédito suplementar extraordinário para a Sesau, para que a gente possa, a partir desse crédito aportado dentro da Secretaria, poder preparar o edital e o chamamento, dentro daqueles módulos que foram contemplados no chamamento do BTS.

E, a partir daí, se aparecer Uniron, que o senhor falou, se aparecer 9 de Julho, se aparecer... Eu estou falando de quem já se apresentou, de alguma forma, se manifestou interessado em fazer isso com o governo. O 9 de Julho, Hospital das Clínicas, Prontocordis, na época a gente conversou ali, mas Prontocordis depois já refutou; mas Hospital das Clínicas, Samar, já nos procurou.

Então, dentro desse lançamento, esse crédito dos 70 aqui, é um crédito da Lei Complementar, que eu citei agora aqui, que foi doado lá em 2019. Quando esse orçamento vier para dentro da Sesau, a gente vai montar o edital e vai se trabalhar essa compra, essa aquisição.

Então, não tem a situação de contratar alguém para fazer isso, porque a administração pública consegue fazer essa compra tranquilamente, através de um processo licitatório de forma rápida. Nossos técnicos têm capacidade para fazer isso. E não tem nada a ver com a operação que o senhor falou, Deputado Delegado Camargo e eu acabei não tendo a oportunidade de responder, que foi a situação que o senhor falou sobre o uso da PPP e terceirização.

Nós estamos apenas aqui dando cabo, enfim, algo que foi na Lei Complementar 1033, de 22 de agosto de 2019, abrindo o crédito suplementar de forma extraordinária e especial para a Sesau, para que ela possa executar exatamente o que

no artigo 4º dessa lei, ela diz que o FunHeuro, que esse recurso, se destina. Aí ele fala que, dentre outros, o projeto de engenharia e afins para instalação e a viabilidade de outra unidade hospitalar. Tem quatro outras situações aqui que ele fala nessa lei.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Secretário.

Com a palavra agora o Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu não entendi, desculpa.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem, Deputado Camargo. Eu preciso passar as palavras para os outros deputados que também se encontram presentes nessa Comissão Geral. Essa presidência cedeu um espaço gigante ao nobre deputado, até mesmo por prestigiar o senhor, porque é o autor do Requerimento, mas tem os demais deputados que também querem participar da Comissão Geral. Se o senhor aguardar, eu cedo a palavra, eu devolvo a palavra ao senhor, mas eu também preciso prestigiar os demais deputados também.

O SR. MARCELO CRUZ - A pergunta, e eu quero, olhando aqui meu Secretário,...

O SR. DELEGADO CAMARGO - É que eu não escutei a resposta.

O SR. MARCELO CRUZ - Com todo respeito que aí já entrou lá com o Deputado Camargo... Então, assim, a resposta é o quê? Porque não existe carta marcada, é porque está muito forte essa conversa, sabe? Não existe isso?

Eu sei da sua seriedade, eu sei da sua transparência, mas só para ficar registrado nos Anais aqui desta Casa.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A nossa proposta, inclusive, é ainda, se for possível, pelo 9 de Julho. Porque ele cumpre aquilo

O SR. MARCELO CRUZ - As exigências, não é?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não. Para quem lembra do projeto Heuro, ele tem um primeiro módulo. O primeiro módulo é exatamente aquilo que cumpre a finalidade do João Paulo. E a nossa ideia nesse sentido é fazer esse primeiro módulo para que a gente consiga ainda executar o quanto antes essa operação.

O SR. MARCELO CRUZ - Maravilha. Obrigado, Presidente. E que a Uniron venda, se for para vender, venda no preço que queria vender para a rodoviária, que era R\$ 20 milhões. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Marcelo Cruz.

Com a palavra, Deputado Ribeiro Sinpol.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Obrigado, Presidente da Mesa Deputado Eyder Brasil.

Quero, nesse momento aqui, cumprimentar muito o Secretário de Saúde, o nosso Secretário Coronel Jefferson, o qual veio para a Assembleia fazer essas explicações.

E, mais uma vez, estou muito confiante e estou muito feliz na liderança da gestão da sua pasta, Coronel Jefferson. O senhor veio aqui humildemente, respondeu todas as perguntas necessárias de uma forma bem técnica. Uma forma, como o senhor falou, com bastante propriedade, bastante conhecimento, dando sim, segurança e nos fornecendo, nos abastecendo, os parlamentares, do seu total conhecimento da pasta da Secretaria de Saúde. Haja vista então que Vossa Excelência, sob o comando total do Governador Coronel Marcos Rocha, confia muito na sua gestão e na sua habilidade técnica para gerir essa pasta tão difícil que é a Secretaria de Saúde.

Eu venho aqui atestar, como porto-velhense, como parlamentar, algumas observações referentes à evolução da Secretaria de Saúde sob sua gestão de quatro anos e todo o contexto do nosso Governador do Coronel Marcos Rocha, na pasta, nos oito anos.

Nós não podemos esquecer, dentro do nosso Estado de Rondônia, a evolução que o Governador fez assumindo o hospital regional daquela área do Cone Sul, de Vilhena, a média e alta complexidade, após um apelo muito grande do Deputado Ezequiel Neiva, da Deputada Rosângela Donadon, do Deputado Estadual Luizinho Goebel. Foi feita uma articulação muito grande, um pedido muito grande ao governador. E vocês devem ter feito um estudo técnico e vocês assumiram a média e a alta complexidade daquela região muito longe no nosso

Estado em Rondônia, são 700 quilômetros. E o Governador, no começo do ano, assumiu essa pasta da média e alta complexidade daquela região.

Isso é histórico. Nenhum outro governador do Estado de Rondônia, nenhum outro governador teve essa robustez e essa coragem de assumir a média e a alta complexidade daquela região do Cone Sul. Então, é um avanço muito grande, muito grande. E com isso, tenho certeza que as ambulâncias estarão sim, diminuindo. Eu vejo muito a Seosp lá fazendo uma revolução dentro de Vilhena, uma reforma muito grande nos hospitais, justamente se preparando para abastecer, para cada vez mais cuidar dos nossos moradores que pagam imposto ali no Cone Sul.

Então, ponto positivo muito grande, histórico, isso para a gestão de Vossa Excelência através do nosso governador.

Outro ponto que me chamou muita atenção foi a região de Guajará-Mirim. Essa região de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Extrema, Nova Califórnia, esse sonho histórico de ter construído um hospital naquela região. Foi muito, muito, muito marcante isso. Talvez uma das grandes forças disso ter acontecido, talvez também seja pela parlamentar Deputada Dr^a Taíssa, que defendia muito isso e realizou o sonho. Através do seu grito aqui, junto com todos os deputados estaduais, nós temos hoje um hospital que, além de atender a região, está atendendo a região de Porto Velho, a parte de trauma. Como é uma empresa terceirizada, ela está trabalhando livre, *free*, o que você puder levar para lá, eles estão atendendo.

Então, é uma evolução gigantesca que está acontecendo em Porto Velho, está indo paciente de Porto Velho para Guajará fazer cirurgias. É incrível isso, é incrível. Isso é uma coisa que nós temos que evoluir. É uma evolução muito

grande feita pelo Governador Coronel Marcos Rocha através de Vossa Excelência e sua gestão.

Nós não podemos esquecer também aqui, que eu vou falar, a evolução das reformas que estão ocorrendo no Hospital João Paulo II. O Hospital João Paulo II, mesmo não parando, não diminuindo, não tendo a dificuldade de fechar o hospital, está tendo reformas relevantes e modernas na estrutura do Hospital João Paulo II. Perdão, Hospital de Base. Muitas reformas muito boas no Hospital de Base. Eu posso falar aqui que eu fui lá e eu vi bastante reformas muito boas. Parabéns, meu amigo Jefferson.

No Hospital João Paulo II, nesse momento, estão ocorrendo reformas internas lá muito grandes também. Essas reformas estruturais através da Secretaria de Saúde, através da Seosp. Lá dentro também eu sei que estão acontecendo reformas. Eu sei o tanto que Vossa Excelência, com a sua equipe, está tentando fazer para melhorar.

Cemetron. Se formos lá no Cemetron, nós vamos ver hoje que a sua adjunta, ela era diretora do Hospital Cemetron, não é isso, Secretário? O nome dela é?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Mariana. **(Fora do microfone)**

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Doutora Mariana. E tanto que ela serviu, fez um trabalho, uma excelente gestão, que foi convidada pelo Governador a ser a sua 02 nessa nova parte.

Então, assim, evoluiu muito. Não podemos esquecer a evolução que Vossa Excelência está fazendo nos distritos. Os distritos, o Governo do Estado de Rondônia cumpre seu papel.

Ele está fazendo investimentos no hospital de Extrema, fazendo investimentos em vários locais para poder fazer até a educação básica, perdão, a saúde básica, a saúde principal. Tenho que agradecer muito a vocês.

E eu, assim, com relação ao meu amigo Deputado Camargo, meu amigo Deputado Camargo, de Parlamento, é uma pessoa a qual eu respeito muito. Ele tem um posicionamento adverso, às vezes, da grande maioria, mas eu cito muito o filósofo francês Voltaire. Voltaire foi um grande combatente na época da Igreja Católica e era muito polêmico, mas ele defendia uma frase: posso não concordar com nenhuma palavra que você fala, mas eu lhe defenderei para que você possa dizê-la.

Então, eu defendo muito a democracia e respeito muito o contraditório. Nós estamos vivendo nesse país democrático, mas nós temos que respeitar A, respeitar B. E com relação – já finalizando minha fala, Presidente, por gentileza, Presidente Eyder, finalizando minha fala, eu vou concluir falando agora da evolução.

Olha só, esses dados são importantíssimos, meus amigos deputados estaduais e quem nos acompanha em casa. Em 2019, a Sesau – olha a evolução do salário dos servidores da Saúde na gestão do Governador Marcos Rocha –, fruto muito da luta, do diálogo dos sindicatos, o qual está aqui os nossos presidentes dos sindicatos, estão aqui presentes. Então, são pessoas que têm um grande comprometimento junto aos servidores, aos técnicos, aos enfermeiros e aos nossos médicos.

Então, fruto do diálogo, nós conseguimos aqui, olha só a evolução, em 2020, na época da pandemia, o Governador ofereceu, aconteceu um aumento de 8%, 8% para todos os servidores da saúde, na época da pandemia, 8%. Em 2021, na pandemia, veio aqui para – eu não era deputado, mas muitos

aqui estavam –, em 2021, aconteceu o PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) histórico, a Lei nº 4.780, de 2021. Foi um marco na valorização política dentro da Sesau. O Governador Coronel Marcos Rocha fez o PCCS da saúde gastando quase R\$ 400 milhões. Isso foi há pouco tempo.

O salário de um profissional técnico era R\$ 953,00; R\$ 953,00. Então, quase praticamente dobrou. O técnico foi para R\$ 1.768,00. O nosso nível superior, enfermeiro, praticamente dobrou também o salário. Em 2022, o Governador ainda concedeu – a Lei 4.711, de 2022 – o aumento do auxílio-alimentação para os servidores da Saúde para R\$ 258,00. Não recebiam nada. Aumentou para R\$ 258,00. E agora, em 2025, tivemos esse acordo, e esse acordo o Governador dobrou praticamente o salário, o auxílio-alimentação, e criou R\$ 200,00 para o técnico.

Então, assim, nós precisamos avançar ainda. Nós sabemos a dificuldade que, mesmo com esses avanços, ainda é um dos salários que precisam ser mais valorizados, Secretário Jefferson. Nós precisamos melhorar ainda mais o salário dos servidores da Saúde, dos médicos também precisamos melhorar, porque o salário é muito baixo, o valor inicial.

Nós precisamos melhorar o salário do enfermeiro, do técnico, mas nós não podemos aqui nos furtar de dizer que houve uma evolução e dizer a importância que tem, nesse momento, a presença do Secretário da Saúde dentro do Parlamento para informar que cada vez mais, juntos, unidos, nós possamos, sim, construir uma Rondônia que nós queremos. Muito obrigado a todos.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribeiro do Sinpol.

O Deputado Pedro Fernandes declina do seu momento de fala. E eu passo a palavra agora ao Deputado Alex Redano, nosso Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Na sequência, Presidente, só peço uma questão de ordem, porque como fui citado pelo Deputado Ribeiro, eu gostaria de responder.

O SR. ALEX REDANO - Quero aqui cumprimentar, quero parabenizar meu companheiro de partido, de cidade, Deputado Delegado Camargo pelo Requerimento. Importante sanar todas as dúvidas. Eu quero falar, Secretário, quero agradecer a sua presença também, dos demais técnicos. Eu sou grato ao Governador. Eu vejo várias ações que tem feito em várias secretarias. Em Ariquemes conseguimos muitas obras, mas eu tenho algumas críticas em relação à saúde.

Falei pessoalmente com o Governador, falei com o Secretário. A gente vê que realmente avançou em algumas áreas, oftalmologia, por exemplo, mas eu deixo aqui uma preocupação. Eu, pessoalmente, não sei os demais deputados, eu recebo constantemente pedidos de ajuda, principalmente na área de imagens, ressonância. Então, Rondônia está muito atrasada na ressonância. Então a gente precisa avançar nessa área.

Outra área que nós precisamos avançar muito é a ortopedia. Então, sei que precisa de orçamento, precisa dessa atenção, precisa de mais recursos, mas eu deixo esses gargalos, essas preocupações. Ao mesmo tempo, reconheço que oftalmologia, várias outras áreas, avançamos muito.

Eu vejo o empenho da equipe técnica. Eu acompanho o trabalho de vocês, a gente sabe que é pesado. O Jefferson

também, eu não tenho reclamação. Sempre que a gente liga, atende. Mas, deixo aqui essas preocupações, que não é só a saúde que vai resolver sozinho. Então, a gente precisa da parte orçamentária, a gente precisa avançar.

Quero desejar as boas-vindas a todos os servidores e quero antecipar o meu apoio a qualquer projeto que chegar em benefício da classe, que a gente faz uma extraordinária para votarmos aqui rapidamente. Tenho muitos amigos da Saúde e nós sabemos que o trabalho na saúde é um trabalho que até psicologicamente é difícil, em todos os sentidos, desde o enfermeiro, ao motorista de ambulância, os médicos, enfim, todos os servidores da Saúde trabalham sob uma grande pressão.

E esses dias eu estava analisando, não somente Rondônia, mas no geral, o tanto que os servidores estão perdendo o poder de compra em todo o Brasil. Se você for analisar um servidor a 10 anos atrás o valor, 15 anos atrás, o valor que ele comprava com o salário que ganhava, hoje está muito diferente. Por quê? Anuncia-se a inflação 5%, 6%, 7%, mas a realidade, você sente no supermercado a inflação muito maior. O que você compra em um ano, no outro ano, você precisa de 20%, 30% às vezes a mais para fazer a mesma compra. E principalmente itens do dia a dia que os trabalhadores mais precisam é onde mais nós sentimos a inflação.

Então, o povo brasileiro, com o passar do tempo, está perdendo o poder de compra. E, principalmente, quem é servidor público, estadual, municipal, federal, está com o salário muito defasado. Isso aí é uma grande verdade.

Sei das dificuldades, sei da boa intenção do Governador, sei de todos os envolvidos, e nós estamos aqui para a disposição para pautar e aprovar projetos que visam beneficiar aos servidores, beneficiar a coletividade. E

quero aqui, Jefferson, não são só crítica não. Quero te parabenizar por uma cobrança que eu venho fazendo já há muitos anos, agora estamos prestes já a fazer a assinatura, que é a ressonância.

Então, dá boas notícias aí, parabenizar o Governador Coronel Marcos Rocha, agradecer. Ariquemes, depois de tantos e tantos anos, agora vai ter a ressonância. Serão centenas de pessoas, milhares de pessoas mensalmente, que não precisarão se deslocar pela BR-364 para fazer o exame de ressonância. Então, parabéns pela ressonância.

Obrigado pela presença; obrigado. Deputado Camargo. Quero agradecer ao deputado Eyder Brasil por conduzir os trabalhos.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Presidente, um aparte, por gentileza.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Agradecer as palavras do nobre deputado e o nosso Presidente das Casas de Leis, deputado Alex Redano, e concedo a palavra, por questão de ordem, à Deputada Rosangela Donadon.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Obrigada, Presidente. Eu gostaria aqui de cumprimentar, parabenizar o nosso Secretário, que está conosco, veio para dar os esclarecimentos.

cumprimentar a todos que estão nos assistindo nesse momento, a equipe técnica da Sesau que está aqui, sempre pronta. E eu quero aqui fazer um agradecimento ao nosso

Secretário Coronel Jefferson, que tem e sempre terá, Coronel, o meu respeito, a minha admiração.

Eu sei, como foi citado aqui pelo nosso vice-líder do governo, o governo e o Coronel Jefferson ficaram na história da nossa região do Cone Sul em terem tido a coragem de assumir o Hospital Regional. Era um sonho de todos os gestores que passaram pelo município entregar o Hospital Regional para o Governo do Estado. E foi o Governo Marcos Rocha, na gestão do Coronel Jefferson, que teve essa iniciativa de trazer para si algo que era ali, do município.

Assumi aquele compromisso, então foi um presente que a nossa região do Cone Sul teve, de o governo assumir o Hospital Regional por muitos motivos. Motivo que vai atender todo o Cone Sul; segundo motivo, esse recurso que era investido do município, vai sobrar para o investir em outras áreas. Então, o Estado está ajudando a região do Cone Sul.

Eu sempre estou ali na Sesau. Toda semana eu estou visitando a Secretaria de Saúde, mas eu tenho sempre ido saber do nosso Coronel os investimentos, melhorias na saúde, que é prioridade no nosso Estado de Rondônia. Mas, eu também sempre tenho me colocado à disposição, inclusive com as minhas emendas parlamentares. Nós temos as nossas emendas individuais, que 50% é obrigatório ir para a saúde. E eu sempre sento ali com a equipe técnica, como destinei toda da minha emenda individual, o percentual que era para a saúde, destinei para cirurgias oftalmológicas.

Destinei o ano passado, sentei com a equipe para saber o que estava de mais prioridade, porque a gente sabe que as necessidades são muitas na saúde. E o Coronel falou: "Deputada, destina para a aquisição de poltronas para os nossos acompanhantes dos pacientes.". Nós atendemos todos os

hospitais estaduais com as poltronas. Está lá mais dignidade para os nossos pacientes e acompanhantes.

Solicitou também um recurso para o Cemetrôn. Está lá, também destinei. Nós estamos aqui como parlamentar também para ajudar os hospitais do Estado, para ajudar o nosso Secretário.

É claro que a gente destina recurso também para os municípios, mas se muitas vezes destinar o recurso só para Secretarias Municipais e só cobrar do Governo do Estado, da Secretaria de Estado de Saúde, não oferecer os nossos recursos também para ajudar, aí a gente também está cobrando demais.

Eu tenho ido toda semana na Secretaria, mas eu também busco ajudar com as minhas emendas. A gente sabe que, com certeza, não vai resolver, mas vai ajudar o nosso Estado.

Fica aqui, Coronel Jefferson, a minha admiração, eu sei da luta, porque eu já vi o senhor chorando muitas vezes, porque a pressão é tão grande, a gente sabe que saúde é uma coisa que mexe com o nosso emocional. Parabéns pela bravura, pela determinação, por estar aí sempre disposto a esclarecer, a estar fazendo o seu melhor. Parabéns, Coronel.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigada, Deputada Rosângela Donadon, deputada atuante lá do Plano Sul do Estado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Presidente.

O SR. PEDRO FERANDES - Presidente, me concede a fala também, que eu não posso ficar sem falar em um momento tão importante.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Estou deixando para você encerrar, mas...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Gostaria também de pedir a palavra.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só porque eu fui citado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu vou passar, então, a palavra, Deputado Pedro, ao Deputado Rodrigo Camargo. Ele já faz uso da palavra e eu encerro com você e depois com a Deputada Cláudia. Pode ser?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Só uma perguntinha depois, Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, por gentileza, obrigado.

Presidente, o que eu tenho mais visto no mundo hoje é uma autodestruição mental. Veja, com todo respeito, meu ilustre colega Deputado Ribeiro do Sinpol, ele inverte a

fórmula célere de Voltaire sem nem mesmo sugerir em que e por que não concorda com o que eu digo. Ele fala, eu vou assegurar o seu direito de falar, embora não concorde, mas ele não fala em que e nem por que. Então, para deixar isso bem claro.

Mas, eu gostaria de trazer ao Deputado Ribeiro algumas questões aqui. Eu quero que você, profissional da Saúde, pense comigo. E desculpa mais uma vez andar na contramão, Presidente, mas eu me considero um deputado independente aqui.

Eu acho que nós não temos nada a comemorar nem a parabenizar. No atual estado em que as pessoas estão nos corredores dos hospitais, já faz mais de duas semanas que eu estou acampado na frente do João Paulo II. E eu tenho publicado e mostrado nas minhas redes sociais: baratas, baratas, ratos pelos corredores daquele hospital. Entulhos sendo feitos, banheiros sem condições. Vai parabenizar o quê?

Bom, na polícia a gente sabe, com todo respeito, aqui eu não quero... Se não aguenta a pressão, pede para sair. Se não aguenta a pressão, pede para sair. Ali é uma Secretaria que lida com vida de pessoas. E o João Paulo II, basta qualquer colega que entrar lá, vai ver. Agora, final de semana, teve chuva no sábado, goteira e todo o raio-x inundado. E se quiserem, eu tenho condições de publicar no telão agora as imagens da sala de raio-x totalmente alagada.

Essa é a grande verdade. Desculpa, eu não tenho o que parabenizar e nem o que comemorar sabendo que há uma fila de ressonância magnética, de tomografia, de pessoas no leito dos hospitais, pessoas têm que entrar fraturadas dentro de uma ambulância para fazer cirurgia lá em Guajará. Vai

comemorar o quê? Então, me perdoe, eu vou andar na contramão, mas à contramão que diz respeito à verdade.

Em relação ao Deputado Ribeiro de Sinpol, eu gostaria de fazer um apontamento. E aqui falar da valorização dos profissionais da Saúde. Veja, em 2021, o salário mínimo, alguém puder consultar aí para mim, é algo em torno de R\$ 1000,00. E um técnico de enfermagem, vamos pegar o auxiliar operacional, aquele cara que está lá pontinha. Ele recebia aproximadamente um salário e meio, que dava R\$ 1.500,00, R\$ 1.600,00, com o salário vigente à época. Se nós colocarmos hoje, com a desvalorização, como bem colocado o Deputado Alex Redano, ele recebe aproximadamente um salário mínimo. Diminuiu.

Vamos pegar o enfermeiro. Em 2021, o valor que ele recebia ali no final do mês, que pingava na sua conta, se você dividisse pelo salário mínimo à época, dava aproximadamente quatro salários mínimos e meio: R\$ 4.600,00, R\$ 4.500,00. Hoje, como o salário mínimo subiu, se você converter, dá menos de três salários. Diminuiu. Vai comemorar o quê? Vai bater palma para o quê? Vai parabenizar o quê? Antes eram heróis na pandemia, agora, sequer o direito de manifestar a insatisfação com a estrutura de trabalho e com a tabela salarial eles têm. Bom, eu não sei em que mundo as pessoas estão vivendo, mas eu não vivo nesse mundo.

A pergunta que eu quero fazer para o Secretário é: Secretário, houve um acordo formulado pela Secretaria de Saúde, através de Ata, em que a Sesau se comprometeu, agora no mês de setembro, em implementar o auxílio-alimentação, a meu ver, ridículo, de R\$ 500,00, merece muito mais, e transporte de R\$ 200,00, mais um tapa na cara do servidor da Saúde. Mas, enfim, e até agora não implementou. Falaram que eu iria implementar e de forma retroativa.

São duas as perguntas. Se vão implementar ainda nesse mês e vão pagar o retroativo, conforme se comprometeram em reunião, acordado. E segundo, se tem alguma proposta do governo para aumento na base salarial da saúde, já que esse "enrolation", a embromação, o planejamento. Estão planejando, estão planejando. Já vai três anos. Três anos. Só conversa. Vão, até o final do ano agora, apresentar uma tabela de valorização para esses profissionais e vão implementar esses dois auxílios ou vai ficar só no planejamento?

Obrigado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Agradeço as palavras e a iniciativa do nobre Deputado Delegado Camargo pelo Requerimento de convocação para que o Secretário de Saúde Jefferson Rocha estivesse aqui com sua equipe técnica. Essa Casa, por ser uma Casa do povo, uma Casa democrática, está aqui e o Presidente Redano, muito nobre em suas atitudes, muito democrático, muito republicano, está aqui conosco, dando espaço para a fala de todos, não apenas do Deputado Delegado Camargo, mas de todos os demais parlamentares. E recebendo de forma muito honrosa o nosso Secretário de Saúde e toda a sua equipe, para que ele possa, realmente, prestar os esclarecimentos. E, nesse momento, parabenizar o Senhor Presidente Redano. É muito importante para a sociedade rondoniense.

Com a palavra, o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES - Como eu fui prefeito e gestor, a gente sabe como funciona a gestão pública. Muitas vezes o desejo de quem está à frente da pasta é resolver todos os

problemas. Desde o meu primeiro dia de mandato, como a saúde é uma das áreas que eu tenho uma preocupação muito grande, quando tive a oportunidade de ser prefeito em Cujubim, tivemos grandes avanços na saúde. Quem vai lá hoje sente, pode pesquisar com a população, vê que a gente modernizou um pequeno município.

E eu procurei, quando o Coronel Jefferson assumiu, visitá-lo e passar, buscando ajudar o governo nesse movimento em prol da população. Porque às vezes a gente tem que se colocar à disposição para ajudar. Foi o que eu fiz. Ajudei na busca de recurso federal, que identificamos uma perda na média e alta complexidade, mais de R\$ 94 milhões. O Coronel Jefferson se colocou à disposição, fomos para o CIB, construímos um movimento em Brasília e o Estado conseguiu ampliar e ele também ampliou essa visão de que precisa aumentar a produtividade.

E assim são vários aspectos que a saúde de Rondônia vem há décadas na situação. Alguma coisa nós precisamos fazer. E o Coronel Jefferson sabe disso, está tentando fazer alguma coisa. E precisa do nosso apoio em votar os projetos que o governo traz, principalmente de orçamento para a saúde.

Não adianta a gente ficar aqui achando, duvidando, que o governo vai fazer isso, vai fazer aquilo. Para que existe os órgãos de controle? Para que existe o Ministério Público, Tribunal de Contas, esta Casa de Leis? Agora, nós também não podemos também criar empecilhos, nós deputados, de não dar condições para que o governo faça os investimentos.

Está aí o Regina Pacis, que é esse hospital de retaguarda. Eu estive lá dentro dele esses dias. A gente vê quantas pessoas foram atendidas, o que desafogou o João Paulo II, que vem gente da Bolívia, vem gente principalmente aqui do Amazonas, dessa cidade aqui, Humaitá. A maioria das

pessoas que estão aqui não são do Estado de Rondônia também. Porque o Estado tem, e isso é uma coisa que eu cobrei desde o início do meu mandato, a descentralização da saúde, que eu acredito muito. Fizemos uma audiência pública lá em Ariquemes, onde levantamos uma demanda – não é, Deputado Alex Redano? – das cirurgias eletivas, e o governo fez uma pactuação com a cidade de Ariquemes, colocou um recurso e eliminou várias, foram atendidas várias pessoas lá no ano de 2023.

Eu acredito também que para a gente resolver essa grande região do Vale do Jamari, talvez seria, Deputado Alex, conversar com a Prefeita Carla, de nós passarmos o Hospital Municipal de Ariquemes para ele também regionalizar, como foi feito o de Vilhena. E lá nós temos um centro cirúrgico, nós temos UTI's, nós temos um suporte. Falta apenas agora, como o governo já projetou, a construção dos leitos para a gente poder atender a demanda de todo o Vale do Jamari, que são mais de 10 municípios. E a gente vem brigando por isso, atuando fortemente.

E por isso aqui, Coronel Jefferson, o senhor sabe que eu sou um deputado que não sou de ficar aqui, às vezes, falando muito. Eu sou de ir lá, dar ideia, pedir para fazer assim. A questão mesmo do credenciamento das empresas, lá em Cujubim a gente fez o credenciamento para cirurgias eletivas. E nem por isso deixou de atender os funcionários públicos do município. Permanece a estrutura pública, todos os servidores permanecem em seus postos. Só ampliam o atendimento. Você pode ofertar mais cirurgias e desafogar. Porque isso não podemos fazer politicagem em cima de uma situação que é a saúde do Estado Rondônia.

Nós precisamos nos unir para buscar uma decisão, buscar orçamentos, buscar alternativas, para a gente ter uma saída para a saúde do Estado de Rondônia. Não é possível que nós

vamos continuar repetindo os mesmos erros de antes. Se continuarmos assim, não vamos conseguir. Teve avanços? Temos que reconhecer. E temos muita coisa por fazer. Contem sempre comigo, com o meu voto aqui, no que for preciso para atender essa demanda do nosso povo.

Quero agradecer aqui o credenciamento da empresa para fazer as ressonâncias na cidade de Ariquemes. Foi uma luta que a gente sempre estava ali cobrando, não só eu, como todos os deputados do Vale do Jamari. Buritis mesmo, tem o Deputado Delegado Lucas, a gente sempre cobrou, que tem uma demanda muito grande. Machadinho D'Oeste, Cujubim, Alto Paraíso, todo aquele Vale do Jamari, todos os municípios, precisava desse atendimento, dessa demanda. Eu quero aqui reconhecer e parabenizar, e acompanhar esse atendimento, porque nós precisamos que isso chegue na ponta, resolva a vida das pessoas. A pessoa tendo saúde, o resto ela dá um jeito.

Então, eu quero colocar aqui, Secretário, e parabenizar o senhor por vir aqui encarar, responder a demanda do Deputado Camargo, que realmente questionou. E o que ele falou aqui, nós não podemos levar como afronta. É bom a gente ter a oposição que está vendo onde estão os erros. Eu fui prefeito. Muitas vezes a oposição me ajudou muito mais do que a situação.

Então, o senhor, o Governador Coronel Marcos Rocha, tudo que foi dito aqui, vamos pegar como um aprendizado, como realmente um olho a mais que está cuidando das demandas do Estado de Rondônia. E a gente unir essas forças para trazer resultados positivos, tanto para a população como também esses servidores, como foi dito aqui, muito bem dito pelo Deputado Alex Redano.

A inflação está corroendo o salário da nossa população em geral, e com os servidores públicos não é diferente. O

que a gente puder melhorar de orçamento, demandas, para beneficiar também esses servidores que estão lá na ponta, a gente também está aqui. E contem sempre comigo.

Muito obrigado e parabéns pelo senhor vir aqui, dar a cara a tapa, encarar e dar as respostas e saber que o desenvolvimento de Rondônia depende de homens que estão à frente das pastas para que as coisas aconteçam. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Com a palavra a Deputada Cláudia de Jesus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Boa tarde a todos. Eu queria, na verdade, Secretário, acho que todas as falas aqui são muito pertinentes, e o nosso papel aqui, na verdade, é trazer os problemas. A nossa função, como legisladores e como executivo aqui, todos, é de resolver problemas. E, de fato, a saúde do Estado de Rondônia, acho que a luta é constante para melhorar, mas os desafios são grandiosos. É um Estado que tem muito problema.

Essa questão da descentralização da saúde é uma necessidade. O nosso Estado é um Estado grande e, de fato, é inadmissível que a nossa população tenha que se dirigir, sair dos seus municípios para vir para a capital por coisas que são tão simplórias, que é possível acontecer nos seus municípios. É claro também que nós temos prefeitos que não assumem suas responsabilidades, isso é fato, e a gente anda, a gente sabe disso.

Porém, Secretário, acho que há algumas questões que precisam ser revistas. A gente tem filas e mais filas que

andam de forma muito devagar. As pessoas têm sofrido muito. É preciso ter transparência nessas filas, é preciso ter transparência, é preciso ter agilidade. A gente tem recebido, e isso é constante, e eu já falei isso muitas vezes, porque presidi a Comissão de Saúde, e ali a gente recebia tantos pacientes, pessoas, servidores da Saúde, e as pessoas sempre reclamando, sempre pedindo ajuda sobre um leito de UTI, sobre um exame, sobre uma cirurgia. E eu digo aqui para o senhor com toda sinceridade. O nosso papel aqui é votar o orçamento. É. A máquina precisa funcionar. O nosso papel é esse.

É lastimável quando a gente tem que ficar pedindo "Por favor, ajude fulano, ajude o beltrano..." porque o nosso papel é grandioso aqui, é botar o orçamento para que a máquina funcione direitinho. E, nos últimos tempos, isso não tem acontecido. A gente tem tido bastante deficiência. E aí, por exemplo, um paciente cardíaco hoje, que tem muitos casos, o senhor é sabedor disso. As pessoas têm pedido misericórdia, muitos já morreram porque a cirurgia não aconteceu. Outros estão esperando ajuda.

É lamentável, porque em muitos momentos a gente corre de todos os lados e às vezes no MP a gente não consegue, vai para uma Defensoria Pública que também não funciona e que aí às vezes tem que pedir lá, pede para uma pessoa às vezes humilde, três orçamentos, as empresas não querem dar os três orçamentos para que essa cirurgia aconteça e o nosso povo está morrendo.

E aí é bem importante que todos nós aqui entendamos, às vezes a gente fica passando a mão na cabeça, a gente fica querendo esconder as coisas, mas nós viemos para problemas. Se a gente não tiver capacidade de falar as verdades, conversar e nos ajudar, o nosso povo morre. E quando o povo morre, deputado, secretário, a culpa é nossa sim, a culpa é nossa sim, porque nós fomos eleitos para resolver o problema

do povo. A gente foi eleito sobretudo para defender as pessoas mais humildes dessa sociedade.

E aí Secretário, a gente precisa rever o que está acontecendo. Tem sim. A gente sabe da luta, e aqui nós não estamos falando de pessoa, porque se for falar de pessoas, o senhor é uma pessoa esforçada, a gente conhece a sua luta. Mas, é preciso rever o que acontece na gestão da saúde do Estado de Rondônia. Aplicabilidade do recurso público na saúde do Estado de Rondônia.

Na Comissão de saúde, por várias vezes, a gente reivindicou a situação dos transplantes renais aqui no Estado de Rondônia e que até hoje não acontece. E eu já vi algumas pessoas que falaram: "Eu estou vencendo, porque se eu não fizer o transplante, eu vou morrer." E a gente sabe que se o Estado não agir, essas pessoas vão morrer.

Eu tive lá, Deputada Dr^a Taíssa, no seu município, me passaram uma relação do quantitativo de pacientes que morreram e a maioria dos pacientes que faleceram não chegaram nem a 40 anos de idade. Isso é muito duro porque eu tenho 42 anos de idade fico pensando nessas pessoas que morreram com menos idade do que eu, o quanto é sofrido tudo isso. A gente precisa fazer alguma coisa nesse sentido

A questão da urologia é uma outra situação que tem vários pacientes aguardando por atendimento. É preciso rever o que está acontecendo de fato. E aí eu peço ao senhor que observe isso, a cardiologia, a urologia, o porquê que essas cirurgias não estão acontecendo.

A gente tem passado o caso, nós temos paciente aí que está desde 2015 aguardando cirurgia. Isso acontece. Então não tem como eu chegar aqui e dizer que está tudo bem. Ah, teve algum problema que foi resolvido? Ok, nós podemos resolver o problema mesmo. A gente não vem aqui para outra

coisa. Mas, tem um monte de situação. E mais uma vez eu gostaria de pedir. O nosso papel não é ficar incomodando o senhor, nem os servidores da Sesau, pedindo "olha, fulano e beltrano precisa de uma UTI.", porque o sistema tem que funcionar e isso é lamentável.

Muitas vezes a gente tem que ficar pedindo socorro, porque as pessoas estão lá padecendo e morrendo. Essa é a realidade, se os deputados aqui da Casa querem, e aqui todo mundo anda bastante, se tem alguma dúvida é só procurar saber. Os telefones da gente tocam todos os dias.

Um outro detalhe, a situação dos nossos servidores públicos da Saúde. É preciso reconhecer, eu não queria estar na pele de nenhum servidor da Saúde sobre o que acontece dentro do João Paulo. E não há condições psicológicas, não há quem não adoça dentro de um ambiente daquele, onde as pessoas gritam socorro o tempo todo.

É preciso repensar, é preciso valorizar, e por várias vezes a gente discutiu. A gente discutiu sempre com muita responsabilidade na Comissão de Saúde sobre a melhoria salarial. Aconteceu? Aconteceu, mas de lá para cá, a inflação, os reajustes e nada de melhoria para esses servidores.

Então, precisa rever essa situação. Quando uma greve é deflagrada, é porque esse povo está sofrendo, a situação deles é delicada. Por que em outros Estados dá certo e aqui não dá certo? Eu penso que tem que ser prioridade a saúde, porque, olha, a gente aguarda uma situação das estradas, aguarda uma situação da agricultura, mas, meu Deus, quando a gente sente dor, a gente não consegue esperar para amanhã.

As coisas são muito difíceis, e graças a esses servidores que conseguimos salvar vidas. Eles precisam ser valorizados. E aí, Secretário, é importante que seja

dialogado, e eu acredito muito na responsabilidade das pessoas, eu acredito em quem está à frente da gestão. Tenho críticas a fazer? Tenho, sim. Porque o meu papel é esse, é cobrar. Eu fui eleita para isso.

E aí, como foi falado aqui, foi feita uma reunião da MENP, no dia 31 de julho e que foi feito, sim, alguns acordos sobre a questão do transporte, do auxílio-transporte e do auxílio-alimentação. Isso ficou certo para o mês de agosto e até hoje não chegou na Casa. E é preciso que haja compromisso. Eu fico vendo os trabalhadores da Saúde, toda semana eles estão aqui. É humilhante, é humilhante porque nós ganhamos bem, mas esse povo, eles precisam de ajuda. Eles estão toda semana aqui pedindo o apoio da gente e essa Casa, a gente não deu nenhuma resposta. É lamentável o que tem acontecido. E quando a gente vai para um diálogo no governo, a gente simplesmente recebe essa promessa e até hoje esse projeto não chegou na Casa.

Eu sei que é muito pouco, é muito pouco, mas é preciso que aconteça, pelo menos, o que foi compromissado, porque tem aqui uma Ata. Uma Ata que diz que no mês de agosto o projeto ia chegar aqui para que fosse votado o auxílio-alimentação para R\$ 500,00 e o auxílio-transporte para R\$ 200,00. E até hoje isso não chegou na Casa.

A gente fez um requerimento pedindo, Secretário, para que sejam tomadas providências, para que o senhor possa verificar essa situação, mas, mais uma vez, eu peço ao senhor que nos explique como está a situação dos pacientes renais do Estado de Rondônia.

Se o nosso povo vai continuar morrendo ou se a gente vai tomar uma providência, porque são três anos já e até hoje o nosso povo está padecendo, tendo que ir para outros Estados. Era isso, obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputada Cláudia de Jesus. Uma fala bastante emocionada, que dá a voz, tenho certeza, a milhares de rondonienses. E a senhora está cumprindo muito bem o seu papel.

Passo a palavra agora ao Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, cumprimento o Secretário, convocado e presente, e os nobres deputados. Eu vou tentar ser muito breve nas minhas falas, mas primeiro chancelando aqui todas as palavras da Deputada Cláudia de Jesus. Acho que muito bem representa os rondonienses e nesse ato, na sua fala, também me representa.

Nós estamos tratando, talvez, do tema mais complexo da administração pública, quer seja ela da União, do Estado ou dos municípios. Esse é o tema mais difícil. Toda vez que nós falamos de políticas públicas, o maior gargalo sempre vai estar na saúde. Com Rondônia não é diferente.

Eu estou aqui desde 2019 e não é a primeira vez que a gente debate esse tema. Eu sou árduo defensor de que muitas ações da saúde sejam descentralizadas e, lógico, eu não sou médico, não sou da área. Então, falo como leigo, mas penso que muita coisa os municípios podem fazer. É claro, e repito aqui a fala da Deputada Cláudia, quando fala que, em alguns casos, alguns chefes de Poder Executivo não querem assumir a responsabilidade e deixam isso tudo a cargo do Estado, e eu entendo que isso aumenta a nossa dificuldade. Essa também é uma realidade.

Por outra ótica, eu tenho bons gestores no Estado que querem fazer o serviço, que têm condições, e se houver aporte, se houver recurso, eles vão com a sua equipe e de

maneira legal, legítima, ofertar, o serviço à comunidade. Penso que esse é um ponto que precisa ser estudado, precisa ser analisado pela nossa Sesau.

Um cuidado a mais com aqueles bons prestadores de serviço que nós temos no Estado. E aí eu digo dos nossos prefeitos, dos nossos Secretários Municipais de Saúde, aqueles que estão prontos para ajudar o Estado nesse sentido. Tem que se ter um cuidado melhor com essas pessoas.

E aí eu vou dividir aqui a saúde, que do meu ponto de vista, para se fazer, nós precisamos de pelo menos dois itens importantíssimos para ter condições de dar qualidade. Primeiro, é preciso ter dinheiro, porque às vezes eu quero atravessar a faca no pescoço, mas não tenho dinheiro. Como é que eu vou fazer? Mas segundo, às vezes eu posso ter o dinheiro e não tenho gestão. Então penso que essas duas coisas precisam caminhar junto.

Mas, o que mais tem faltado, de verdade, também tem sido a questão financeira. Eu quero me colocar à disposição para gente fazer os enfrentamentos necessários, porque se houver aporte, eu quero acreditar que o Estado vai entender, analisar qual é o município que tem condições de ofertar esse serviço aqui? O município tal. Por que eu não posso conveniar com ele, liberar o recurso, e ele vai fazendo o serviço lá, me desafoga aqui na capital, que é o nosso grande gargalo? Pois bem, o grito sempre vai ser: falta dinheiro.

Vontade política, a gente tem. E é preciso se preocupar com isso, porque, como eu disse, nós estamos falando do tema mais complexo da gestão pública. E nós fazemos política toda hora. Nós falamos de política pública toda hora. Agora, quando nós estamos debatendo saúde, não pode ser prioridade

política. É preciso ser prioridade a vida das pessoas. E aí nós precisamos trazer para esse ambiente aqui esse debate.

E nós temos fontes de receitas possíveis, Presidente Eyder, para nós aportarmos para a Secretaria de Estado de Saúde e atender os municípios. E aí as pessoas perguntam: "Mas, Crispin, onde é que está essa fonte de receita?" É preciso se fazer um enfrentamento com muito respeito ao que eu vou dizer aqui. Mas olha, o Tribunal de Justiça do Estado recebe muito dinheiro. Mas muito dinheiro. E é por isso os belíssimos prédios que se tem, é por isso os altos salários que se tem, porque se recebe muito dinheiro.

Não diferente do Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia também recebe muito dinheiro. Por isso, a mordomia tem muito dinheiro. Então, nós temos de onde tirar, é preciso ter a coragem de fazer um enfrentamento e tirar um pouco e lá, "olha, vou diminuir o teu repasse anual aqui, é 1%, será 0,5%." E aí a gente investir na saúde. Cuidar da vida do rondoniense, nós temos condição de fazer isso.

Agora, senhores, é preciso ter coragem para isso. É preciso que o Governador do Estado chame o Presidente do Tribunal de Justiça e dizer: "Vamos discutir essa pauta aqui." O Presidente da Assembleia, a Mesa Diretora, dizer "Olha, vamos baixar a mordomia da Assembleia e vamos investir na vida das pessoas." É possível fazer isso! A nossa Sesau, por exemplo, é sempre cobrada pelo Ministério Público, que também recebe muito dinheiro. E a gente precisa reconhecer isso. Corta um pouco lá, investe aqui na saúde, aí nós vamos dar o resultado que o nosso rondoniense precisa. O cuidado com ele.

E se a gente investir, Deputada Cláudia, se a gente colocar o recurso, nós temos muito mais autonomia. E olha

que nós temos. O poder está cobrando, o poder está criticando, mas não adianta às vezes eu gritar, espernear e não entregar a solução. Não dizer: "Olha, tem aqui um caminho, tem aqui uma possibilidade." Se a gente fizer isso, nós teremos muito mais autonomia para cobrar do governo, para cobrar do Secretário de Estado de Saúde, com quem eu creio que na boa fé, na boa vontade, das boas intenções, sempre cheio, mas falta, falta, Deputado Ezequiel, às vezes a condição financeira de fazer o que deve ser feito.

Essa é a minha palavra, Presidente. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, Deputado Ismael Crispin.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Ezequiel, eu vou franquear a palavra à Deputada Taíssa. Ela declina e eu passo a questão de ordem.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Na verdade, eu gostaria de parabenizar muito, mas muito o Deputado Crispin, que até que enfim encontrei alguém que conseguisse comungar com o mesmo pensamento que eu.

É muito dinheiro para os Poderes e para os órgãos autônomos viver na mordomia que vivemos e que todos eles vivem e a saúde padecendo de míseros 3% do orçamento do Estado, porque se perguntar ao Jefferson agora, "Jefferson, quantos por cento a mais que você precisa para você resolver",

porque nem você vai ter dinheiro, 3%, Jefferson. Eu acredito que com mais 3% você vai fazer realmente a diferença que o Estado precisa na saúde, dar o aumento que os nossos servidores realmente precisam e carecem e realmente fazer gestão na saúde da forma que precisa.

É isso o que essa Casa precisa enfrentar. É isso que nós precisamos enfrentar. São muitos problemas, Deputado Rodrigo, e eu concordo com você. Você apontou muitos problemas, mas a solução está aqui: recurso, dinheiro. E está no orçamento, meu irmão, a gente precisa realmente cuidar dessa parte aí.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, obrigado, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de Ordem. Fui citado, Presidente. Peço questão de ordem.

A SRA. IEDA CHAVES - Questão de ordem, por favor. Rapidamente.

Só para dizer que esse é o nosso papel. É muito fácil cobrar o Executivo quando não se aponta de onde vem o recurso. É obrigação do Executivo, mas não adianta a gente apontar todos os problemas se não tiver recurso financeiro. Então, parabéns, Deputado Crispin, isso é algo que tem que ser enfrentado e com seriedade. É exatamente como eu penso.

Muito obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputada Ieda Chaves.

Com a palavra, Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, apenas porque fui citado respeitosamente pelo Deputado Ezequiel Neiva, vou ousar a discordar em parte. Por quê? Não é problema de dinheiro. Nesta casa, toda hora chega recurso e na última votação nós colocamos R\$ 71 milhões retirados do cofre do Detran e injetados diretamente na Sesau.

Toda hora, esta Casa, de forma muito célere, vota recursos para a saúde. Claro que se aumentar 1%, 2%, 3%, é muito bem-vindo, maravilhoso e terá meu voto. Mas, é gestão. Se não colocar uma gestão eficiente ali, o ralo sempre irá drenar todos os recursos.

Então, apenas gostaria de deixar consignado isso, Presidente, porque, como fui citado, não se trata só apenas de alocar cada vez mais recursos, e sim também em fazer uma boa gestão.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Camargo, pela sua questão de ordem.

Com a palavra, Deputada Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eu acho que é importante a gente frisar que toda fala aqui, coaduno no mesmo entendimento, que a saúde sofre gigantemente. E eu achei muito pertinente duas falas aqui. A fala do Deputado Pedro, quando fala que toda crítica é construtiva, e eu acredito muito nisso,

porque, muitas vezes, a pessoa fala "Ah, que o colega é de oposição." Não, ele traz um parâmetro de fiscalização. E é importante, Jefferson, levar essa mensagem e até para o próprio governo também. Não é porque o deputado trouxe várias ponderações que tem que virar a cara, fechar a cara, porque quem vive isso aqui somos nós.

Amanhã tem um monte de gente aí que não vai estar no governo e vai precisar do João Paulo. Hoje nós estamos como deputado, amanhã nós não vamos estar e nós vamos precisar do atendimento de saúde como qualquer outra pessoa.

Também quero parabenizar imensamente a fala da Deputada Cláudia de Jesus, que falou brilhantemente. Nós não aguentamos mais se você pegar o salário de um Secretário, um salário de um deputado e calcular a hora, não chega nem 1% do salário dos servidores da Saúde. É triste, mas é a verdade.

E quando a gente fala isso, parece que você está sendo contra o governo. Você não está sendo contra a governo, não. A gente quer melhorar a vida das pessoas. Ninguém aguenta mais.

Eu fiquei dois anos nesta Casa sendo perseguida de tudo que você imaginar, lutando pelo hospital da minha cidade. E sabe o que eu digo para vocês? Valeu a pena, porque hoje a gente tem o melhor hospital da região Norte. Valeu a pena enfrentar tudo quanto era perseguição. Valeu a pena quando eu chegava em algumas secretarias e viravam a cara para mim, mas eu estava todos os dias nesta Casa, brigando todos os dias para aquele hospital sair.

E sabe qual é o resultado, Deputado Eyder? Simples, mais de 8 mil procedimentos de especialidade. Sabe quem desafoga hoje a capital? O hospital de Guajará-Mirim. Quarenta pacientes por semana quem faz é o hospital de

Guajará-Mirim. O Governador na hora entregou o hospital e prometeu UTI. Nunca se imaginou em Guajará-Mirim ter UTI. Hoje tem 10 leitos de UTI. Nunca se imaginou ter hemodiálise. Tem hemodiálise. E sabe o que eu quero? O que eu quero? No Estado inteiro, o que tem na minha cidade. Sabe por quê?

Se a gente tiver a descentralização, não vamos falar em utopia, porque nos 52 municípios não tem condições, que nós sabemos disso, mas em macrorregiões fortalecidas. O que nós temos lá vai melhorar muito a saúde das pessoas.

Então, meus amigos, a gente vem para a política para o enfrentamento mesmo, não é para passar a mão na cabeça de ninguém, não. Por mais que a gente seja perseguido, por mais que virem a cara para você. Porque a vida é passageira. Amanhã a gente pode não estar aqui. Mas, se a gente puder ter colaborado, a gente já fez a diferença na vida dos outros.

Pensa bem. Quantas pessoas deixaram de pegar essa 425, a BR-364 e percorrer 320 quilômetros para estar aqui? Milhares de pessoas da minha região. Quantas pessoas, servidores públicos, pessoas que trabalham no CPA, já falaram para mim: "Deputada, eu estou indo para Guajará fazer cirurgia de hérnia, de vesícula, de apendicite", de várias cirurgias dentro da nossa região, porque melhorou. Parabéns, sim. Demorou 10 anos, demorou. Foi no Governo Marco Rocha, sim, obrigada; mas precisamos avançar ainda mais.

O Secretário Jefferson sabe que eu cobro, ele fica com raiva de mim, fica com a cara virada, mas eu não estou nem aí, não. Sabe por quê? Porque a gente precisa melhorar a vida das pessoas, a gente está aqui recebendo dinheiro público e quem paga o nosso salário é o povo, é o recurso do povo voltando para o povo. Político não faz favor para

ninguém, não. A gente não tira dinheiro do bolso, não. É o dinheiro dos impostos da população.

E é por isso. Agradeço muito. A minha região tem o melhor hospital do Estado de Rondônia, mas a gente sabe que precisa avançar. E precisamos, humildemente, Secretário, eu sei que você está em uma pasta extremamente difícil, que você atende telefone, que você tenta correr; o Deputado Ismael falou a verdade, tem que ter dinheiro, tem que ter ajuda, isso é fato.

E o Detran, o remanejamento do Detran, só para ter uma ideia, foi só para pagar a Folha de Pagamento, porque o recurso da Sesau fica mais ou menos até setembro. Então, você vê a dificuldade que é. Mas, antes de finalizar a minha fala, e eu cobro mesmo, o Secretário sabe disso, e eu não estou aqui para ninguém estar de cara sorrindo comigo, não. Pode ficar de cara feia.

Vou te falar uma coisa: muito obrigada por todo o desenvolvimento da minha região e hoje nós estarmos desafogando a região do Madeira-Mamoré. Mas, eu repito: precisamos resolver as ressonâncias. E eu preciso de uma resposta das 1.359 ressonâncias que o povo está esperando há mais de três meses na fila. Obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, nobre Deputada Dr^a Taíssa, ela que é uma grande lutadora pelo povo da Amazônia, pelo povo rondoniense, pelo povo da Pérola do Mamoré, por aquela região da Guajará-Mirim, Nova Mamoré. Parabéns.

Eu quero deixar aqui a minha fala, já indo, encaminhando para o encerramento dessa Comissão Geral. Após a minha pergunta, eu vou abrir para as considerações gerais,

considerações do nosso Secretário, em que ele vai responder perguntas que foram feitas ao longo do final dessa tarde. E já para encaminhar para o encerramento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Lembrando que nós ainda temos a nossa Sessão Ordinária para voltar.

Secretário, eu quero dizer que em 2019 eu estive nesta Casa, no meu primeiro mandato, e aí nós brigávamos com o atual, o então secretário Fernando Máximo, pela descentralização da saúde no Estado de Rondônia. Pela descentralização da saúde do Estado de Rondônia. Foram quatro anos tentando, buscando convencimento ao secretário que ele descentralizasse a saúde no Estado de Rondônia, porque não aguentávamos mais tantas mortes, tantas ambulâncias colidindo, virando, capotando, e as pessoas que buscavam saúde na capital acabavam perdendo as suas vidas.

E hoje eu volto para esta Casa, em 2025, vendo uma saúde descentralizada. É o melhor dos mundos? Ainda não. Mas, eu tenho que reconhecer que a saúde avançou em alguns pontos. Temos questões a considerar, a melhorar? Temos, é claro. Uma vez, um deputado falou aqui nesta mesa, Dr. Neidson, médico do Hospital João Paulo II: "a saúde é um saco sem fundo. Você vai construir o Heuro, 400 leitos, e no mês seguinte vai precisar de 450. Você constrói 450, no mês seguinte vai precisar de 500 leitos.", porque é saúde, infelizmente, é a nossa necessidade básica.

Como muito bem falou a deputada Cláudia de Jesus, a gente consegue esperar pela agricultura, a gente consegue esperar por uma estrada para que seja pavimentada, mas quem

está com dor, quem está doente, quem está acamado, quem está precisando de um atendimento hospitalar, não tem como esperar.

Então, é por isso que, muitas vezes, a gente acaba ouvindo tantas e tantas demandas, súplicas e denúncias de todos os quatro cantos do Estado de Rondônia. Mas temos, sim, que reconhecer que a saúde avançou.

E, para encerrar a minha fala, eu queria deixar uma pergunta no *hall* de perguntas que o Secretário vai responder, se há algum planejamento, algum estudo... O que eu tenho mais recebido é a questão do processo emergencial. "Deputado, mas se, e mais se, e mais se,..." "Como é que vai ficar o processo seletivo, como é que vai ficar o processo emergencial, é o meu trabalho, é o meu ganha-pão?" E aí eu quero fazer essa pergunta, porque eu tenho certeza que eu vou dar voz a muitos servidores que estão no processo seletivo emergencial.

Secretário, existe algum planejamento? Como fica, vai abrir novas vagas no Estado de Rondônia para o processo seletivo emergencial?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, só para finalizar, uma questão de ordem, se Vossa Excelência me permite, só para melhor organização dos trabalhos.

Pelo que compreendi, faltam algumas perguntas importantes que nós questionamos. A questão do auxílio-transporte, auxílio-educação, se será implementado esse mês, esta é uma. Dois, se haverá a valorização na tabela salarial dos profissionais da Saúde. Mais duas questões que eu vi a ilustre deputada...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Problemas renais. Da Deputada Cláudia. E agora do processo seletivo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só quero complementar a questão muito bem colocada pela Deputada Rosangela Donadon em relação ao hospital de Vilhena, porque até agora o governo não assumiu. Ele só prometeu. Ele assinou um acordo de transição. E está só enrolando. E não assumiu até agora. A pergunta é: se vai assumir e quando? Essa é a pergunta. Por enquanto é só planejamento. O velho "enrolation."

E para finalizar, se há algum risco de não pagamento dos salários dos profissionais da Saúde a partir de novembro, diante da falta de orçamento na Sesau. Essa é muito importante. Obrigado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Perfeito.

A SRA. TAÍSSA - Tem questionamento também sobre a ressonância.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Está notado aqui, Deputado Taíssa.

Com a palavra, o Secretário Jefferson Rocha.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Responder aqui o que eu anotei. Vou logo começar pelo Deputado Rodrigo. Aproveito sobre os 500 e os 200 lá, é um acordo com o TJ (Tribunal de Justiça). O Projeto de Lei da última vez que nós reunimos,

ele estava com a Sepog para finalizar e encaminhar para cá, para a Casa de Leis, e foi informado aos trabalhadores que esse pagamento seria retroativo a essa data que o senhor mencionou, agosto.

Em relação à valorização. Nessa decisão do TJ de eliminar, ele coloca que o...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas, a primeira pergunta, eu não entendi. Vai ser enviado para essa Casa? Quando? Porque já descumpriram. Qual é a nova data agora?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não está com a minha Secretaria. Isso é um acordo com o TJ.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, não tem data.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Isso já foi abordado dentro da Secretaria de onde eu tiraria esse valor, já foi informado, possivelmente deve estar vindo para cá.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas não tem data. Vamos deixar claras as coisas. Não cumpriram, porque era para ter vindo, e não tem data. É isso.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Eu posso verificar com a Sepog, como é que está essa situação para vir.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas, não tem data por enquanto.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Isso.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Segunda pauta, valorização.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Valorização da saúde. Na liminar que o TJ concedeu, ele abre justamente a negociação entre as partes para conversa sobre essas tabelas que foram apresentadas. E aí, assim que passar essa semana, essa turbulência, a gente vai sentar novamente para tentar ver como vai ficar essa situação.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, aquele discurso de que não haveria qualquer índice para reajuste dos profissionais da Saúde não é verdade. Então, vocês têm uma proposta a ser feita?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Nós vamos, na verdade, sentar com os profissionais. Isso está na determinação da própria liminar para justamente apaziguar...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas, a liminar não diz se o governo pode fazer reajuste ou não. A pergunta que eu faço é: o governo vai dar alguma valorização, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Se ele é a favor da...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não. Se vai dar, sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não... O que acontece, nós vamos sentar dentro da MENP, que é o órgão que trabalha com orçamento. Hoje, nós não temos espaço orçamentário para esse tipo de aumento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, eu posso compreender como não, não tem. Se não tem espaço orçamentário, não tem.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Não tem. Vai descumprir a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal)? Então, é nesse cenário que vai ser feita a discussão.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, vamos lá. Resposta da primeira. Vamos ver se eu entendi: não tem data para mandar o projeto. Foi o que o senhor respondeu. Está lá, mas não tem data. Não cumpriram, mas não tem data. Sobre o auxílio-transporte e o auxílio-educação.

Em relação à segunda pergunta, não tem espaço fiscal para dar o realinhamento dos profissionais da Saúde. Ou seja, promessa que não vão cumprir de novo.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Isso não é promessa. Isso não é promessa. Isso foi um pedido que as categorias

que apresentaram como tabela e foi muito bem explicado que seria analisado pela MENP dentro do espaço fiscal.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, nunca houve promessa do governo de valorizar os profissionais da Saúde? Nunca houve, nenhuma promessa.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Já teve através do PCCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração), como foi bem explicado aqui. Nós tivemos a situação do aumento de 89%...
(manifestação da galeria)

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vou pedir que as pessoas da galeria deixem o Secretário, por gentileza, explanar. Fique à vontade.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - PCCR está aí, as porcentagens estão aí. Aumento de até 89%, nós temos aqui a tabela. Isso de 2021.

É claro que nós vivemos, todo mundo comentou muito bem, sobre a inflação. A inflação vem aí, o próprio pedido do SindSaúde vem pedindo, dentro de um cenário, para fazer esse reajuste de servidores, apenas das perdas, era um dos pedidos. Então, dentro desse cenário do PCCR, eles foram reajustados, tiveram esse...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Compreendi, compreendi. Já respondeu. A resposta agora para a Deputada Cláudia, tem mais uma que era da Deputada Claudia.

(Às 18 horas e 15 minutos, o Senhor Eyder Brasil passa a presidência ao Senhor Ribeiro do Sinpol)

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Posso continuar agora, presidindo, Deputado Camargo?

Por gentileza, Jefferson, você anotou todas as demandas do Deputado Camargo, não é? Aí tem a pergunta do Deputado Ismael Crispin, a pergunta da Deputada Cláudia de Jesus, acho que da nossa Deputada Rosangela Donadon e da Deputada Dr^a Taíssa.

Por gentileza, você responde todas as perguntas para a gente fazer as considerações finais e finalizar.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Então, vamos lá. Em relação ao tratamento renal, embora o Estado Rondônia não tenha ainda a contratação da empresa para fazer esse transplante aqui, que está realmente na PGE. A PGE contestou apenas porque uma única empresa apresentou a proposta, que foi o Hospital das Clínicas, que já faz isso pelo privado aqui.

Nós estamos apenas sanando essa dificuldade do que foi apresentado à PGE para entrar para a parte contratual. Embora o Estado de Rondônia não tenha esse processo aqui, vale salientar para todos que o nosso Estado - e isso não fui eu que falei - está no Ministério. O próprio ministro elogiou, por mais ou menos três minutos, o Estado de Rondônia pelo que vem se fazendo no transplante, no total, no Estado.

Tanto que ontem nós estávamos com o Ministério aqui, segunda e domingo, fazendo treinamento com a equipe lá no

Golden, justamente nessa captação e no treinamento para fazer esse transplante, como captar esses órgãos e, dentro das nossas unidades credenciadas, fazer esse transplante renal.

Nossos índices, embora não tenhamos esse contrato ainda, estão muito perto do que vem sendo feito de melhor pelo mundo em transplante renal. Nós queremos o quanto antes. Isso está com a Eloia, inclusive. Todos os dias a gente trabalha essa situação para vencer o que foi apontado pela PGE, para que a gente possa já ter esse contrato aqui no Estado, está certo?

Respondendo outra pergunta também, questionamento da Deputada Cláudia, e muito bem executado, dentro da situação de índice tabela SUS, e o que foi muito bem falado sobre a inflação, a tabela SUS é de 2002. Então, a tabela SUS hoje que se trabalha é de 2002.

A gente não conseguia achar nenhum prestador aqui no Estado que se trabalhasse essas cirurgias cardíacas, que foi uma das colocações da senhora bem lá atrás.

Nós fizemos um estudo muito amplo com a Sociedade Rondoniense de Cardiologia e com Sociedade Brasileira de Cardiologia. Chegamos a uma tabela complementar para a tabela SUS Rondônia, para que a gente pudesse credenciar esses serviços aqui, os quais já foram lançados, e nós temos empresas também ao longo do Estado que estão se credenciando para fazer as cirurgias cardíacas.

E eu fico bastante tranquilo e feliz em relação a isso, porque a gente já avançou bastante, principalmente na parte de cateterismo, angioplastia e marca-passo. Não é o melhor dos mundos, mas ontem mesmo eu recebi ligação de deputados para trazer um paciente, por exemplo, lá de Itacoatiara, precisava fazer uma troca de marca-passo, colocar uma marca-passo, e que não conseguiria tão cedo no Estado.

A gente conseguiu colocar ainda no Amazonas, mas depois de muito se falar e pedir para que de forma urgente esse paciente fosse para Manaus. Mas, aqui nós fazemos isso.

O João Paulo II, todo mundo sabe que ao entrar dentro do João Paulo, já começa a se fazer essa parte cardíaca. E o que nós queremos com esse credenciamento é fortalecer as cirurgias, igual a nós fizemos com a cirurgia geral, as cirurgias ortopédicas, que embora o volume tenha aumentado muito de cirurgia, a gente ainda tem uma demanda muito grande de retaguarda pela grande quantidade, por exemplo, de acidentes que nós temos nas unidades aqui regionais.

O Vale do Jamari mesmo é um dos locais que o senhor sabe muito bem que é um dos que mais demanda a parte da ortopedia do Estado, praticamente, todo dia, vêm para cá uns cinco pacientes de acidente de trânsito. E são os politraumas que sempre enchem a nossa sala vermelha do João Paulo, que, posteriormente, é resolvido ou no HB, ou não retaguarda, ou dentro de uma das nossas credenciadas.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Provavelmente em Guajará. Geralmente mando para Guajará.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Também.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Bota dentro da ambulância o cara todo quebrado, não basta chegar em Porto Velho e vai para Guajará. Não se esqueça de responder de Vilhena, tá? Vilhena.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Vilhena, nós já assumimos financeiramente o hospital.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Assumiram ou assinaram um Termo de transição?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Nós já assumimos financeiramente. O hospital já é por conta do Estado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas, tem um documento já do Estado?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Já. Já foi aprovado em CIB, inclusive. Aprovado com os 52 municípios.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Então, não é Termo de Transição. Vocês já assumiram a gestão do hospital?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Assumimos financeiramente a gestão do hospital. A parte de gestão nós já colocamos um diretor nosso lá e está sendo dentro da fase de transição de RH (Recursos Humanos), de equipamentos, a equipe nossa já foi lá, a nossa equipe de patrimônio já foi lá verificar a parte patrimonial, parte de RH, para justamente trazer o restante.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas hoje, tem algum papel a prefeitura ainda nesse hospital ou vocês já tomaram conta?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Hoje está compartilhado, nós temos a gestão...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ah, então não assumiram? Ou está compartilhado ou assumiu?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Está em uma fase de transição, Deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ah, então estou certo.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Mas, nós já assumimos financeiramente. Hoje, quem banca o hospital é o Estado. Quem paga a conta hoje já é o Estado. E nós estamos na fase de gestão, RH, equipamento, finalizando as propostas e já assumindo, o quanto antes, a gente vai assumir ele definitivamente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Esse "quanto antes e assumir definitivamente" é quando?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A transição dele está prevista até final de dezembro. Nós falamos com o Flori

e com o Governador para, no máximo, em 30 dias, a gente assumir ele definitivamente. Porque nós já assumimos...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Nos próximos quantos dias? 15?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - 30 dias.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Maravilha.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Para a gente está tranquilo. É tanto, que nessa semana que nós iríamos mudar praticamente a nossa residência por uma ou duas semanas lá para assumir definitivamente, nós tivemos que parar por conta da situação da greve.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Secretário.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Então, continuando aqui, respondendo algumas situações.

(Às 18 horas e 27 minutos, o Senhor Ribeiro do Sinpol passa a presidência ao Senhor Eyder Brasil)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - As situações reais, o senhor já respondeu? Da pergunta da Deputada Cláudia?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Já, respondi.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Então, está faltando agora das ressonâncias.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - As ressonâncias, como eu comentei antes, nós tínhamos três máquinas apenas no Estado. Hoje nós temos 16 ou 17 máquinas fazendo ressonância magnética.

E Madeira-Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho, nós temos quatro ou cinco máquinas fazendo ressonâncias aqui. E a gente vai visualizar, junto com as propostas da senhora, ver como é que estão esses pacientes na fila, sem furar a fila, para que eles possam fazer as suas ressonâncias.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tem possibilidade, Secretário, de fazer um mutirão para zerar a fila, mais de 1.329 pacientes que estão na fila, focada em Guajará-Mirim, em Nova Mamoré, para a gente poder não ficar nesse sofrimento que já está há mais de três meses?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - A regulação a gente trabalha como um todo. Nós trabalhamos para todos. O que nós podemos fazer é falar com os prestadores e com uma que é filantrópica, que trabalha 24 horas para a Sesau, para que ele possa fazer realmente uma demanda, uma saída para todos ali mais célere.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Amanhã tem a resposta?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Respondendo o Deputado Crispin.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Me responde, por gentileza.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Respondendo.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Secretário, só para te ajudar. Eu acho que eu nem fiz pergunta, eu mais fiz um encaminhamento.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Sim.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Eu acho que esse é um enfrentamento, que é uma questão dos Poderes. Quando eu estou falando: "poxa, eu estou tendo dificuldade, eu estou perdendo gente". "Quanto vale um ser humano que foi embora?" E, às vezes é por conta do recurso. Então, penso que esse é um enfrentamento. Foi mais a título de encaminhamento.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Mas, vou responder. O senhor falou um negócio interessante. E o senhor sabe muito bem. E, até falei com o Deputado Delegado Camargo, quando ele fez o acampamento lá na frente do João Paulo II, eu liguei para a minha diretora e pedi para ela ir lá falar com o deputado para o senhor ir para dentro da unidade, compreender exatamente como é que funciona essa parte da

saúde. O senhor já entendeu muito bem e colocou parte do seu recurso e deu retorno lá em Seringueiras.

Por exemplo, nós sabemos que 80% daquelas pessoas que entram no João Paulo II é verde e azul. Verde e azul. E eles poderiam ser resolvidos lá. E o senhor viu esse problema, pegou R\$ 5 milhões e aportou para a melhoria da atenção primária lá de Seringueiras. O que aconteceu? Seringueiras virou um polo, a gente aportou recursos, virou um polo, resolveu cirurgia, resolveu oftalmologia e esse pessoal de Seringueiras não subiu. E não só Seringueiras. Seringueiras, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, não subiram para o João Paulo II, ele resolveu lá.

Então, os problemas, e eu fico muito tranquilo em relação a isso com a equipe que nós montamos na Sesau, que essa equipe conseguiu montar todos esses planejamentos para resolver esses gargalos. Independente, para a gente construir uma unidade hospitalar, a unidade hospitalar é o menor dos problemas. Nós tivemos problemas com o Heuro, por exemplo, que não saiu, mas foi licitado, uma empresa ganhou. Mas, o que é caro, o que demanda saúde pública é a operação.

Um hospital que custa R\$ 100 milhões de construção, vai demandar dois hospitais por ano, praticamente, só em operação, ou um hospital, dependendo da alta complexidade. Então, dentro desse cenário, esse conhecer, foi por isso que eu falei na época com a Rafa, eu falei: "Chama o deputado, vê se ele quer entrar aí para conhecer.".

O SR. DELEGADO CAMARGO - Agora o senhor citou o meu nome, vou responder.

SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Conhecer a nossa tabela. A nossa tabela que hoje é matriciada dentro do João Paulo II para entender, realmente, a saúde pública como um todo e não só dentro dessa situação, que a gente vai compreender que tem coisas muito mais além do que o João Paulo II.

O João Paulo II acaba sendo a solução daquilo que foi citado aqui, do problema de quem não resolveu o seu problema em casa. E o João Paulo II é um coração de mãe. Ele recebe todo mundo e resolve. Ontem mesmo, nós salvamos a vida de um paciente, e eu fico muito feliz, por isso que meu telefone é espalhado mesmo para todo mundo. Um paciente qualquer me ligou e falou: "olha, eu fui na UPA e me mandaram vir para casa." Eu liguei para o SAMD (Serviço de Atendimento Multidisciplinar Domiciliar), Doutora Elza, eu falei: "Elza, você está na rua? Passa nesse endereço e verifica lá, porque esse paciente parece que está com o abdômen agudo e liberaram ele para ir para casa.". Quando ela chegou lá, ele estava com todos os critérios de sepse. A Doutora Elza pediu: "Secretário, ele tem que vir urgente para o João Paulo". Foi para o João Paulo. Em 40 minutos estava fazendo uma laparotomia. Estava com a vesícula, apendicite estourado já, grau 4. Então, possivelmente, mais 4 ou 5 horas ele iria falecer. Então, o João Paulo é exatamente, é a solução desse problema.

Então, eu queria aproveitar, antes de qualquer situação, o deputado colocar mais alguma coisa, agradecer realmente por esta vinda aqui, porque a resposta do senhor do processo seletivo e emergencial, a própria Eloia já fez, apresentou uma proposta para a Sepog para o projeto emergencial e também para o concurso, que é uma situação que foi solicitada junto com algumas audiências com os servidores, no concurso público, que é um TAC (Termo de

Ajustamento de Conduta) junto com o MP (ministério Público). O MP vem solicitando e a gente vai cumprir essa situação do TAC.

Então, para finalizar aqui, eu quero dizer que não é o melhor dos mundos, mas, por exemplo, ontem a gente recebeu, nós não temos mais pacientes doentes graves de quadril dentro da fila do Sisreg (Sistema de Regulação). Antigamente, esse paciente só fazia cirurgia se fosse judicializado. E hoje a gente tem um processo sustentável, graças à equipe da Sesau ali, de Vilhena a Porto Velho, que faz esse tipo de cirurgia. Oftalmologia de alta complexidade, nós não fazíamos no Estado de Rondônia. Hoje, Macro II, nós estamos indo atrás de paciente; e aqui também está saindo todos os processos de cirurgia.

Estamos começando agora com a fila do joelho. Cirurgias do Estado de Rondônia, não é o melhor do mundo, mas foi o Estado que mais cresceu em cirurgias eletivas no ano de 2024 para cá. Nós fizemos cirurgia tanto com a ajuda dos municípios como das credenciadas. Se você pegar os números, foram os dois anos que mais se fez cirurgia, inclusive lá em Seringueiras, o senhor sabe muito bem disso.

Colocamos telemedicina. Mais de 150 mil atendimentos. São 150 mil pessoas que deixaram de pegar a BR para vir para uma consulta aqui. Cito Seringueiras também, lá no finalzinho, fez 6.500 atendimentos de telemedicina. Além de colocar telemedicina em todos os municípios, nós tínhamos Costa Marques, Alvorada, que não tinha telemedicina, praticamente outros que não me recordo agora, mas todos os municípios hoje têm telemedicina e têm as especialidades diretamente com o Einstein.

E, além disso, nós montamos uma Coordenadoria de Saúde Digital para trabalhar esses atendimentos conosco. Nós já

fizemos um protótipo com nefrologia e vascular. Nefrologia, que já tem dado resultado e o que vai ser feito para todos. Guajará-Mirim está aqui, a deputada já citou muito bem. Cemetrôn, quem viu o que era o Cemetrôn, o que está o Cemetrôn hoje? A maternidade dentro do Hospital de Base era um mausoléu lá jogado de tijolo velho. Hoje nós temos uma obra lá, pronta e funcionando para a comunidade, que nós ainda não tivemos tempo nem de inaugurar, mas nós já abrimos para a comunidade para dar realmente atenção àquela comunidade.

Então, queria agradecer pela oportunidade de estar aqui juntamente com a equipe, responder e dizer que todos esses levantamentos não serão em vão. Nós vamos trabalhar junto com a equipe. Esse é o nosso gargalo. E, pelo contrário, não tem possibilidade alguma de desistir dessa missão, até porque eu entendo que a minha equipe trabalha muito bem para isso. Entender o que é o SUS do Estado de Rondônia, o que falta, algumas situações a gente corre atrás. Dentro das nossas limitações de orçamento, a gente consegue ir resolvendo.

Nós sabemos que temos que melhorar muito, muito mesmo, mas quando a gente compara, já dizia, o mal do mundo, você compara com algumas situações na região Norte, inclusive com PIB's (Produto Interno Bruto) maiores que o nosso, a gente vê que nós estamos melhorando e estamos no caminho certo para buscar uma porta de atendimento a esses pacientes, deputado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Presidente, pela ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, que eu fui citado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Secretário Jefferson Rocha. Eu vou conceder, deputada, a palavra ao Deputado Delegado Camargo. Apesar de ele não ter sido citado nominalmente, houve uma ocasião em que o Jefferson citou o Deputado Delegado Camargo e eu vou conceder a palavra ao deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. O Secretário Jefferson falou de forma tão veemente do convite para eu ir para dentro do hospital, e foi exatamente isso que busquei fazer. Quando lá estive, fui constrangido, agredido por uma servidora, que tenho certeza não representa os profissionais que lá estão, mas pode, sim, representar o caráter persecutório de pessoas que querem mostrar o que lá dentro ocorre.

Então, eu fui, sim, Secretário para dentro do hospital. E por mais de dez vezes, Secretário, já mandei documentos ao Governador do Estado pedindo que ele compareça lá dentro do hospital para ver a realidade da nossa gente, do nosso povo.

E eu quero lhe fazer uma pergunta. Eu quero lhe fazer uma pergunta e quero que o senhor seja bem sincero comigo. O senhor, alguma vez, responde para o povo de Rondônia, já foi junto com o Governador Marcos Rocha para dentro do João Paulo? O Governador já esteve lá com o senhor? Sim ou não?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - O Governador não foi comigo, mas eu estou sempre...

O SR. DELEGADO CAMARGO - O Governador foi?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Comigo não, é por isso que ele...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não foi? E há quanto tempo o senhor está no cargo de Secretário?

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Vou completar, acho que Três anos agora.

O SR. DELEGADO CAMARGO - São três anos e ele nunca apareceu lá. Então, começa por aí. Eu fui, estou acampado lá, as pessoas lá de dentro têm me mandado imagens e quem deveria resolver o problema, porque é o gestor, o Governador, nunca foi. Vou deixar uma coisa bem clara.

Segundo, o senhor explanou aqui, agora há pouco, que o custo de um hospital, às vezes, custa dois deles para operacionalizar. Foi pelo que eu compreendi. Mas, me parece que, mais uma vez, Rondônia anda na contramão, Deputado Eyder Brasil. E por que faço isso? Por que digo isso com tanta veemência? Sabe o que o Estado do Mato Grosso, nosso vizinho aqui, fez? Está construindo seis grandes hospitais para atender a população e resolver o problema da saúde. Por quê? Porque eles não vão terceirizar. Porque eles sabem fazer gestão, são eficientes.

Então, mais uma vez, vou recordar aquilo que falei. Terceirizar, como diz o Tribunal de Contas; como diz o Ministério Público; como diz a Polícia Federal, é um gargalo, é uma porta que se abre para atitudes de contratação sem concurso, sem licitação e um funil, um ralo sem fim.

Com todo respeito e com a amizade e irmandade que tenho com o senhor, em Cristo, ousou discordar veementemente das suas palavras. Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Passo a palavra para a Deputada Cláudia de Jesus, por questão de ordem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Presidente. Secretário, eu só gostaria de fazer uma pergunta. Eu recebi aqui uma mensagem, sobre um convênio que tem com a Santa Marcelina, um valor de R\$ 6 milhões, que eles estão aguardando o pagamento e está pendente.

Eu queria que o senhor falasse para a gente como é que está esse encaminhamento. O pessoal pediu aqui um esclarecimento sobre isso. Se o senhor puder nos responder, eu agradeço.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pode responder, eu falo depois.
(fora do microfone)

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Eu tenho até todos os levantamentos aqui também. Eu conversei com a Irmã Lina. Nós estamos aguardando justamente uma liberação de GPF. Isso de acordo com... Nós temos uma votação que está aqui na Casa, de R\$ 12 milhões de superávit, que estão aqui. E assim que a gente conseguir essa votação, ela é para custeio.

Eu já falei, inclusive, para o Doutor Diego, para a Irmã Lina, que assim que sair essa liberação orçamentária, eles são um dos primeiros pontos a serem quitados. São quase R\$ 6 milhões que está realmente aguardando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Esse projeto está na Casa, já aqui?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Se for o FES da semana passada, eu pedi vista e na semana passada, já devolvi a vista, já, deputado, para votar hoje.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Presidente, o líder do governo e o vice-líder, gostaria que a gente já priorizasse, para que a gente votasse, para que possa dar andamento nessa situação.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, depois me dá a questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito, obrigado. Questão de ordem para a Deputada Dr^a Taíssa. E depois, o nobre Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O questionamento da Deputada Cláudia de Jesus, eu concordo plenamente, se estiver aí para a votação, e se está inclusa a questão das locomoções também, nesse projeto dos R\$ 6 milhões. É porque não está sendo liberado justamente porque não foi feito o pagamento. Está tudo junto.

É porque eu tive uma grande demanda dos nossos cadeirantes, dentro do Estado, que hoje eles estão desguarnecidos, sem as cadeiras, e a gente sabe o grande trabalho que o Santa Marcelina faz e a importância desse recebimento.

Mas, eu quero também parabenizar, foi falado bastante aqui, mas eu quero frisar ao Prefeito de Seringueiras, o Armando Bernardo, que faz um trabalho excepcional, foi falado muito, de lá, mas também tem uma mão excepcional do trabalho que ele faz, gente.

Quem conhece lá, quem vai lá, sabe que ele cuida daquele hospital como se fosse a casa dele, com o maior amor do mundo e com cuidado exemplar, e ele é da área de Saúde e entende bem sobre isso.

E eu quero fazer essa deferência, que eu acho que é justa, têm vários gestores dentro do Estado, prefeitos que fazem isso, mas, assim, é um prefeito que hoje, ele é exemplo na 429 para os outros prefeitos, de como gerir saúde, e eu não poderia deixar de falar desse trabalho dele, que dá orgulho de ver como que é limpinho o hospital; como que é organizado o hospital; como que ele faz de tudo para que os pacientes não saiam de lá e possam fazer cirurgia. E, além disso, recebe pacientes da região inteira, lá em Seringueiras.

E aí, para finalizar, não esquece que antes de sair daqui, há a questão das ressonâncias da minha região, porque eu não vou sossegar, enquanto não resolver. Obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputada Taíssa. E com a palavra o Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, só para quebrar um pouco o protocolo e dar uma geladinha aqui no clima, quero tirar o clima um pouquinho. Cumprimentar o Prefeito lá de Cabixi, o Silvano. Meus cumprimentos. O prefeito fez um banquete para mim que há muito tempo, chegou que eu saí de lá com sono. Obrigado, meu prefeito, conte comigo. Obrigado pela recepção, o senhor tem um deputado aqui em Porto Velho.

Eu não posso deixar de parabenizar, está aqui o vice-líder, eu acho que o líder está por aqui também. Quero parabenizar o Governador Marcos Rocha, faz dias que eu não o parabenizo.

O Governador hoje nomeou a nova Secretária de Educação, Albaniza Batista de Oliveira. A nova Secretária foi diretora da escola Maria Carmosina, uma escola bem pequenininha, que é lá da zona leste. Eu não ouvi alguma risada aqui? Não faz eu rir não, pelo amor de Deus.

Então, eu quero parabenizar o Governador pela sua escolha, está fazendo uma bela gestão o Governador Marcos Rocha. Eu tenho certeza, eu tenho certeza que ele está levando o Estado para o rumo bem certo, viu? Parabéns.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Marcelo Cruz. Neste momento está encerrada a Comissão Geral e retornamos aos trabalhos da 21ª Sessão Ordinária.

(Às 18 horas e 44 minutos, encerra-se a Comissão geral e retorna-se à Sessão ordinária)

Neste momento suspendo a 21ª Sessão Ordinária para a deliberação da pauta.

Em nome do Presidente Deputado Alex Redano, cumprimento, saúde e agradeço ao Coronel Jefferson e a sua equipe da Sesau que esteve conosco nesta tarde e noite. Obrigado.

(Às 18 horas e 45 minutos, suspende-se a Sessão e retorna-se às 20 horas e 13 minutos)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Declaro reaberta a 21ª Sessão Ordinária. Encerrado o Grande Expediente, passamos a ordem do dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Precede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Doação de Milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas para atletas e paratletas do Estado de Rondônia, pelo programa "Asas do Madeira".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor às personalidades que, por sua dedicação e espírito comunitário, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento do esporte, da educação e da cidadania no Estado de Rondônia, em especial por meio do Projeto Karatê de Letra.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor ao Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na cidade de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 182-A do Requerimento Interno.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Acrescento o inciso XX ao artigo 2º da Resolução nº 561, de 28 de agosto de 2003, que "Regulamenta o Auxílio de Assistência Especial concedido ao servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia previsto no inciso V do artigo 14 da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que "Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia."

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre o cômputo, para fins de direitos e vantagens funcionais, do tempo de serviço prestado pelos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede a honraria de Mérito Cultural ao Senhor José Maria dos Santos pelos relevante serviços prestados ao Estado de Rondônia em razão de sua atuação como liderança extrativista, destacando-se no campo cultural, social e meio ambiente.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, informações sobre o enquadramento de Rondônia nas hipóteses de redução da reserva legal previstas no Código Florestal e sobre os percentuais de áreas destinadas a Unidades de Conservação e Terras Indígenas homologadas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Divisão de Comissões, pedido de retirada de tramitação o Projeto de Decreto Legislativo nº 836/2025, que concede a Medalha do Mérito Legislativo Miguel Antônio Paes de Barros Filho, Presidente da OAB Subseção de Cacoal, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a adoção de providências administrativas e orçamentárias destinadas à construção de quadra poliesportiva e aquisição de veículo para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves, localizada em Ji-Paraná/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a adoção de providências administrativas e orçamentárias voltadas à reforma da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Moacyr Caramello, localizada em Chupinguaia/RO, bem como a aquisição de veículo

destinado a atender as demandas pedagógicas e administrativas da instituição.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a adoção de providências administrativas e orçamentárias para a reforma da quadra de esportes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cláudio Manoel da Costa, localizada no município de Governador Jorge Teixeira/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a adoção de providências administrativas e orçamentárias para a construção de salas de aula, reforma e aquisição de veículo para a Escola Professor Irineu Antonio Dresch, localizada em Ji-Paraná/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO, a transferência da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), atualmente instalada no Hospital Regional de Cacoal, para a estrutura da Associação Assistencial à Saúde São Daniel Comboni – Assdaco, no mesmo município.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO, a destinação de contrapartida financeira no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade habitacional, para a construção de 400 (quatrocentas) moradias no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Rural – MCMVR, em parceria com a Caixa Econômica Federal, utilizando-se recursos do Fundo para Infraestrutura

de Transporte e Habitação – FITHA, instituído pela Lei Complementar nº 292, de 29 de dezembro de 2003.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO, informações detalhadas acerca da paralisação das ações de transplante de rins na rede estadual de saúde de Rondônia, bem como a adoção das providências necessárias para a imediata retomada dos procedimentos de transplante renal no Estado.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a adoção de medidas administrativas e legislativas necessárias para atender às demandas estruturais e pedagógicas apresentadas pela comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bartolomeu Lourenço de Gusmão, localizada no Município de Vale do Anari/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil, e à Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/RO, a conclusão das obras da quadra poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Fundamental Inácio de Loyola, localizada no Distrito de Nova Londrina, no município de Ji-Paraná/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG/RO, a realização de concurso público destinado à recomposição do quadro de servidores da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO, considerando o déficit de pessoal e a necessidade de garantir

a assistência técnica adequada aos pequenos agricultores do Estado.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO e à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG/RO, a adoção das providências administrativas e orçamentárias – necessárias para assegurar o cumprimento do deliberado na reunião da Mesa de Negociação Permanente – MENP, realizada em 31 de Julho de 2025, que garantiu aos servidores públicos estaduais da saúde a concessão de auxílio-alimentação no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vigência a partir de agosto de 2025, e de auxílio-transporte no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC/RO, informações detalhadas sobre o funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs no Estado de Rondônia, bem como a adoção de providências para assegurar o atendimento adequado e ininterrupto às vítimas de violência doméstica e de gênero.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, a construção de quadra poliesportiva na Escola Família Agrícola Dom Antônio Possamai, em Jaru.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, a reforma geral da Escola Família Agrícola Dom Antônio Possamai, localizada em Jaru.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, a construção de uma quadra poliesportiva coberta, com dimensões de 20m x 30m, na Escola Família Agrícola Chico Mendes, localizada em Novo Horizonte.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, a construção, ampliação e reforma da Escola Família Agrícola de Itapirema, em Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, a construção de bloco administrativo de 600m², composto por direção, coordenação, secretaria e salas de aula, na Escola Família Agrícola Manoel Ribeiro, em Cerejeiras.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com extensão à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, a ampliação de três salas de aula, com dimensões de 6m x 8m cada, na Escola Família Agrícola de São Francisco do Guaporé (EFAVAG).

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, extensivo à Casa Civil e à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, informações sobre como está o andamento das ações para compatibilização da situação dos Empregados no E-Social, no sentido de que sejam enfrentadas as situações de depósito de FGTS e INSS.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, Agência de Defesa Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON e à

Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, informações sobre quais medidas estão sendo adotadas para a convivência, controle e/ou erradicação da praga “vassoura-de-bruxa da mandioca” no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil – DITEL e à Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia – PGE, informações suplementares para subsidiar a análise do Projeto de Lei nº 1037/2025, de autoria do Poder Executivo.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS CIRONE DEIRÓ E CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor às autoridades e personalidades que contribuem para a promoção da justiça na Subseção de Cacoal, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor ao Tenente-Coronel QOPM Jefferson Wesley Adorno de Oliveira.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora na forma regimental com base no 178, inciso II, a realização do Projeto Acelero Enem 2026, através da Escola do Legislativo de Rondônia Itinerante (ELERO), em todos os municípios de Rondônia no ano de 2026.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor aos Advogados vinculados à OAB Subseção de Cacoal/RO, em homenagem ao dia do Advogado e da Justiça, comemorado no dia 11 de agosto.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS CIRONE DEIRÓ E CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor às autoridades e personalidades que contribuem para a promoção da justiça na Subseção de Cacoal, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS CIRONE DEIRÓ E CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a aprovação da realização de Sessão Solene no dia 09 de outubro, às 18 horas, para entrega de Votos de Louvores aos Advogados vinculados à OAB Subseção de Cacoal/RO, em homenagem ao dia do Advogado e da Justiça, comemorado no dia 11 de agosto bem como as autoridades e personalidades que contribuem para a promoção da justiça na Subseção de Cacoal, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Votos de Louvor aos Profissionais de destaque nas áreas de Educação Física e do Esporte no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor aos policiais militares do 6º Batalhão de Polícia Militar.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor para o 6º Batalhão de Polícia Militar – Batalhão Mamoré, em razão da passagem de seus 32 anos de criação, a serem celebrados em Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora deferimento à realização de Sessão Solene, nos termos do artigo 113 e em cumprimento aos §§ 3º e 5º do artigo 167 do Regimento Interno desta Casa de Leis bem como reserva do Plenário, para a entrega de Votos de Louvor, no dia 15 de setembro do corrente ano às 10 horas.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, com base no artigo 178, inciso II, a parceria com a TV Assembleia e a Escola do Legislativo de Rondônia (ELERO) para a transmissão ao vivo do Projeto

Acelero: Aulão do Enem, a ser realizado no município de Guajará-Mirim, no dia 18 de outubro de 2025, pela internet (canal oficial no YouTube da ALERO), TV aberta e redes sociais que permitam streaming.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora, a realização de Sessão Itinerante na cidade de Alto Paraíso no dia 25 de setembro do corrente ano, concomitantemente com a Expoalto.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Justiça – SEJUS, informações detalhadas acerca dos contratos de fornecimento de alimentação da população carcerária, diante do acréscimo orçamentário solicitado na Mensagem nº 198/2025.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com extensão ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, solicitação da cópia integral do processo SEI sobre a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO em 7 de setembro de 2025, nas unidades hospitalares de Porto Velho, estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO AO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil – DITEL e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, reiterar o pedido de informação sobre a manutenção do Hospital de Base e João Paulo II, no âmbito do estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, informações e providências quanto à situação alarmante da UTI Neonatal do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências quanto à contratação de médicos especialistas em transplante renal no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, agilizar as providências administrativas e operacionais cabíveis, objetivando os serviços pavimentação asfáltica das rodovias que fazem a ligação terrestre com o Município de Vale do Paraíso.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil, à Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, informações sobre aldeias de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, extenso ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC informações e providências acerca do aumento dos casos de feminicídio e violência doméstica no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Dispõe sobre a concessão de atendimento prioritário às advogadas e aos advogados no exercício da atividade profissional, nas repartições públicas estaduais e outras entidades no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 3º SGT QPPM Jeferson Duarte Penha.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima

Senhora CB QPPM Laís Demétrio Almeida - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 2º SGT QPPM Jair Nunes Silvino.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 2º TEM QOAPM Ivan Carlos Fiori.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor CB QPPM Diony Roberto Caldeira - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora 3º SGT QPPM Auriene Moura Niederauer Bouchabki - Polícia Militar Mirim e Patrulha da Penha.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor TEN CEL QOAPM Ary Dantas Silva - Comandante da 3ª CIA/6º BPM em Nova Mamoré.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor TEN CEL QOPM Tarciso Pereira da Silva Júnior - Comandante do 6º BPM.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora CB QPPM Thamara Brito Rebouças - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima

Senhora 1º SGT QPPM Deuza Maria de Jesus Nobre - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Institui, no âmbito do Estado de Rondônia, o Projeto Banco Vermelho, no mês Agosto Lilás, com ações de conscientização em locais públicos e premiação de projetos.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Doutor Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República, nos termos do artigo 166, alínea "j" do Regimento Interno desta Casa de Leis, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao País e ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DOS DEPUTADOS CÁSSIO GOIS E CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Miguel Antônio Paes de Barros Filho, Presidente da OAB Subseção de Cacoal, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Dispõe sobre a sustação total dos efeitos da Resolução nº 82/2025/AGERO-PRES, que "Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD", exarada pela Diretoria Executiva da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO.

Lidos, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Senhor Secretário, Deputado Ezequiel Neiva.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos legislativos, que serão lidos e apreciados em bloco.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS CIRONE DEIRÓ E CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a aprovação da realização de Sessão Solene no dia 09 de outubro, às 18 horas, para entrega de Votos de Louvores aos Advogados vinculados à OAB Subseção de Cacoal/RO, em homenagem ao dia do Advogado e da Justiça, comemorado no dia 11 de Agosto bem como as autoridades e personalidades que contribuem para a promoção da justiça na Subseção de Cacoal, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS CIRONE DEIRÓ E CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor às autoridades e personalidades que contribuem para a promoção da justiça na Subseção de Cacoal, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor aos Advogados vinculados à OAB Subseção de Cacoal/RO, em homenagem ao dia do Advogado e da Justiça, comemorado no dia 11 de Agosto.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora na forma regimental com base no 178, inciso II, a realização do Projeto Acelero Enem 2026, através da Escola do Legislativo de Rondônia Itinerante (ELERO), em todos os municípios de Rondônia no ano de 2026.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor ao Tenente-Coronel QOPM Jefferson Wesley Adorno de Oliveira.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS CIRONE DEIRÓ E CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor às autoridades e personalidades que contribuem para a promoção da justiça na Subseção de Cacoal, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Votos de Louvor aos Profissionais de destaque nas áreas de Educação Física e do Esporte no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor ao Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na cidade de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor às personalidades que, por sua dedicação e espírito comunitário, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento do esporte, da educação e da cidadania no Estado de Rondônia, em especial por meio do Projeto Karatê de Letra.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora, a realização de Sessão Itinerante na cidade de Alto Paraíso no dia 25 de setembro do corrente ano, concomitantemente com a Expoalto.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, com base no artigo 178, inciso II, a parceria com a TV Assembleia e a Escola do Legislativo de Rondônia (ELERO) para a transmissão ao vivo do Projeto Acelero: Aulão do Enem, a ser realizado no município de Guajará-Mirim, no dia 18 de outubro de 2025, pela internet (canal oficial no YouTube da ALERO), TV aberta e redes sociais que permitam streaming.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Meu líder, só confirma para mim se está registrada a presença do Deputado Alan Queiroz, por favor.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Está registrada, meu líder.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora deferimento à realização de Sessão Solene, nos termos do artigo 113 e em cumprimento aos §§ 3º e 5º do artigo 167 do Regimento Interno desta Casa de Leis bem como reserva do Plenário, para a entrega de Votos de Louvor, no dia 15 de setembro do corrente ano às 10 horas.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor para o 6º Batalhão de Polícia Militar - Batalhão Mamoré, em razão da passagem de seus 32 anos de criação, a serem celebrados em Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor aos policiais militares do 6º Batalhão de Polícia Militar.

Lidos, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão, os Requerimentos que acabam de ser lidos. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Estão aprovados os Requerimentos, em bloco. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Presidente, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Está registrado, meu líder.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Eu gostaria que o senhor fizesse verificação de quórum, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Solicitação de quórum verificado, solicito ao nobre Secretário Ezequiel Neiva que faça a chamada nominal.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputados, atenção para a chamada, verificação de quórum.

Deputado Alan Queiroz?

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Estou aqui, meu líder. Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Alex Redano?

Deputado Cássio Gois?

Deputado Cirone Deiró?

Deputada Cláudia de Jesus?

Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Delegado Lucas?

Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Edevaldo Neves?

Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Ezequiel Neiva presente.

Deputada Gislaine Lebrinha?

Deputada Ieda Chaves, presente?

A SRA. IEDA CHAVES - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ismael Crispin, presente?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Jean Mendonça?

Deputado Jean Oliveira?

Deputado Laerte Gomes?

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Presente.

O SR. LAERTE GOMES (Áudio via WhatsApp) - Questão de ordem, Senhor Presidente. Registrar a presença.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Laerte Gomes, registrar a presença Deputado Laerte Gomes, por favor.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Laerte Gomes, presente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) - Registrar a presença do Deputado Cirone Deiró.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) -
Registra a presença da Deputada Cláudia de Jesus.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Secretário ad hoc) - Deputado
Ezequiel, registrou a presença do Deputado Cirone?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Registrado,
meu amigo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Registrado, meu líder.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Deputado
Cássio Gois.

O SR. ALEX REDANO - Registra a presença do Deputado
Alex Redano, por favor.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deputado Jean Oliveira.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Jean Oliveira, registrado. Deputado Alex Redano, registrado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu ouvi o Deputado
Cássio Gois, está on-line?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Deputado
Cássio Gois está on-line, Deputado Eyder.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Cássio Gois
está on-line, por favor, registrar a presença do Deputado
Cássio.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Cássio Gois também presente.

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Deputado Luis do Hospital.
(fora do microfone)

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Também está
presente.

Deputado Luizinho Goebel?

Deputado Marcelo Cruz?

Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Deputado Nim Barroso, presente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Presente, Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON - Presente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Marcelo Cruz, o senhor pediu verificação de quórum. O senhor vai registrar a presença ou vai se manter ausente?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, 18 presenças.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) - Deputada Gislaïne Lebrinha. Por favor, registrar a presença.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Quem?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) -
Deputada Gislaine Lebrinha.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada
Gislaine Lebrinha, presente.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Alan Queiroz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cássio Gois	- presente
- Deputado Cirone Deiró	- presente
- Deputada Cláudia de Jesus	- presente
- Deputado Delegado Camargo	- presente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- presente
- Deputado Eyder Brasil	- presente
- Deputado Ezequiel Neiva	- presente
- Deputada Gislaine Lebrinha	- presente
- Deputada Ieda Chaves	- presente
- Deputado Ismael Crispin	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Luis do Hospital	- presente
- Deputado Nim Barroso	- presente

- Deputado Pedro Fernandes - presente
- Deputado Ribeiro do Sinpol - presente
- Deputada Rosangela Donadon - presente

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Com 19 presença, solicita ao Secretário que leia a próxima matéria.

Declaro suspensa essa Sessão Ordinária por tempo indeterminado.

(Suspende-se esta Sessão às 20 horas e 39 minutos e reabre-se às 20 horas e 54 minutos)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Declaro reaberta a 21ª Sessão Ordinária. Vamos aos Projetos de Decreto Legislativos primeiro, sem as nominais.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem concedida ao Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, agora nós já vamos a praticamente 21 horas, já no calar da noite desta terça-feira. Nós, há pouco, tivemos uma interrupção para que fosse definida a pauta com os deputados. Vai ser pautada? Então, eu quero chamar a atenção de toda a população

rondoniense para que fique atenta, que iremos votar aqui o procedimento que há pouco nós conversamos com o Coronel Jefferson, que diz respeito ao destravamento da terceirização da saúde. É isso mesmo. Compartilhe agora essa informação em todos os grupos para que possa acompanhar a votação nesse momento.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretária ad hoc) - Votação em bloco:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 889/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 2º SGT QPPM Jair Nunes Silvino.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 886/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora 3ª SGT QPPM Auriene Moura Niederauer Bouchabki - Polícia Militar Mirim e Patrulha da Pena.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 888/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 2º TEM QOAPM Ivan Carlos Fiori.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 891/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 3º SGT QPPM Jeferson Duarte Pena.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 890/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora CB QPPM Laís Demétrio Almeida - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 885/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor TEN CEL QOAPM Ary Dantas Silva - Comandante da 3ª CIA/6º BPM em Nova Mamoré.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 884/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor TEN CEL QOPM Tarciso Pereira da Silva Júnior - Comandante do 6º BPM.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 882/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora 1º SGT QPPM Deuza Maria de Jesus Nobre - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 883/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora CB QPPM Thamara Brito Rebouças - Polícia Militar Mirim.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 887/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor CB QPPM Diony Roberto Caldeira - Polícia Militar Mirim.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Projetos de Decreto Legislativo 882/2025, 883/2025, 884/2025, 885/2025, 886/2025, 887/2025, 888/2025, 889/2025, 890/2025 e 891/2025, de autoria da Deputada Drª Taíssa, serão votados em bloco.

Os projetos se encontram sem parecer. Convido o nobre Deputado Ismael Crispin para proceder ao parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, os Projetos de Decreto Legislativo, todos da Deputada Drª Taíssa:

- Projeto de Decreto Legislativo 889/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 2º SGT QPPM Jair Nunes Silvino.";

- Projeto de Decreto Legislativo 886/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora 3ª SGT QPPM Auriene Moura Niederauer Bouchabki - Polícia Militar Mirim e Patrulha da Penha.";
- Projeto de Decreto Legislativo 888/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 2º TEM QOAPM Ivan Carlos Fiori.";
- Projeto de Decreto Legislativo 891/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor 3º SGT QPPM Jeferson Duarte Penha.";
- Projeto de Decreto Legislativo 890/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora CB QPPM Laís Demétrio Almeida - Polícia Militar Mirim.";
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 885/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor TEN CEL QOAPM Ary Dantas Silva - Comandante da 3ª CIA/6º BPM em Nova Mamoré.
- Projeto de Decreto Legislativo 884/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor TEN CEL QOPM Tarciso Pereira da Silva Júnior - Comandante do 6º BPM.";
- Projeto de Decreto Legislativo 882/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora 1º SGT QPPM Deuza Maria de Jesus Nobre - Polícia Militar Mirim.";
- Projeto de Decreto Legislativo 883/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Excelentíssima Senhora CB QPPM Thamara Brito Rebouças - Polícia Militar Mirim.";

- Projeto de Decreto Legislativo 887/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor CB QPPM Diony Roberto Caldeira - Polícia Militar Mirim."

Os projetos reúnem os requisitos necessários. Portanto, está garantido a legalidade, a constitucionalidade. O nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O parecer coletivo do nobre Deputado Ismael Crispin é favorável pela tramitação de todos os Projetos de Decreto Legislativos. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer, em bloco.**

Em discussão os projetos. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados os Projetos de Decreto Legislativo 882/2025, 883/2025, 884/2025, 885/2025, 886/2025, 887/2025, 888/2025, 889/2025, 890/2025 e 891/2025. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem concedida ao Deputado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, considerando que desde o começo dessa tarde, já no período da manhã, havia

várias lideranças do Soldado da Borracha aqui, vou pedir a Vossa Excelência, se possível, de colocar em votação, obviamente com a concordância do nosso Presidente Alex Redano, já votar na próxima. as famílias estão ansiosas lá. Se Vossa Excelência puder colocar em votação já na próxima.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - A gente agradece, Deputado Camargo, a sensibilidade com as nossas lideranças do Soldado da Borracha. Nós iremos votar apenas dois projetos de caráter nominal, tem que ser chamado um a um, e o terceiro projeto será do Soldado da Borracha.

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 22/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Altera o § 7º e acrescenta o § 10, incisos I, II, III, IV e V e os §§ 11 e 12, todos ao artigo 137-A da Constituição do Estado de Rondônia e acrescenta o artigo 51 às Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Secretário, esse é o segundo turno de votação, não é?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - É a Redação Final.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Nós já tínhamos votado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Isso. Em votação a Redação Final da proposta de Emenda à Constituição 22/2025, de autoria coletiva. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao nosso Secretário Deputado Ezequiel Neiva, que fará a chamada nominal.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Alan Queiroz?

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO - "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Cássio Gois?

Deputado Cirone Deiró?

Deputada Cláudia de Jesus?

Deputado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Lucas?

Deputada Dr^a Taíssa?

Deputado Edevaldo Neves

Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ezequiel Neiva, "sim".

Deputada Lebrinha?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) - "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Jean Oliveira? Deputado Jean Oliveira?

Deputado Laerte Gomes?

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Luizinho Goebel?

Deputado Marcelo Cruz?

Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol?

Cadê os líderes do governo? Deputados Jean Oliveira e Ribeiro do Sinpol?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, com base no Regimento Interno, eu vou pedir verificação de quórum. Se não vai acabar a votação e restará prejudicada a matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol?

Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON - Voto "sim".

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Deputado Ribeiro do Sinpol vota "sim".

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - O meu voto foi registrado, não é? Deputado Nim Barroso.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Como vota o Deputado Laerte Gomes?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Laerte Gomes, como vota?

O SR. LAERTE GOMES (Áudio via WhatsApp) - Voto "sim".

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Laerte Gomes registrou voto "sim".

Como vota o Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deputado Jean Oliveira vota "sim".

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Jean Oliveira registrou voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Presidente, registra o meu voto "sim". Deputada Cláudia de Jesus.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputada Cláudia de Jesus vota "sim".

Como vota o Deputado Cássio Gois?

Quer fazer uma segunda chamada?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Já deu 15 votos.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim

- Deputado Cássio Gois	- não votou
- Deputado Cirone Deiró	- não votou
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- ausente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- não votou
- Deputado Edevaldo Neves	- ausente
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaine Lebrinha	- sim
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - **Com 17 votos "sim" e nenhum voto contrário, está aprovada a Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição 22/2025, de autoria coletiva. Vai ao Expediente.**

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 151/2025 DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre o cômputo, para fins de direitos e vantagens funcionais, do tempo de serviço prestado pelos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente)- O Projeto de Lei Complementar 151/2025, de autoria da Mesa Diretora, encontra-se sem parecer.

Convido o nosso Presidente, Deputado Alex Redano, que com certeza, lidera essa iniciativa aqui de valorizar os nossos servidores, que durante a pandemia, até na data de hoje, não tinham o seu tempo de serviço público computado para fins de aposentadoria e demais benefícios. E o Deputado Alex Redano, como um bom líder, um bom gestor que é, está fazendo justiça aos servidores desta Casa.

O SR. ALEX REDANO - Senhores deputados, nobre Presidente Eyder Brasil, agradecer as suas palavras. Este projeto visa beneficiar os nossos servidores que foram penalizados durante a pandemia e, dessa forma, vai contar o tempo de serviço para a aposentadoria e as demais funções do Projeto de Lei. Então, o projeto está regimentalmente perfeito, dentro da constitucionalidade, prevista aqui pela Casa, e voto pelo parecer favorável.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente)- Obrigado, meu Presidente. Ele está até emocionado com esse momento tão marcante. Vai ficar marcado na história desta Casa de Leis, essa iniciativa de toda a Mesa Diretora para com os nossos servidores.

Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei Complementar 151/2025. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis responderão ao nosso Secretário Deputado Ezequiel Neiva, que fará a chamada nominal.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Atenção, Senhores Deputados e Deputadas para a chamada nominal.

Deputado Alan Queiroz, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Secretário, para adiantar, o Deputado Ismael Crispin vota "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Eu voto "sim", Secretário. Deputado Alan Queiroz.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO - "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Cássio Gois?

Deputado Cirone Deiró?

Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Voto
"sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Delegado Lucas?

Deputada Dr^a Taíssa?

Deputado Edevaldo Neves?

Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada
Gislaine Lebrinha?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ezequiel Neiva, vota "sim".

Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ismael Crispin vota "sim".

Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Jean Oliveira?

Deputado Laerte Gomes? Deputado Laerte Gomes?

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Luizinho Goebel?

Deputado Marcelo Cruz?

Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Como vota o Deputado Laerte Gomes?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Ribeiro do Sinpol?

Deputado Laerte Gomes, como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Registra o voto do Deputado Cássio Gois, por gentileza.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Cássio Gois, vota "sim".

Como vota o Deputado Laerte Gomes?

O SR. LAERTE GOMES (Áudio via WhatsApp) - Presidente, eu voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Laerte Gomes vota "sim".

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Voto "sim". Deputado Cássio Gois.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Cássio Gois também.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Cássio Gois vota "sim".

Deputado Ribeiro do Sinpol?

Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON - Voto "sim".

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Voto "sim", Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Jean Oliveira, como vota, por favor?

O SR. JEAN OLIVEIRA - O Deputado Ribeiro do Sinpol quer votar por mim também, mas eu voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado, por favor. Deputado, tem que ser a voz do próprio deputado.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- não votou
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- ausente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- não votou
- Deputado Edevaldo Neves	- ausente
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaine Lebrinha	- sim
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim

- | | |
|------------------------------|-----------|
| - Deputado Luis do Hospital | - sim |
| - Deputado Luizinho Goebel | - ausente |
| - Deputado Marcelo Cruz | - ausente |
| - Deputado Nim Barroso | - sim |
| - Deputado Pedro Fernandes | - sim |
| - Deputado Ribeiro do Sinpol | - sim |
| - Deputada Rosangela Donadon | - sim |

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - **Com 18 votos "sim", nenhum contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar 151/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

As matérias agora são matérias nominais. E, aceitando ali o Requerimento verbal do Deputado Delegado Camargo, vamos fazer a votação do Projeto de Decreto Legislativo do Soldado da Borracha.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DECRETO LEGISLATIVO 860/2025 DOS DEPUTADOS ALEX REDANO, DELEGADO LUCAS, DRA. TAÍSSA E PEDRO FERNANDES. Susta os efeitos do Plano de Desocupação dos Semoventes em Unidades de Conservação, especificamente Estação Ecológica Soldado da Borracha no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Convido o deputado...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, vamos ler aqui então o substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo 860/2025, de autoria dos Senhores Deputados Alex Redano, Pedro Fernandes, Delegado Lucas, Dr^a Taíssa e Delegado Camargo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Convidar o Deputado Luis do Hospital. É autor também? É coautor?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Não.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Pode dar o parecer, por favor, Deputado Luis?

Deputado Luis do Hospital irá dar a parecer ao Projeto de Decreto Legislativo substitutivo, uma vez que o projeto original já se encontra com parecer.

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Projeto de Decreto Legislativo 860/2025, que "Susta os efeitos do Plano de Desocupação dos Semoventes em Unidades de Conservação, especificamente Estação Ecológica Soldado da Borracha no Estado de Rondônia e dá outras providências."

Substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo 860/2025, que "Susta os efeitos do Plano de Desocupação dos Semoventes em Unidades de Conservação, especificamente Estação Ecológica Soldado da Borracha no Estado de Rondônia e dá outras providências."

O projeto se encontra dentro dos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa

técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes ao substitutivo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Luis do Hospital.

Parecer favorável ao substitutivo do Projeto de Decreto Legislativo 860/2025. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam com se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer ao substitutivo.**

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir, Deputado Delegado Camargo. **(fora do microfone)**

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo. Para discutir, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, colegas parlamentares, povo do Soldado da Borracha, famílias, vítimas do ex-governador e atual Senador Confúcio Moura. Sim, vítimas, porque foram submetidas a uma tortura psicológica fruto de um ato irresponsável do ex-governador e atual Senador Confúcio Moura, quando, no apagar das luzes do seu governo, de uma forma irresponsável e ilegal - isso foi o que apontou a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) desta Casa - criou 11 reservas, trazendo insegurança jurídica

e terror psicológico às famílias que, há muito tempo, estão residindo com títulos de propriedade grande parte delas.

Com todo o respeito ao senhor ex-governador Confúcio Moura pela sua trajetória política, mas o senhor destruiu não apenas a economia e o progresso do agronegócio no nosso Estado. O senhor destruiu a paz das famílias desses locais onde estavam. O senhor é responsável, e a resposta, pode ter certeza, chegará nas urnas no ano que vem.

O que nós estamos fazendo aqui – atenção a todos vocês que estão residindo dentro destas reservas criadas, repito, de forma ilegal pelo ex-governador Confúcio Moura. O governo do Estado, o Governo Marcos Rocha, se comprometeu em resolver essa situação, mas, mais uma vez, não cumpriu.

Aliás, o pessoal dos Soldados da Borracha fez um movimento legítimo às margens da BR-364, na entrada para Cujubim, onde representantes do governo foram até lá e prometeram a resolver, e não resolveram. Mais uma promessa não cumprida.

E o que nós estamos votando aqui – é isso que eu quero dizer para vocês – não é a solução dos problemas. Não é. É uma luz no fim do túnel. E por que eu digo isso? Na semana passada, foi colocado esse Projeto de Decreto Legislativo. Como diz respeito à família de vocês, à propriedade, à dignidade, eu vou ter muita calma para explicar.

O atual governador, ao invés de resolver o problema, sabe o que ele fez? Ele fez um acordo com os Poderes para desocupar a área. Não apenas assinou esse acordo, mas colocou recursos e encaminhou projetos aqui para esta Casa para desocupação dessas áreas. Essa é a verdade.

Inclusive, chegou hoje aqui nesta Casa um, com um valor, salvo, em torno de quase R\$ 2 milhões para desocupar, tirar

vocês daí. Esse atual governo. Ele fez isso, acredite. O discurso é um, e a prática é outra.

Então, o governo fez um acordo para desocupar vocês. E, fora isso, tomou uma série de medidas administrativas inviabilizando um direito que é seu enquanto proprietário: o direito de usar, de gozar e de usufruir aquilo que vocês pagaram e registraram.

O governo, por exemplo, cancelou uma emissão de GTA – as Guias de Trânsito Animal – para que pudesse negociar ali o que é seu de direito. Proibiu que vocês fizessem uma série de atividades agropastoris dentro da propriedade de vocês, repito, que vocês pagaram, que registraram, da qual são donos e têm o registro. O governo fez um acordo proibindo tudo isso. Esse Governador Marcos Rocha.

Muito bem. Bom, quem deveria resolver o problema, repito, é quem tem a caneta – é o governo. Já que ele não fez, buscou-se uma solução aqui na Assembleia Legislativa. E é isso que vamos votar agora.

“Deputado Camargo, o que vocês vão votar agora?” Bom, nós vamos votar um Projeto de Decreto Legislativo anulando esse acordo que o governo fez, que não era obrigado a assinar. Se assinou, é porque quis, e concordou que tirassem vocês daí.

Esse decreto aqui, que também é de minha autoria, junto com o Deputado Alex Redano, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Delegado Lucas, Deputado Dr^a Taíssa – eu tive a cautela de pedir vista na última Sessão porque eu sabia que, do jeito que estava, ia “ferrar” vocês mais ainda, mas agora eu acredito que ficou bom.

Sentamos a várias mãos, costuramos, e fizemos um texto que, em apertada síntese, suspende esse acordo, suspende

essa desocupação de vocês, do Soldados da Borracha, até que o governo cumpra e faça aquilo que a Constituição Federal diz no artigo 225, e aquilo que o artigo 1.228 do Código Civil diz, que é o quê? A indenização prévia, justa a vocês que já têm o Título.

Bom, então, se o Estado quer que vocês saiam daí, que indenize. Que avalize primeiro o bem, veja quanto vale; o que tem de benfeitoria e pague a justa indenização. Ok, desaproprie de forma correta e não de forma transversa, como está fazendo, criando no apagar das luzes uma reserva com o discurso ambiental, mas que, na verdade, é uma desapropriação.

Então, senhores, esse procedimento aqui, esse Decreto de Anulação, vai trazer para os senhores resgatar ou buscar resgatar a dignidade já tão violada de vocês, possibilitando a emissão novamente das Guias de Trânsito Animal, possibilitando o tráfego de pessoas, de crianças, até a propriedade que é de vocês dentro das estradas vicinais. Daí, inclusive, a criação de novos cadastros na Sefin e no Idaron, porque o objetivo não é deixar os senhores na clandestinidade. Pelo contrário, o governo deve ir lá verificar quem tem Título de Propriedade e levar essas pessoas para dentro do Idaron para registrar o que tem de produção animal, de produção mineral, vegetal, para que assim até o Estado ganhe com a tributação, conforme determina a lei, e não levar vocês às margens.

Portanto, eu fiz questão de ficar até aqui. É minha obrigação, acima de tudo, explicar para vocês o que nós estamos votando. Repito, não é papel da Assembleia fazer isso.

Isso aqui era uma responsabilidade do Governador que pediu para desmobilizar o pessoal lá da BR-364 dizendo que

ia cumprir. E o Governador Coronel Marcos Rocha, mais uma vez, não cumpriu. E sobra para essa Casa resolver. Isso aqui é uma luz no fim do túnel para o pessoal do Soldado da Borracha. Vamos ver se o Governo do Estado vai recorrer, porque eles mandaram dinheiro para tirar vocês daí. Vamos ver se ele vai recorrer. Não resolve e ainda quer atrapalhar quem quer resolver. Talvez vai ser isso.

Mas, a esperança no Brasil é assim. A gente não deve desistir de lutar por aquilo que é correto. E vocês podem contar comigo, porque eu estarei sempre aqui nessa tribuna, do lado da verdade e das famílias. Portanto, eu peço aos demais colegas, como foi um dos responsáveis pela redação, junto com os demais parlamentares, eu peço encarecidamente que, em respeito à dignidade das famílias, ao adiantar da hora, do pessoal que está aqui, são crianças que estão lá, são idosos, são pessoas honestas, trabalhadores. Não é vagabundo não do sem-terra que vai de terra dos outros. Eles têm Título.

Que aprovem essa matéria. É o pedido que faço em nome da justiça. Obrigado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Rodrigo Camargo. Mais alguém para discutir?

O SR. PEDRO FERNANDES - Para discutir.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Presidente, por gentileza, registra a presença do Deputado Lucas e faço questão de votar essa matéria.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Pedro Fernandes para discutir.

O SR. PEDRO FERNANDES - Essa matéria, Presidente, quero aqui agradecer ao nosso Presidente Alex Redano, sempre prestativo e atento à situação da nossa região, principalmente ao Soldado da Borracha, e estamos aqui, mais uma vez, buscando amparar e corrigir esse erro que foi criado. E hoje nós temos essa obrigação de corrigir e de dar um alento à população que está ali aflita.

São crianças, esses dias as mães vieram aqui na nossa Assembleia Legislativa, acamparam aqui, fizeram a movimentação lá no Ministério Público. Então, a gente vê que o Presidente da Associação dos Moradores do Soldado da Borracha, o Francisco e outros membros que o acompanham, sempre estão aqui pedindo que cumpram esse compromisso com eles, de achar uma forma de assegurar o direito à propriedade. Porque um Título definitivo, registrado em cartório emitido pelo Incra, que é um órgão do governo que tem fé pública, tem que valer. Esse documento tem que valer.

E nós vamos lutar até as últimas consequências e possibilidades para devolver essa garantia de propriedade à população do Soldado da Borracha.

Quero agradecer aqui todos os deputados que contribuíram: Dr^a Taíssa, Delegado Lucas, o Deputado Alex, o Deputado Rodrigo Camargo, que também auxiliou e ajudou a gente melhorando esse Projeto de Decreto Legislativo, para que ele realmente cumpra o seu papel, que é trazer um fôlego, para que as pessoas se ajustem e se ajeitem.

Esse ano, a gente pode perceber que a população contribuiu muito. Não houve queimada, não houve mais

desmatamento. O pessoal está se mobilizando, pedindo para que todos cumpram os compromissos que foram assumidos com a Sedam. E todos os proprietários que estão lá estão de boa vontade, querendo que as coisas deem certo. Então, nós estamos aqui dando essa nossa contribuição com esse Projeto de Decreto Legislativo.

Agradecer a todos os deputados que estão nos apoiando. O voto de cada deputado aqui é muito importante. Então, Presidente, em nome da população do Soldado da Borracha, uma população que eu conheço desde o início da minha carreira política, que foi ali em Cujubim, eu sei o sofrimento desse povo.

Quando criaram essa Estação Ecológica, eu era prefeito da cidade e ninguém foi consultado. Foi uma surpresa, da noite por dia, tiraram uma população e jogaram na ilegalidade.

Então, estamos aqui dando mais um passo. Contem sempre comigo, o povo lá do Soldado da Borracha e de todas as áreas que estão afetadas pela criação dessas reservas. A CPI mostrou que não houve estudo. Protocolamos nos órgãos que têm essa obrigação de corrigir esse erro e vamos aguardar. E também vamos tomar as decisões que forem necessárias aqui nesta Casa. Muito obrigado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Pedro.

Com a palavra o nobre Deputado e Presidente desta Casa, Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO - Para discutir. Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença dos nossos amigos e irmãos. É tanta convivência, tanta luta, tanto sofrimento, mas o importante é que não desistimos.

E desde que aconteceu essa situação, aconteceu em 2018, nós estamos lutando. E não é fácil. A gente sabe que não é fácil. Tem gente em depressão, tem pessoas que estão em uma situação muito difícil dentro do Soldado da Borracha.

Então, hoje aqui a gente não está resolvendo, mas a gente está amenizando. E principalmente o direito de ir e vir. A maior injustiça do mundo. Imagina você ter uma escritura pública, você tem um documento, você tem uma terra sua, E da noite para o dia você ser praticamente impedido de entrar em sua terra. Então, com esse projeto, a gente vai conseguir já o GTA (Guia de Transporte Animal), o direito de ir e vir. E a luta continua.

Eu estou bem animado. Provavelmente, agora, nos próximos dias, nós iremos entrar com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), e nós estamos bem esperançosos desse julgamento ser favorável ao nosso pleito.

Então, mais uma vez, quero agradecer a paciência. Estão praticamente o dia todo aqui. Meus irmãos, saibam que nós temos uma admiração muito grande por vocês e, realmente, uma amizade verdadeira. São anos de convivência. E a gente conhece o coração de vocês, a gente conhece os momentos de aflição.

Nós sabemos que aquele momento do protesto na BR-364 foi algo que, no fundo, no fundo, ninguém queria estar lá, mas foi necessário. E hoje eu vejo que realmente foi importante para a sociedade, para o Judiciário, para todos terem um olhar especial. Meu irmão, só o que eu tenho para falar para vocês é parabenizar a guerra que vocês estão

combatendo, vocês são pessoas guerreiras, são dedicados, são pais de família, e nós temos muita honra em poder ajudar as pessoas assim.

Quero falar para vocês que muitas pessoas, às vezes por falta de conhecimento, falando que vocês são invasores. Eu já recebi críticas: "você está defendendo invasores agora?"; mas as pessoas que criticam é porque não conhecem. Quem invadiu, são palavras do próprio Governador Marcos Rocha, quem invadiu ali foi o Estado. Então, vocês são proprietários de fato e de direito. E o Estado invadiu a terra de vocês. Então, contem com o nosso apoio. Se Deus abençoar, a gente vai conseguir amenizar esse sofrimento. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem, Deputado Delegado Lucas. Gostaria de registrar a presença, deputado?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Eu gostaria só de confirmar se a minha presença está registrada, por gentileza?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Acabou de ser registrada, meu líder.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Na oportunidade, eu quero aqui, em 30 segundo, parabenizar a postura da Assembleia Legislativa como um todo nessa questão. Mas, essa Casa sempre foi extremamente receptiva a essa demanda e nunca poupou esforços, sempre pautando a união de todos os deputados. E eu quero, em nome do Presidente Deputado Alex Redano, que sempre deixou as portas abertas, toda a estrutura, toda a equipe a disposição para buscar soluções, para fazer o que fosse necessário.

E também, em nome do Deputado Pedro Fernandes, que é o representante legítimo da cidade de Cujubim, aquela que é mais afetada diretamente com esse problema, mas sem desmerecer, é claro, todos os demais, o qual eu me incluo. Estamos aí ombreados, ladeando essa luta que é legítima, como o Presidente Deputado Alex Redano muito bem colocou, é uma situação atípica no país inteiro em que o Estado invadiu uma propriedade privada.

Então, parabéns por estarmos votando nesse projeto. Qualquer medida em prol dessa comunidade vai ter sempre o nosso apoio e, como nós já demonstramos isso inúmeras vezes, o apoio irrestrito, total dessa Casa como um todo. Então, parabéns. Nesse momento nós sentimos um verdadeiro orgulho da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Está bom? Eram só essas aqui minhas colocações, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Lucas, por sua colaboração e também por sua coautoria nesse projeto.

Mais alguém vai discutir? Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 860/2025, com substitutivo. Vai ao Expediente.**

Parabéns a todos os nossos produtores rurais da Reserva Ecológica Soldado da Borracha.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1033/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 190. Prorroga a vigência do Plano Estadual de Educação de Rondônia - PEE, instituído pela Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Presidente, desculpa interromper mais uma vez. Eu queria só confirmar se computou o meu voto positivo ao Projeto de Decreto Legislativo do Soldado da Borracha.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Sim, é votação simbólica, meu amigo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Maravilha, obrigado.. Senão ia pedir para registrar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Só pelo fato de Vossa Excelência estar registrado na Sessão, o senhor já votou favorável.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Positivo, obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Até mesmo porque Vossa Excelência é coautor do projeto também.

O Projeto de Lei 1033/2025 não tem parecer. Solicito ao Deputado Jean Oliveira, líder do governo, para dar o parecer.

Deputado, se puder fazer a honra, é do Plano Estudantil, prorrogação.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Nobre Senhor Deputado Eyder Brasil, que neste ato, nesta Sessão, preside a Mesa Diretora, ao lado do nosso Presidente Alex Redano. Quero agradecer a oportunidade por relatar esse projeto.

Projeto de Lei 1033/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Prorroga a vigência do Plano Estadual de Educação de Rondônia – PEE, instituído pela Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015.”.

Senhores deputados, Senhor Presidente, a matéria encontra-se com a redação devida, respeitando a regimentalidade e a Constituição. Portanto, somos de parecer favorável.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Só uma dúvida, por favor, relator. Qual é o valor do projeto?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não tem valor.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - É só a prorrogação do Programa.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ah, do Programa.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Isso.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Sem um valor monetário. Em discussão, o parecer do Deputado Jean Oliveira. Não havendo discussão do parecer, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão, o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1033/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 973/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 148. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - Fes, até o valor de R\$ 12.677.200,08.

Foi devolvido aqui o pedido de vista do Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O projeto já tem parecer. Projeto de Lei 973/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 148 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - Fes, até o valor de R\$ 12.677.200,08.".

O projeto já se encontra com parecer, faltando a aprovação. Eu fiz pedido de vista na Sessão Extraordinária da última quinta-feira e devolvi a vista na última Sessão Ordinária. O projeto encontra-se apto à votação. E o parecer foi favorável.

Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 973/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1038/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 196. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária

Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e a abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - Ipem, até o valor de R\$ 22.500,00.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Convido a nobre Deputada Rosangela Donadon para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 1038/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 196, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e a abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - Ipem, até o valor de R\$ 22.500,00."

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa. Deste modo somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, nobre Deputada Rosangela Donadon, que manifestou parecer favorável. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se

encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1038/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1042/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 200. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 1.460.000,00, em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral do Estado - PGE.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto de Lei 1042/2025 encontra-se sem parecer. Vou nomear o Deputado Jean Oliveira para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes e fico grato à Deputada Rosangela Donadon pela sua disponibilidade. Obrigado, amiga.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhor Presidente Deputado Eyder Brasil, Deputada Rosangela Donadon, pelo qual gente tem um apreço muito grande.

Projeto de Lei 1042/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 1.460.000,00, em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral do Estado - PGE."

Eu quero aqui frisar a importância desta Procuradoria. Hoje nós tivemos a oportunidade de ouvir o líder da Procuradoria, Doutor Thiago Alencar, que é o Procurador-Geral do Estado, e ele trouxe aqui a necessidade muito importante da votação desse recurso.

Portanto, eu quero aqui dizer que o projeto se encontra devidamente preparado, com perfeita redação, constitucionalidade e regimentalidade. O nosso parecer é favorável, tanto pela aprovação quanto também nosso voto aqui o encaminhamento, pela liderança, de aprovar essa matéria importante para a PGE.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Jean Oliveira.

Em discussão, o parecer. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1042/25 da Procuradoria Geral do Estado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1067/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 205. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor R\$ 10.871.528,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - Sugesp.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Projeto de Lei 1067/2025 do Poder Executivo, Mensagem 205, encontra-se sem o parecer. Convido a nobre Deputada Rosangela Donadon para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 1067/2025, de autoria do Poder Executivo/ Mensagem 205, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor R\$ 10.871.528,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - Sugesp."

Após a análise do referido projeto, é possível concluir que ele atende aos requisitos constitucionais, legais, regimentais, e de boa técnica legislativa, bem como adequação orçamentária e também o seu mérito. Deste modo, o parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Agradeço à nobre deputada e minha amiga particular, Deputada Rosangela Donadon, pela disponibilidade e comprometimento com esta Casa de Leis, estando aqui, ainda dando os pareceres necessários pela aprovação das nossas matérias.

O parecer da deputada foi favorável. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. **Aprovado o parecer.**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, só esperar um momento. Foi aprovado o parecer, não é?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Foi aprovado o parecer.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Agora eu vou pedir vista.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Concedido a vista ao Deputado Delegado Camargo.

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1039/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 203. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até o valor de R\$ 13.167.000,00.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto de Lei 1039/2025, de autoria do Poder Executivo, encontra-se sem parecer. Convido o nobre Deputado Delegado Camargo para dar o parecer pelas Comissões.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, eu vou até pedir vista, nem sei do que se trata. Não foi tratado na pauta, foi incluído agora.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Dá o parecer. O anterior, falta o anterior. Você pode dar o parecer e já pede vista, não tem problema.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas, eu não tenho condições de dar o parecer porque eu não li.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Não, mas daí já pede vista. Qualquer um não vai ter lido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Peça a outro que eu vou pedir vista.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Convido a Deputada Rosangela Donadon para dar o parecer para as Comissões pertinentes.

Questão de ordem, enquanto a deputada Rosangela Donadon vai à tribuna, a assessoria técnica, Deputado Camargo, está me informando aqui sobre aquele pedido anterior que o senhor pediu vista do projeto da Sugesp, já tinha sido aprovado o parecer. Então, não cabe vista, porque eu já tinha declarado. Eu queria só confirmar, já tinha sido aprovado o parecer. Então, assim, perdeu-se o prazo do pedido de vista. Então é isso. Só confirmar que eu já tinha declarado aqui o parecer aprovado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ok, Presidente. Eu vou pedir apenas para Vossa Excelência, se possível, se possível, fazer apenas a retirada de pauta, porque eu não li. Eu não sei do que se trata do projeto. Naquela pauta que nós tratamos ali atrás, ele não estava incluído. Ele foi colocado agora. Então, se Vossa Excelência puder retirar de pauta, pelo menos dar o prazo para que eu possa ler o projeto até amanhã.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Não, esse é o anterior. A gente aprovou o parecer e aí o senhor pediu vista e não podia pedir vista. Caberia agora a discussão, não é isso, Manvailer? Agora, eu entraria na discussão do projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Se é possível só a retirada de pauta. Colocar na próxima Sessão.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Requerimento verbal do Deputado Rodrigo Camargo para a retirada de pauta do Projeto de Lei 1067/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 205. Concedo a retirada de pauta do referido do projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. Me comprometo a entregar rapidamente, apenas para que eu possa fazer leitura.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Posso emitir o parecer, Presidente?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Pode. Obrigado, minha amiga. Deputada Rosangela para emitir o parecer.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 1039/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 203, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por

excesso de arrecadação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até o valor de R\$ 13.167.000,00.”.

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, adequação orçamentária e também no seu mérito. Desse modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável da Deputada Rosangela. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão, o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1039/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1036/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 195. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 3.780.992,66, e cria modalidade de aplicação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto de Lei 1036/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 195, encontra-se sem o parecer. Convido a Deputada Rosangela para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 1036/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 3.780.992,66, e cria modalidade de aplicação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES."

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa. Desse modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

Parecida, a nobre Deputada Rosangela.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O parecer da nobre Deputada Rosangela Donadon é favorável ao Projeto de Lei 1036/2025. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1036/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1032/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 191. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro, até o valor de R\$ 67.176.823,66, e cria ação em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual para Construção do Hospital de Urgência e Emergência de Porto Velho - FUN-HEURO.

O projeto está com a Emenda, Senhor Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, questão de ordem, por gentileza.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de Ordem concedida ao Deputado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Considerando o adiantar da hora e a relevância da matéria, nós já vamos aí a praticamente quase 22 horas, eu peço a Vossa Excelência, gentilmente, a verificação de quórum.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Delegado Camargo requer a verificação de quórum. Convido o nobre deputado e secretário desta Sessão, Deputado Ezequiel Neiva, a fazer o chamamento nominal dos deputados presentes e também de forma remota, através da plataforma digital on-line.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Atenção, senhores deputados, para a chamada, e deputadas. Precisamos de quórum neste momento.

Deputado Alan Queiroz?

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Estou presente, meu líder.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Alan Queiroz, presente.

Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Alex Redano, presente.

Deputado Cássio Gois? Deputado Cássio Gois?

Deputado Cirone Deiró?

Deputada Cláudia de Jesus?

Deputado Delegado Camargo?

Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Sempre presente, Secretário. Atento ao Estado de Rondônia e seus interesses.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Obrigado, deputado.

Deputada Dr^a Taíssa?

Deputado Edevaldo Neves?

Deputado Eyder Brasil, presente.

Deputado Ezequiel Neiva, presente.

Deputada Gislaine Lebrinha?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) -
Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada
Gislaine Lebrinha, presente.

Deputada Ieda Chaves.

A SRA. IEDA CHAVES - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada
Ieda Chaves, presente.

Deputado Ismael Crispin?

Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Jean Oliveira, presente.

Deputado Laerte Gomes?

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Luizinho Goebel?

Deputado Marcelo Cruz?

Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado
Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Presente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada
Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON - Presente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Por favor, registrar minha presença. Deputado Camargo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Quinze presenças, Senhor Presidente.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Alan Queiroz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Delegado Lucas	- presente
- Deputado Delegado Camargo	- presente
- Deputado Eyder Brasil	- presente
- Deputado Ezequiel Neiva	- presente
- Deputada Gislaine Lebrinha	- presente
- Deputada Ieda Chaves	- presente
- Deputado Jean Mendonça	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Luis do Hospital	- presente
- Deputado Nim Barroso	- presente
- Deputado Pedro Fernandes	- presente
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- presente

- Deputada Rosangela Donadon

- presente

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Verificado o quórum. Próxima matéria, Senhor Secretário.

Já está na minha mão aqui. Projeto de Lei 1032/2025, Poder Executivo, Mensagem 191, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro, até o valor de R\$ 67.176.823,66, e cria ação em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual para Construção do Hospital de Urgência e Emergência de Porto Velho - FUN-HEURO."

Essa matéria foi dado o parecer na última Sessão Extraordinária, na quinta-feira, quando o Deputado Luizinho Goebel pediu vista. O prazo encerrou-se, da vista, decorreu o tempo de vista, e volta a esta Casa já com parecer, mas hoje encontra-se com uma Emenda modificativa, de autoria coletiva.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Presidente, registra a presença da Deputada Cláudia de Jesus, por gentileza.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Presidente, registra a presença da Deputada Taíssa, por gentileza.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputada Taíssa, registrada a presença.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputada Cláudia de Jesus, Deputada Taíssa, presentes.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem ao Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Veja, Presidente, eu quero aqui, desde já, eu acredito que para o melhor tramitar da Casa, deveria ser votado novamente o parecer. Explico o porquê. Porque houve uma Emenda, dentro do projeto, modificativa alterando a essência do projeto como um todo, que vai influenciar, sim, na questão de legalidade, constitucionalidade, regimentalidade. E, inclusive, já digo o motivo desta Emenda, muito bem colocada. E quero registrar aqui. E, quando acerta, tenho que dizer que acertou. Acertou o líder do governo agora, porque o motivo da suspensão, da nossa reunião, foi para discutir esse projeto.

E quando falava ali do modo de execução, qual é a finalidade desse projeto? Aquisição de um local ou construção do Heuro. Ok, finalidade é essa. Modo de execução. Eu avisei a todos os colegas: "olha, aqui está colocando que deve ser contratada uma empresa para fazer a construção ou aquisição"; ou seja, uma corretagem, alguém está ganhando com isso.

Quem está ganhando? E aí, quando eu coloquei isso para o líder do governo, para o Deputado Jean Oliveira, eu faço questão de registrar aqui, ele falou: "Você está certo, Deputado Camargo, a gente vai fazer uma Emenda". A aquisição do local ou a construção deve ser feita diretamente pelo

Estado e sem intermediários. E ele apresenta essa Emenda, a meu ver, de uma forma muito correta.

Deputado Jean Oliveira, quero deixar registrada aqui a Vossa Excelência: acertou, acertou. Obrigado pelo senhor ter feito isso.

E desde já a Emenda é essa, então, acho que deve ser colocado o parecer novamente em votação com a Emenda.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Presidente Alex Redano, aqui é o Deputado Cirone Deiró verifica a minha presença, por gentileza.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente Eyder Brasil, questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu agradeço as palavras do Deputado Rodrigo Camargo, mas eu quero, sobretudo, dizer que nós não fizemos nada além do que corrigir uma interpretação dúbia. Todo momento, se é muito claro, mas se tem um texto mais taxativo, mais claro, que dá mais firmeza àquilo que o governo quer, nós iremos fazer. Porque o que o governo quer é resolver o problema do nosso hospital, nosso pronto-socorro.

Então, em momento algum, o governo quer intermediários, quer que empresas intermedeiem compras, aquisições, nada disso. O que o governo quer, sobretudo, é se necessário for adquirir um hospital, que seja pelo próprio Estado. E se for construir, é óbvio que o Estado vai procurar uma empresa que tem expertise para construir, porque o objetivo disso tudo, o governo quer resolver o quanto antes o problema da saúde do Estado de Rondônia, especialmente do pronto-socorro aqui de Porto Velho, que não dá mais. O tempo já mostrou que o João Paulo já está excedendo.

Então, nós precisamos votar esse projeto para que a gente possa virar a página do caos, que dito por muitos, que o João Paulo II é a pior estrutura. Não é justo falar que é o pior hospital, porque existem profissionais muito bem preparados lá dentro. Mas, é a pior estrutura, com toda certeza, de saúde de qualquer capital desse país.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Jean Oliveira.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Eyder Brasil, é o Deputado Cirone Deiró registra a minha presença, por gentileza.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Está registrado, meu amigo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Obrigado, querido.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Meu líder. Quero aqui, primeiramente, vou passar à Deputada Rosangela Donadon para dar o parecer. Mas, eu quero aqui parabenizar o Deputado Rodrigo Camargo por ter se debruçado sobre esse projeto, e ter verificado essa dubialidade de interpretação que estava no projeto e que poderia incorrer, e lá na frente talvez, Deputado Rodrigo Camargo, em um desvio de função, daquilo que o povo rondoniense quer, que é economizar o seu recurso público, o dinheiro dos seus impostos, na aquisição de um novo hospital.

Então, o Deputado Rodrigo Camargo, se debruçou sobre esse projeto, e conseguiu fazer esse alerta, como ele mesmo disse nas suas palavras, inclusive, ao Chefe da Casa Civil e a nós, deputados, fruto de que nasceu uma Emenda modificativa acerca daquilo que havia mais divergência, por assim dizer, de interpretação.

Então, convido a nobre Deputada Rosangela Donadon para dar o parecer à Emenda modificativa.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Presidente, após a análise da referida Emenda, é possível concluir que ela atende aos requisitos constitucionais, legais, regimentais e de boa técnica legislativa, bem como, adequação orçamentária e também o seu mérito. Deste modo, o parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, minha amiga, nobre Deputada Rosangela Donadon. Em discussão, o parecer da Deputada Rosangela Donadon, à Emenda.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para discutir, Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu vou aguardar o George, por gentileza, me alcançar o projeto aqui, para que eu possa explicar para a população, o que a gente está votando aqui. Por favor. Obrigado.

Sempre é bom nós trazermos as coisas. Peço para o pessoal da câmara aqui, focar em mim, para deixar as coisas bem claras. Vamos lá. Estava, assim, no projeto original.

Modo de Execução, ou seja, como seria feito a compra ou a aquisição do novo local para a contratação do Heuro. Está aqui. Estava escrito no projeto original: "A execução ocorrerá mediante a contratação de empresa especializadas para a aquisição ou construção do imóvel..." Está aqui. Modo de Execução. Esse era o projeto original.

Quando levei isso a conhecimento dos meus colegas, inclusive do Chefe da Casa Civil e do Deputado Jean Oliveira, prontamente, os colegas compreenderam, o Deputado Jean Oliveira compreendeu, entendeu e falou da Emenda modificativa, na qual eu peço que o deputado faça a leitura da Emenda que me apresentou.

Deputado, por gentileza, se Vossa Excelência puder fazer a leitura de como ficará a Emenda com o texto. Não, ele não está aqui, deixa eu ver. Ah, está aqui. Obrigado! Posso fazer a leitura, deputado? Obrigado.

Agora, a Emenda passa a ser assim: "A execução, em hipótese de aquisição de imóvel, deverá ser realizada diretamente pelo Poder Executivo, e, em caso de construção, ocorrerá mediante contratação de empresa especializada, que também poderá ser contratada para o planejamento e execução de eventuais obras e instalações em imóvel adquirido pelo Estado, bem como o fornecimento de bens e equipamentos permanentes indispensáveis à plena operacionalização da nova unidade ou expansão."

Ou seja, aqui está dizendo que a aquisição deverá ser feita de forma direta e, se for o caso de construção, através de contratação de empresa especializada.

Portanto, a meu ver, acerta o governo no tocante a isso. Dito isso, Presidente, apenas explicado e discutido o parecer, vou deixar a Vossa Excelência colocar em votação. Porque o projeto, logo na sequência, eu vou querer discutir, e eu vou fazer o uso do documento.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito, meu amigo. Mais alguém para discutir o parecer? Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer da Emenda modificativa.**

Em discussão o projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Para discutir, Deputado Eyder Brasil, Deputado Cirone.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu queria solicitar ao Deputado Delegado Camargo que nós déssemos a vez da fala ao Deputado Cirone, que está de forma remota e, com certeza trabalhando muito em prol do nosso Estado de Rondônia. Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Primeiro, agradecer ao Deputado Eyder Brasil, Presidente desta Sessão, por oportunizar a nossa fala.

Nós, que temos defendido esse projeto desde que aportou nesta Casa, devido à grande urgência em ter uma nova estrutura física para atender os nossos pacientes de todo o Estado de Rondônia. Sabemos da qualidade dos nossos profissionais dentro do Hospital João Paulo II, mas a estrutura é muito antiga, uma estrutura que realmente precisa refeita, para que a gente possa dar comodidade e, acima de tudo, dignidade no atendimento aos nossos pacientes do Estado de Rondônia.

Quero, aqui, parabenizar o Governador do Estado Coronel Marcos Rocha, porque o Governador tinha essa preocupação, e tem essa preocupação, em melhorar a estrutura do atendimento do Hospital João Paulo II, na cidade de Porto Velho, agora se tornando o Hospital Heuro. Quero reconhecer esse trabalho do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, que está sempre empenhada em dar essas condições aos nossos pacientes.

Nós trabalhamos em várias mãos - Governo, Secretário, Secretário Chefe da Casa Civil - para que o Governo tenha essa possibilidade de dar esse atendimento digno aos nossos pacientes do Estado de Rondônia, vindos desde Pimenteiras,

Cerejeiras, todo o Cone Sul, de várias regiões longínquas do Estado, para serem atendidos na nossa Cidade de Porto Velho.

Parabenizar, mais uma vez, o Governador e que possamos colocar, o mais breve possível, esse hospital em funcionamento para atender a nossa população.

E já adianto o meu voto: meu voto é "sim" pela aprovação da compra ou da construção desse hospital na cidade de Porto Velho.

Obrigado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Cirone Deiró.

Com a palavra o Deputado Delegado Camargo, para discutir o projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Profissionais da Saúde que nos acompanham: você é enfermeiro, técnico de enfermagem, médico; população que talvez nesse exato momento está em um leito no corredor de um dos hospitais aqui do Estado de Rondônia; você aí de Cacoal, que está jogado no Hospital Regional da região do Café... Eu gostaria de conversar com você sobre isso. Vamos lá.

O projeto aqui é de R\$ 67 milhões para compra do Heuro. Projeto que, a meu ver, merece prosperar e avançar. Há necessidade de um novo hospital para desativar o João Paulo II. Já passou da hora. Então, não vejo problemas; deve ser votado com urgência isso.

O problema está nas entrelinhas, e eu quero chamar a atenção de vocês sobre isso – inclusive dos meus colegas que irão votar aqui.

Diz assim no projeto – está aqui, Mensagem 191. Eu vou ler, está aqui: “Tal medida” – ou seja, a votação desse projeto – “é essencial para destravar a ativação do contrato da Parceria Público-Privada – PPP – Concorrência Pública nº 011/2022/CELHEURO/SUPEL/RO”.

O que é isso? Terceirização da saúde, da operacionalização do Heuro.

Veja, o governo, a meu ver, de uma forma equivocada – e para colocar esta Casa em uma sinuca de bico, em uma casca de banana – coloca um projeto que diz respeito a uma necessidade crucial do Estado, que é o Heuro, e vincula isso à terceirização. Olha que situação nós nos encontramos agora.

Porque quem votar contra, haverá uma campanha maciça dizendo que votou contra a construção do Heuro – a qual eu sou favorável, mas eu sou contra a terceirização. E quem votar “sim”, porque concorda com a construção do Heuro, estará votando “sim” também para a terceirização dos serviços.

Olha que sinuca de bico que esta Casa é colocada!

Mas, há algo ainda, talvez, mais importante: cedo nesta Sessão, nós ouvimos o Secretário de Saúde, Coronel Jefferson. E eu recordo que o deputado Marcelo Cruz, talvez com uma bola de cristal ali, não sei se jogando búzios ou cartomante, não sei como é que funciona o deputado Marcelo, mas o fato é que ele lançou algo no ar e perguntou: “haverá carta marcadas aqui, Secretário?” O Secretário disse não. “Não sabemos ainda qual imóvel será adquirido. Nós vamos ainda

abrir um chamamento para ver se será o 9 de Julho, se será o Uniron ou qualquer outro."

Só que eu tenho por hábito ler as coisas que eu vou votar. E me chamou muita atenção aqui, muita atenção. Porque no projeto diz assim, "capacidade de expansão futura". E esse documento foi feito na justificativa do Núcleo de Planejamento e Programação da Saúde do Governo do Estado. Um documento que está assinado pela Secretária Executiva Eloia Duarte Rodrigues. E diz assim, lá no meio do documento, eu li todo, "O imóvel com sua vasta área de terreno de 100.122,88 m² (...)", ora se é um recurso que vai ser aberto um chamamento público para adquirir uma área, como é que no projeto já diz, inclusive, a metragem exata desse local?

Então, alguém está sabendo. Isso aqui está direcionado? Que imóvel é esse que já sabem, inclusive, a metragem?

Calma, tem pior. Vamos mais adiante. Diz assim, "A População de Rondônia em Geral", está aqui, diz assim, deixa eu achar, palavras do documento oficial: "Destaca-se que a localização do imóvel está estrategicamente posicionada para atender às áreas de maior demanda, como a zona sul (22%), leste (35%), e central (32%) de Porto Velho, que concentram a maioria das ocorrências de urgência e emergência assistidas pelo SAMU-192.", inclusive aponta os índices percentuais.

Bom, a Secretária, vou ler o nome dela de novo, a senhora Eloia Duarte Rodrigues, deve ter adivinhado, porque ela aponta aqui a metragem correta do terreno, inclusive a sua localização estratégica. Eu pergunto, quem sabe é o líder do governo que já se ausentou, mas o Deputado Ribeiro, você sabe de que se trata esse documento aqui? Qual é esse local? Porque alguém está adivinhando aqui. Sabe me dizer?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - O Secretário deu informação, Deputado Rodrigo. Agora, vou te falar. Eu fico na fala do Secretário, que ele é o técnico na área, meu amigo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado. Então, alguém está sabendo. Eu tenho certeza, porque a secretária apontou a metragem, o terreno, a localização, de um projeto que vai ser aberto chamamento público. Bom, senhores, desculpa, mas aqui me parece, me parece que alguém tem bola de cristal. Me parece. Fica a minha dúvida.

E segundo, Presidente, eu quero deixar muito claro nessa Casa. Eu acho que o governo não deveria colocar esse Parlamento em uma sinuca de bico como essa, porque nós estamos votando a construção do Heuro e, ao mesmo tempo, isso aqui consta claramente aqui. Por favor, dá o *zoom* aqui. Diz assim, diz assim: "A aquisição permitirá a imediata implantação da infraestrutura necessária e, crucialmente, a ativação célere do contrato de PPP já homologado (...)". Ou seja, a hora que nós aprovarmos, vai destravar e eles vão colocar a terceirização.

Portanto, Senhor Presidente, eu solicito, com base no Regimento Interno dessa casa, que essa Mensagem seja votada de forma nominal, para nós sabermos como cada um compreende a matéria.

Portanto, com base no Regimento, solicito, mesmo tratando-se de um Projeto de Lei ordinária, seja feita a votação nominal. É como diz o Regimento. Obrigado, presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Vou deliberar aqui.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Presidente, eu gostaria de discutir o projeto também. Deputado Alain Queiroz.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para discutir?

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Sim.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Alan, o senhor me permite fazer votação do Requerimento verbal do deputado...

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Tranquilo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Coloco em votação o Requerimento verbal do nobre Deputado Rodrigo Camargo, que solicita a esse plenário que seja votado de forma nominal o Projeto de Lei 1032/2025, do Poder Executivo, Mensagem 191.

Os deputados favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Eu vou me manifestar contrário, tendo em vista que existe uma prescrição dentro do Estatuto dessa Casa que diz quais as matérias que são de forma nominal, que são de forma simbólica. Então, é um Projeto de Lei que já foi debatido nesta Casa. Eu me manifesto contrário ao Requerimento do Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. PEDRO FERNANDES - Também sou contra.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu gostaria que o Deputado Ezequiel Neiva fizesse, então, a conferência, porque está "pipocando" votação. E eu gostaria que você fizesse o chamado para a votação do Requerimento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só uma questão de ordem, Presidente. Essa questão de ordem que eu votei, que eu levantei para a votação nominal, ela está prevista no Regimento.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Requerimento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - É, esse Requerimento. E essa votação é simbólica. Então, o senhor vai transformar a simbólica em nominal também, que é o que eu estou pedindo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu estou votando o Requerimento do senhor, deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim, é simbólico.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Simbólico. O senhor já votou. O senhor já começou a votação. O senhor falou "os favoráveis permaneçam", o senhor já começou a votação.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - E os contrários se manifestem. E eu falei assim "eu me manifesto contrário".

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só o senhor.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - E o Deputado Pedro Fernandes se manifestou contrário.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tá, vamos ver quem vai votar contrário.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - E o Deputado Ezequiel Neiva. Então é uma votação. Você entendeu?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Compreendi, compreendi.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O senhor entendeu?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Compreendi agora.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Aí para não ficar "bububububu", o Deputado Ezequiel Neiva vai fazer a votação para que fique mais fácil.

A SRA. IEDA CHAVES - Também voto contra.

O SR. ALEX REDANO - Voto contra também.

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Deputado Luis do Hospital vota contra também.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Deputado Ribeiro do Sinpol vota contra.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Cirone Deiró vota contra.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O senhor entende? Agora eu preciso saber quantos vão votar contra.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) - Deputada Lebrinha vota contra.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Deputado Jean Mendonça vota contra.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Quer fazer chamada, que é mais fácil, Deputado Ezequiel?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Alan Queiroz, contra ou a favor do Requerimento?

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Me abstenho.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - É porque tem gente de forma on-line, não tem como saber se ele não se manifesta, entende?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Deputado Alex Redano, contra ou a favor?

O SR. DELEGADO CAMARGO - É que na verdade o que está acontecendo é uma votação nominal, que está sendo chamado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Ok. Eu vou convidar aqui os deputados que se manifestam, contrário, que levantem a mão e a gente faz a contagem aqui no plenário, amém?

Com 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 contrários e um favorável. Quem está on-line agora, sim, não tem como a gente fazer essa conferência se não for chamando de forma.

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) - Deputado Nim Barroso contra, Deputado Eyder. Deputado Nim Barroso, contra.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Os deputados que estão on-line podem se manifestar de forma aleatória, para não caracterizar uma chamada nominal.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) - Deputada Lebrinha, contra.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Cirone Deiró, contra.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Deputada Cláudia de Jesus se abstém.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - E também não tenho dificuldade, Deputado Cirone, em voto nominal, porque eu já declarei meu voto, que sou a favor da compra do hospital. Nós precisamos melhorar a saúde do Estado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Já são mais de 10, nós temos 18 presenças registradas, são 11 manifestações contrárias. Então, o Requerimento do Deputado Delegado Camargo foi rejeitado. A votação vai ser simbólica.

Para discutir o projeto, o Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Presidente Eyder e demais deputados, quero deixar aqui registrado exatamente o motivo do meu voto.

Eu tenho um histórico na minha vida pública de não ficar em cima do muro, de definir voto "sim" ou voto contrário. E eu quero dizer o seguinte, eu sou extremamente favorável à compra ou à construção de um novo hospital. Isso aí é inquestionável. Agora, eu quero deixar o registro que sou extremamente contra a terceirização do serviço de saúde.

Eu já me manifestei várias vezes na tribuna dessa Casa. E eu acredito, com toda certeza, nós temos os melhores profissionais de saúde que estão nos quadros do Estado. E uma terceirização, a questão dos profissionais, a gente se coloca uma dúvida muito grande com relação à questão da capacidade técnica desses profissionais.

Então, quero deixar aqui registrado, Deputado Eyder, o porquê do meu voto. Se tivéssemos uma votação apenas para compra, aquisição ou construção do hospital, o meu voto seria "sim". Em virtude de ter dentro do projeto essa autorização da terceirização, o meu voto será abstenção.

Quero deixar registrado. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Presidente, pela ordem. Deputada Cláudia de Jesus.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputada Cláudia de Jesus, questão de ordem concedida.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Eu também queria discutir o projeto. Eu compreendo e também vou na mesma linha do Deputado Alan Queiroz. Sou extremamente a favor da compra do hospital, porém a nossa luta é sempre pela valorização do ser humano, do trabalhador, pela estabilidade financeira.

Então, eu estou sempre junto com os trabalhadores e sou contra a terceirização. Então, nesse caso, se fosse separado, eu estaria junto, mas nesse caso, eu sou contra a qualquer projeto de terceirização.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Mais alguém para discutir o projeto? Não havendo discussão, em votação o projeto. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, apenas para deixar registrado, vou acompanhar o posicionamento que eu já havia me manifestado, do Deputado Alan. Repito, a meu entender, Presidente, com muito respeito ao Poder Executivo, mais uma vez esta Casa é emparedada.

Colocam a construção do hospital vinculado à terceirização. Não é apenas um desrespeito com este Parlamento. Ao meu ver, é "um tapa na cara" dos profissionais da Saúde. Eu não consigo votar aqui. Eu vou me abster dessa votação.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - O meu voto também, Presidente, é abstenção, ok? Deixar registrado. Deputado Alan Queiroz.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - O meu voto também, Deputada Cláudia de Jesus, eu me abstenho da votação, Presidente,

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Registrar o voto de abstenção dos nobres Deputados Rodrigo Camargo, Alan Queiroz e Cláudia de Jesus. Eu peço que a mesa confirme o registro desses três votos que estão se abstendo.

Com 15 votos favoráveis e três abstenções, o Projeto de Lei 1032/2025 está aprovado e vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1035/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 194. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Controladoria-Geral do Estado - CGE, até o valor de R\$ 200.000,00.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Convido o Deputado Ribeiro do Sinpol para dar o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa noite, Presidente. Boa noite, deputados. Boa noite aos nossos internautas que nos assistem ainda, nessa terça-feira.

Projeto de Lei 1035/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 94, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Controladoria-Geral do Estado - CGE, até o valor de R\$ 200.000,00.".

Esse projeto encontra-se dentro das técnicas legislativas, dentro da constitucionalidade, para ser aprovado. Positivo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Agradecer ao nobre Deputado Ribeiro do Sinpol, vice-líder do governo, parecerista desta noite, juntamente com a Deputada Rosangela Donadon, emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei 1035/2025.

Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1035/2025. Vai ao Expediente.**

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 715/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 260/2024. Acresce dispositivos à Lei nº 5.695, de 18 de dezembro de 2023 e dá outras providências.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O projeto se encontra sem parecer. Convido o Deputado Ribeiro para dar o parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa noite, Senhor Presidente, nobres parlamentares, nossos internautas que nos assistem ao vivo pela TV Ale.

Vamos ao Projeto de Lei 715/de 2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 260/2024. Ementa: "Acresce dispositivos à Lei nº 5.695, de 18 de dezembro de 2023 e dá outras providências."

Esse projeto encontra-se dentro das técnicas legislativas, dentro de toda a constitucionalidade. Parecer positivo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Ribeiro. Emitiu parecer favorável. Em discussão o parecer. Não há discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 715/2024. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, temos três Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Deputada Taíssa. Eu vou ler os três para que Vossa Excelência possa designar um relator em bloco:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 806/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal do Estado de Rondônia Dr. Fernando Máximo.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 807/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Deputado Federal Dr. Fernando Máximo.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 808/2025 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Deputado Federal Dr. Fernando Rodrigues Máximo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Projetos de Decreto de Legislativo 806/2025, 807/2025 e 808/2025, todos da Deputada Dr^a Taíssa. Os projetos encontram-se sem parecer. Convido o Deputado Ribeiro do Sinpol para dar o parecer pelas Comissões pertinentes, em bloco.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa noite, Presidente Eyder Brasil. Boa noite, nobres deputados. Boa noite, nossos internautas.

São três projetos da Deputada Dr^a Taíssa:

- Projeto de Decreto Legislativo 806/2025, que "Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal do Estado de Rondônia Dr. Fernando Máximo.";

- Projeto de Decreto Legislativo 807/2025, que "Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Deputado Federal Dr. Fernando Máximo.";

- Projeto de Decreto Legislativo 808/2025, que "Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Deputado Federal Dr. Fernando Rodrigues Máximo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.".

Os projetos estão dentro das técnicas legislativas, dentro da constitucionalidade. O parecer, em bloco, é positivo, para ser aprovado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer positivo, em bloco. Em discussão o parecer emitido pelo Deputado Ribeiro do Sinpol. Não havendo discussão, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Presidente, Deputada Cláudia de Jesus se abstém.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, deputada. Do parecer ou do projeto?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Já é votação, não é?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - É do parecer, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Ah, tá.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Está bom, vou já chamar. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer, em bloco.**

Em discussão os Projetos de Decreto Legislativo 806/2025, 807/2025 e 808/2025. Não havendo discussão, em votação em bloco dos projetos. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Eu me abstenho, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Registrar, Taquigrafia, a abstenção da Deputada Cláudia de Jesus aos Projetos de Decreto Legislativo 806/2025, 807/2025 e 808/2025. Em discussão e votação os projetos. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovados, com uma abstenção. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 812/2025 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede a Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor Carlos Alberto Martins Manvailer, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à educação no Estado de Rondônia.

Deputado Eyder Brasil, fazendo sua homenagem ao nosso grande Servidor da Casa, Manvailer.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 849/2025 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na área previdenciária que, ao longo das últimas quatro décadas vem contribuindo de forma técnica e eficaz.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, meu amigo, Deputado Ezequiel Neiva, por ter lido.

Nós temos aqui dois Projetos de Decreto Legislativo, o 812/2025, que trata da Medalha de Mérito Cultural ao nosso professor aqui, o Doutor Manvailer; e também o 849/2025, a Medalha de Mérito Cultural ao nosso Iperon.

Os projetos encontram-se sem parecer. Convido a minha amiga, a Deputada Rosangela Donadon, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Decreto Legislativo 812/2025, de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Concede a Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor Carlos Alberto Martins Manvailer, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à educação no Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 849/2025 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, como forma de

reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na área previdenciária que, ao longo das últimas quatro décadas vem contribuindo de forma técnica e eficaz.”.

Os citados projetos atendem aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e da boa técnica legislativa. Desse modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, minha amiga, parecerista da noite, Deputada Rosangela Donadon.

Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados os Projetos de Decreto Legislativo 812/2025 e 849/2025, ambos de autoria do Deputado Eyder Brasil. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 881/2025 DO DEPUTADO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Doutor Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República, nos termos do artigo 166, alínea “j” do Regimento Interno desta Casa de Leis, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao País e ao Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto de Decreto Legislativo 881/2025 encontra-se sem parecer. Convido a minha amiga, Deputada Rosangela Donadon, para dar o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Decreto Legislativo 881/2025 de autoria do Deputado Alex Redano, que "Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Doutor Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República, nos termos do artigo 166, alínea "j" do Regimento Interno desta Casa de Leis, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao País e ao Estado de Rondônia.".

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, minha amiga, Deputada Rosangela Donadon. Parecer favorável. Alguém para discutir o parecer? Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 881/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 893/2025 DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede a honraria do Mérito Cultural ao Senhor José Maria dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia em razão da sua atuação como liderança extrativista, destacando-se no campo cultural, social e meio ambiente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O encontra-se sem parecer. Convido a Deputada Rosangela Donadon, para emitir o parecer pelas comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Decreto Legislativo 893/2025 de autoria da Deputada Cláudia de Jesus, que "Concede a honraria do Mérito Cultural ao Senhor José Maria dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia em razão da sua atuação como liderança extrativista, destacando-se no campo cultural, social e meio ambiente.".

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se

encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 893/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 892/2025 DOS DEPUTADOS CÁSSIO GOIS E CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Miguel Antônio Paes de Barros Filho, Presidente da OAB Subseção de Cacoal, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O projeto, encontra-se sem parecer. Convido a Deputada Rosangela para dar o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Decreto Legislativo 892/2025, de autoria dos Deputado Cássio Gois e Cirone Deiró, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Miguel Antônio Paes de Barros Filho, Presidente da OAB Subseção de Cacoal, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia."

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável da Deputada Rosangela. Em discussão o aparecer. Não havendo

discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação o Projeto de Decreto Legislativo 892/2025. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1068/2025 DA MESA DE DIRETORA. Altera o artigo 1º da Lei nº 5.970, de 8 de janeiro de 2025, que "Institui e autoriza a concessão de auxílios transporte e alimentação a Servidores de Direção Superior da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências."

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto de Lei 1068/2025, da Mesa Diretora, encontra-se sem parecer. Convido a nobre Deputada Rosangela Donadon para dar o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 1068/2025, de autoria da Mesa Diretora. O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e da boa técnica legislativa, adequação orçamentária e também o seu mérito. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável pelas Comissões pertinentes. Em discussão, o parecer. Não

havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei 1068/2025. Não havendo discussão...

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Senhor Presidente, só esse projeto? Caiu a minha conexão. Caiu bem na hora da leitura da Ementa.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Rodrigo Camargo, é o Projeto de Lei 1068/2025, da Mesa Diretora, que "Altera o artigo 1º da Lei nº 5.970, de 8 de janeiro de 2025, que "Institui e autoriza a concessão de auxílios transporte e alimentação a Servidores de Direção Superior da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências."."

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Obrigado, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu acredito que essa matéria tenha sido debatida pelo nosso Presidente nas nossas últimas reuniões.

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1068/2025. Vai ao Expediente.**

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 130/2025 DA MESA DIRETORA. Cria a Galeria Lilás no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parabenizar o nosso Presidente e todos os integrantes da Mesa Diretora dessa Casa de Leis pela criação dessa Galeria Lilás. Inclusive, a inauguração será amanhã, lá na Escola do Legislativo. Parabenizar toda a nossa Mesa Diretora.

O projeto encontra-se sem parecer. Convido a deputada Rosângela Donadon, uma das representantes femininas das nossas mulheres rondonienses nessa Casa de Leis.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Projeto de Resolução 130/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Cria a Galeria Lilás no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia."

Quero agradecer e parabenizar o nosso Presidente da Assembleia, o Deputado Alex Redano, pela iniciativa. E nós, que somos parlamentares mulheres, estamos aqui representando, dando voz à mulher rondoniense, nos sentimos honradas com a atitude do nosso Presidente, com o apoio de todos os nobres colegas parlamentares.

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e da boa técnica legislativa, adequação orçamentária e também o seu mérito. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parabéns pelo parecer, na hora da Deputada Rosangela Donadon. Para discutir o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Resolução 130/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 131/2025 DA MESA DIRETORA. Altera a ementa e o caput do artigo 1º da Resolução nº 637, de 18 de junho de 2025.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Projeto de Resolução 131/2025, de autoria da Mesa Diretora, encontra-se sem parecer. Convido a nobre Deputada Rosangela Donadon para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Resolução 131/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a ementa e o caput do artigo 1º da Resolução nº 637, de 18 de junho de 2025."

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e da boa técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável. Para discutir o parecer. Em discussão. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam com se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Resolução 131/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 834/2025 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Amor de Maria, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Projeto de Lei 834/2025, do Deputado Delegado Lucas, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Amor de Maria, no âmbito do Estado de Rondônia.", encontra-se sem parecer.

Convido a Deputada Rosangela Donadon para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 834/2025, de autoria do Deputado Delegado Lucas, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Amor de Maria, no âmbito do Estado de Rondônia."

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável. Em discussão o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei 834/2025. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 834/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 802/2025 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Portal da Amazônia, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto de Lei 802/2025 encontra-se sem parecer. Convido a Deputada Rosangela Donadon para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. ROSANGELA DONADON - Projeto de Lei 802/2025, de autoria do Deputado Delegado Lucas, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Portal da Amazônia, no âmbito do Estado de Rondônia."

O citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Parecer favorável. Em discussão o parecer da nobre Deputada Rosangela Donadon. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 802/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, nobre Deputado e Secretário Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - Não há mais matéria, Senhor Presidente.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Deputado Eyder Brasil, parabéns pela condução do trabalho de forma brilhante.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Lucas. O seu *feedback* é de extrema valia para esse humilde parlamentar.

Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Questão de ordem, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Questão de ordem concedida ao nobre Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Quero só parabenizar você, parabenizar todos os parlamentares que estão até a essa hora, 22h42, debatendo importantes projetos para o Estado de Rondônia. E parabenizar pela condução, os pareceres da Deputada Rosangela Donadon, a leitura; e secretariando, o Deputado Ezequiel Neiva; a todos vocês.

Estamos aqui em uma agenda no interior, em Nova Brasilândia, com o Governador. Não pudemos estar aí de forma presencial, mas estamos aqui acompanhando a Sessão, fazendo as votações de forma remota. Parabéns, Deputado Eyder Brasil, que Deus continue abençoando o senhor grandemente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Amém, glória a Deus. Obrigado, meu irmão, Deputado Cirone Deiró.

Passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã, dia 10 de setembro, no horário regimental, às 9 horas da manhã.

Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Sessão às 22 horas e 43 minutos)

(Sem revisão dos oradores)